

O projecto é do MAI

Governo acelera criação de corpo antiterrorista

O Governo tem agendado para a próxima semana o estudo de um projecto do Ministério da Administração Interna sobre a criação de um corpo especial de Polícia destinado à luta antiterrorista, equivalente português do GEO espanhol e das diferentes brigadas «antigang» que proliferam desde há alguns anos na Europa Ocidental. O projecto do MAI prevê igualmente um serviço especialmente destinado à recolha e tratamento de informações, e visa «criar condições ao Governo para que este possa

enfrentar qualquer situação criada por qualquer tipo de terrorismo». Em torno deste projecto tem havido uma verdadeira cortina de silêncio: os responsáveis consideram que toda a publicidade que lhe é feita só prejudica a força policial a criar. No dia 8 de Junho, a Assembleia da República vai discutir vários diplomas relacionados com a multiplicação, nos últimos tempos, de actos terroristas.

Preso pela Judiciária em Lisboa “dirigente terrorista” italiano

A Polícia Judiciária prendeu ontem de madrugada na zona de Lisboa, a pedido das autoridades judiciais italianas via Interpol, o arquitecto italiano Roberto Martelli, de 32 anos, tido como dirigente do movimento terrorista de extrema-esquerda «Unità Combatenti Comunista». Roberto Martelli, que já terá sido, no momento em que esta edição vem para a rua, presente ao Tribunal de Relação, está detido com vista à extradição e

encontrava-se em Portugal, clandestinamente, desde Fevereiro, usando um passaporte falso em nome de Fabrizio Passarella. Segundo a Judiciária, que esta manhã divulgou a notícia da sua prisão, é acusado de vários roubos, de tentativa de sequestro de um deputado, de assaltos a bancos, de tráfico de armas e de furtos de automóveis.

**Violências
da Luz na AR**
**Capitão
Baltazar
na corda
bamba?**
Pág. 19

Entrevista com Rogério Brito A Reforma Agrária e as terras entregues pelo Governo

Na nossa edição de hoje (pág. 5) publicamos uma entrevista com Rogério Brito, deputado do PCP, pelo distrito de Setúbal, onde colaborou na construção da Reforma Agrária. Primeiro na qualidade de técnico agrícola e depois como militante comunista, acompanhou todo o processo, desde as ocupações de terras até à criação das UCP's e Cooperativas e o seu enquadramento em Unições, formas superiores de organização que permitem um eficaz escoamento dos produtos e a prestação de serviços tão necessários ao funcionamento dos mesmos. Rogério Brito fala-nos ainda da distribuição de terras afectada pelo Governo no distrito de Setúbal e das suas dúvidas quanto às verdadeiras intenções da AD nesse processo.



A Polícia espanhola divulgou esta foto de Jose Juan Martínez, presumível «líder» do grupo que assaltou o Banco Central de Barcelona. (Telefoto UPI/ANOP/«DL»)

Descoberto túnel que conduziria à tribuna

Confirma-se preparação de atentado contra Juan Carlos em Barcelona

A Polícia espanhola anunciou ter descoberto, em Barcelona, um túnel escavado nas proximidades da tribuna onde, no próximo domingo, o rei Juan Carlos deve assistir ao desfile militar que encerra a semana das Forças Armadas. As próprias autoridades admitem que o trabalho de escavação, aparentemente interrompido há dias, teria em vista a criação de condições para um atentado contra o monarca. Informações ulteriores confirmam esta ideia. Com efeito, o túnel, cuja extensão não foi revelada, parte de uma antiga marcenaria, cujas instalações teriam sido adquiridas por um dos assaltantes do Banco Central, precisamente o que foi abatido pela Polícia especial. Esta descoberta vem corroborar a ideia de que o assalto ao banco não se tratou de um acto isolado de delinquentes, conforme alguns meios tentaram sugerir. O próprio primeiro-ministro, Calvo Sotelo, o afirmou ontem no Parlamento. Págs. centrais.



Subroto, presidente da 60.ª conferência, e René Ortiz (à direita falando aos jornalistas). Afinal, os preços vão permanecer congelados até ao final do ano. Pág. centrais. (Telefoto UPI/Anop/«DL»)

Pela primeira vez em 20 anos

OPEP decide reduzir produção de petróleo

Preços congelados até ao fim do ano

Sexta-feira no Sete Ponto Sete

Para onde vai a Irlanda?

Guerra das medalhas Freitas do Amaral recusa condecoração que ainda não lhe deram

Porque não pediu a Basílio Horta para não o propor?
— pergunta de Belém

O presidente do CDS Freitas do Amaral revelou numa carta ao Presidente da República publicada em alguns jornais, que não aceitará ser condecorado por Eanes no dia 10 de Junho.

Embora ainda não se saiba se Freitas do Amaral, na perspectiva do Presidente da República, estava entre os condecoráveis, a resposta de Belém foi imediata. Uma vez que a condecoração foi proposta pelo ministro Basílio Horta, também vice-presidente do CDS, era mais natural que Freitas do Amaral tivesse pedido ao seu correligionário para o não propor para nenhuma condecoração. Pág. 6

Findaram Jornadas do Seixal Habitação clandestina: a solução será política

Por onde vai passar a solução do problema do loteamento e habitação clandestinos? Quem vai encontrar o caminho para tal? Quando chegará o fim dos intermediários que fazem fortuna com este negócio? A solução para tudo isto passará certamente por uma opção política, poderá dizer-se sinteticamente a partir dos resultados das Primeiras Jornadas sobre Loteamentos Clandestinos, efectuadas na Cruz de Pau e promovidas pela Câmara do Seixal. É preciso, acrescenta-se, adaptar a legislação à realidade urbanística do País; aplicar a Lei das Finanças Locais; dar possibilidade às Câmaras de porem no mercado solo urbanizado.

E o Governo, o actual, que vontade política tem de resolver a questão? Ao que parece nenhuma, pois nem sequer se fez representar nos trabalhos, quanto mais não fosse para esclarecer dúvidas ou ratificar as certezas.

Pág. 11

Concurso “DL”/81

HOJE (NA PAG. 2) CUPÃO N.º 18

Págs. 95 e 96 do Album Sempre Fixe

História do monarca de Valpaços e a terra dos calceteiros

Se por azar tivesse acontecido o golpe de 25 de Novembro de 1975, a revolução teria sido travada a partir daquela altura e hoje não estaríamos em pleno socialismo como estamos... Poderíamos portanto dar como certa esta história imaginada numa das últimas viagens que fizemos a Trás-os-Montes para participar na festa comemorativa do 5.º aniversário do arranque da exploração dos minérios de ferro de Moncorvo...

Dera-se o caso (imaginemos, claro...) que nas eleições autárquicas de 1976 fora eleito para a presidência da Câmara Municipal de Valpaços um senhor chamado Sobrinho de Moraes. Alto e magro, baixo e gordo, tanto faz porque se trata de plena imaginação, visto que aconteceu o contrário na realidade e hoje aquele concelho do distrito de Vila Real vai à frente dos outros nomeadamente no que toca a equipamentos sociais e industrialização. Na agricultura há ainda certas dificuldades que sempre se fazem sentir nos primeiros anos de uma reforma agrária a sério, sobretudo se realizada numa zona de minifúndio e com base no cooperativismo, mas tudo indica que, com mais alguns anos, a melhoria de vida dos agricultores e a transformação operada nos campos da região transmontana irão de vento em popa...

Pois imaginemos que aconteceu o golpe direitista de 25 de Novembro de 1975 e que, de recuo em recuo, aquele concelho elegeu em 1976, por ampla maioria, um tal doutor (como convém a caciques modernos e valentes) Sobrinho de Moraes. E que este senhor, passados os primeiros meses em que trataria de se afazer ao cargo, repondo no sítio todos os exageros e desmandos praticados a seguir ao 25 de Abril no concelho, trataria de lançar muitas e muitas iniciativas, e nomeadamente certos contratos e actos realizados em silêncio, com conhecidos e amigos. Mas imaginemos ainda que, a certa altura, a ponta do véu se levantava (apesar de tudo haveria sempre possibilidade de se vir a descobrir parte destas coisas) e era solicitado ao Ministério da Administração Interna um inquérito às actividades do presidente da Câmara.

Imaginemos então que se deslocava àquela terra uma Comissão de Inquérito do MAI e que, perante a hostilidade da gente protegida do presidente, esta deslindava, com a ajuda de pessoas honestas do concelho, as actividades curiosas do dr. Sobrinho de Moraes, elaborando um processo que passou pela audição de várias testemunhas e acontecimentos vivos, tais como a demissão de autarcas, significativas declarações à imprensa e outras provas claras de que o dr. Sobrinho de Moraes era bom demais para estar à frente do executivo da Câmara, nomeadamente no que tocava a distribuição de dinheiro para a recuperação de prédios degradados. E foi assim que um dia mais tarde, já este processo ficara completo e parado, já a arq.ª Helena Roseta e o PPD/PSD tinham dado o seu aval ao dr. Sobrinho de Moraes em comício

realizado em Valpaços, já este tinha sido reeleito presidente da Câmara em 1979 (que as sequelas do 25 de Novembro, dando-se o caso de ter de facto acontecido, seriam mesmo profundas...), sucedeu que novas histórias rebentaram na vila e no concelho, voltando a fazer-se um inquérito às actividades do presidente da Câmara.

E imaginemos que a nova Comissão de Inquérito, agora do Ministério das Finanças, se punha a estudar documentos da autarquia, a analisar questões de contabilidade e aparentadas, até que chegava a conclusões profundas, elaborando novo processo às actividades do presidente da Câmara e dos seus amigos, que para além disto, daquilo e do mais envolveriam várias dívidas, irregularidades tais como a entrega de obras a empreiteiros sem irem a concurso, certo loteamento de que Sobrinho de Moraes beneficiaria directamente e outras coisas de que se poderia dar notícia, como a de certo fornecimento e falsificação de uma assinatura...

Posteriormente viria a lume a questão das listas de trabalhadores contratados pela Câmara

E o tribunal chamava outro e ouvia como resposta:

— Calceteiro eu? Boa piada! Já me tinham chamado muitas coisas mas essa é que nunca!

Vem outro nome à baila e cresce a surpresa do tribunal:

— Esse?! Calceteiro como? Mas há que tempos que ele trabalha em França!...

E um dos chamados a tribunal ficava ofendido com a pergunta, outro não se importava, etc. e tal, até que chegava a vez de certo homem da aldeia (Vassal, que já é tempo de lhe imaginar o nome), e que alguém por ele dizia, em jeito de telenovela:

— O senhor se está enganando com essa de chamar calceteiro ao homem! Ele está mesmo é no Brasil!...

A partir daí tudo ficava claro, nesta zona do inquérito. Tão claro que Vassal, uma aldeia sem calceteiros na aparência, passava a ficar na história como terra de gente hábil para fazer lindas calçadas na imaginação do presidente da Câmara!...

E foi assim que tempos mais tarde, já com este caso esclarecido e o novo processo possivelmente ao lado do primeiro, aguardando pura e simples-



para obras de administração directa, que levantaram muitas dúvidas, nas quais eram incluídos, entre outros nomes de trabalhadores fictícios, muitos calceteiros de certa aldeia do concelho, a seguir chamados a depor em tribunal da Comarca.

Então o tribunal chamava um dos calceteiros que constavam nas listas de pagamentos das obras, para ser ouvido, e perguntava a certa altura:

— Há quanto tempo trabalha nas obras da Câmara como calceteiro?

— Eu, meu senhor? Eu nunca tive tal profissão na vida!...

— Mas consta aqui o seu nome! Fulano de tal, tanto dinheiro recebeu!...

— Eu cá não recebi nada, meu senhor!

mente julgamento, como é óbvio, sucedeu que certo dia um homem seguia pelas ruas da terra na sua motorizada, sem capacete na cabeça. Claro, infringia a lei. Portanto a autoridade, que estava atenta à vida local, fez alto ao cidadão que assim ofendia o que está escrito, preparando-se para preencher a participação ou para lhe passar a multa; então voltava-se para o homem, que já dava tratos à inteligência para se safar daquela, e perguntava-lhe, depois de lhe ouvir o nome:

— O senhor de onde é?
Coisa maravilhosa! Face a esta pergunta, lembrou-se o homem do inquérito feito às falsas calçadas do presidente da Câmara, da lista dos nomes lá da

aldeia chamados a depor no tribunal, da figura inesquecível do dr. Sobrinho de Moraes, do futuro radioso do concelho, e respondeu com um sorriso franco que lhe rasgou a cara:

— Eu, senhor? De que terra sou eu?... Pois saiba o senhor que sou da terra dos calceteiros!

A autoridade olha-o, consulta a memória e a inteligência, percebe finalmente a graça, ri com gosto e à gargalhada e aponta-lhe o caminho:

— O homem, essa é muito boa! Vá-se lá embora que está perdoadol!

E assim foi que um dia, estando eu comodamente sentado num banco do comboio da linha do Douro, imaginei esta história para demonstrar que, se o 25 de Novembro tivesse acontecido e hoje estivesse no poder um governo reacçãoário, a tristeza do comportamento dos caciques do poder local transmontano seria tal que daria até para sucederem coisas destas. E mais: daria para perguntar se existe de facto algum Ministério da Administração Interna, se existe legalidade democrática, se existem tribunais, se existem processos organizados, prontos e direitos para irem a julgamento, sobre as actividades profundas e imaginativas do «autarca» (não é autarca, é monarca!) Sobrinho de Moraes na Câmara Municipal de Valpaços...

Mas não. Não existe nada disto. As populações transmontanas têm o futuro garantido; o poder local, as obras necessárias, a saúde, a agricultura, a industrialização e demais benefícios e mudanças vão de vento em popa e por isso é que podemos assim brincar com estas coisas, imaginando um tal dr. Sobrinho de Moraes que inventava obras e calceteiros suficientes para acrescentar na conta da Câmara centenas ou milhares de contos, não se sabe ainda ao certo, e uma autoridade que perdoava uma multa só porque lhe aparecia pela frente um motociclista que se desenhava muito bem e lhe dizia a ri que **era da terra dos calceteiros**, Vassal, uma aldeia ao dispor de Vossa Excelência, senhor presidente da Câmara, para calcetamentos grandes e pequenos na vila e no concelho.

Pode acontecer que lá na aldeia de Vassal ninguém saiba alinhar uma pedra ao lado de outra. E pode haver muitas ruas a precisar de calcetamento. Podem acontecer coisas do arco-da-velha. Também esta história foi inventada por este que se assina. No entanto, se qualquer dia o leitor passar por Valpaços, pergunte se existe uma aldeia do concelho que já é conhecida pela terra dos calceteiros. Pode ser que lhe contem esta história. É que, com tanta falta de humor por aquelas paragens, até apece que tal aconteça e que seja afinal de contas verdade o que aqui fica.

Nota: A realidade também pode ser imaginada. Ou a repulsa pode ser tanta perante situações destas que vale mais utilizar o humor para combater os Sobrinhos de Moraes que destroem a vida transmontana.

António Modesto Navarro



Concurso

• **Continuamos hoje** a publicação dos cupões (e das páginas do Álbum Sempre Fixe) da 2.ª Série, que, tal como a 1.ª Série, serão em número de 30, igualmente numerados de 1 a 30 e com os quais poderá iniciar nova colecção ou completar a sua colecção da 1.ª Série no caso de lhe faltar ainda algum número. Com efeito, muito embora a miniatura dos cupões seja diferente, os números são iguais e os cupões são válidos para as duas séries.

• **Poderá, assim, completar** duas colecções e ficar com o dobro de possibilidades no sorteio final, além de que beneficiará da leitura de um jornal que precisa do apoio dos seus leitores, e de um magnífico Álbum Sempre Fixe, com 130 páginas e capa a cores.

• **O leitor tem tempo** (pelo menos mais de um mês e meio) mas, se quiser, pode ir enviando as suas colecções. Recorde-se: as colecções que quiser, mas apenas uma em cada sobrescrito e **obrigatoriamente pelo correio**. O boletim de identificação deve ser preenchido com letra bem legível, **nas 2 faces** (boletim de identificação e talão-recibo) com o nome tal como figura no bilhete de identidade. Se quiser, pode indicar o nome do seu vendedor habitual e remeta para DL/CONCURSO-Rua Luz Soriano, 44-1200 LISBOA

• **O boletim de identificação**, já várias vezes publicado, será ainda inserido de novo antes do termo do concurso.

INTERMARCO ESPIRAL

MARKETING & PUBLICIDADE

A partir do próximo dia 1 de Junho estamos todos na

Av. Almirante Gago Coutinho, 113

★ Se nos quiser escrever, acrescente 1700 Lisboa

★ Se pretender telefonar, marque um destes 8 números:

80 56 99 / 80 57 49 / 80 57 99 / 80 58 46
88 69 48 / 88 30 48 / 88 28 56 / 88 30 57

★ Para serviços específicos, exclusivamente, temos **mais 5 linhas directas**.

★ Se precisar de comunicar connosco por telex, tome nota:
15 677 SPIRAL P

★ Venha sem problemas: Temos estacionamento próprio para si.

INTERMARCO-ESPIRAL

Av. Almirante Gago Coutinho, 113
1700 Lisboa

tem a palavra o leitor

Uma infeliz decisão do senhor ministro dos Assuntos Sociais

Para quê o anúncio prematuro de um possível aumento de 20% nas pensões de Velhice e Invalidez, a partir de 1 de Dezembro p.f., se o digno Governo tem agora permitido, o que aliás, justifica, o aumento dos principais géneros alimentícios com per-

centagens que vão até 40%?

Dentro da boa lógica, ainda se compreendia que ao tal anúncio correspondesse também a promessa de um justo **RETROACTIVO**, de pelo menos **SEIS MESES**, como compensação de o desgraçado Pensionista ter de suportar tais encargos com imensos sacrifícios.

Doutra maneira, não passa de **UMA INFELIZ DECISÃO**, o anúncio do ex.ºmo senhor mi-

nistro, com tão grande antecedência (**oito meses**) que mais não serviu, senão, para exacerbar o ânimo e fazer pouco daquelas que lutam com as deficiências de tão miseráveis pensões.

Se devem milhões de contos à **CAIXA NACIONAL DE PENSÕES**, e o Governo, não quer ou não pode forçar o reembolso à dita CAIXA, infelizmente em **FALÊNCIA FUNCIONAL**, apesar do aumento de receitas recentes

que apenas oneram e restringem as regalias auferidas pelos beneficiários da mesma CAIXA, medidas tomadas que não resolvem com dignidade as dificuldades actuais dos Pensionistas dessa malfadada CAIXA e que continuam dependentes duma resolução eficaz e corajosa do exmo. senhor ministro.

De um «leitor devidamente identificado»

Anti-Semitismo e Integralismo Lusitano (II)

Cecília Barreira

«Podemos falar bem altivamente — porque **Serviço d'El Rei é Serviço do Povo** e porque, do sangue e trabalho dos combatentes e dos que, em todas as classes de verdadeiros portugueses, unirem os seus esforços, alheios a castas e a preconceitos, vai resultar a plena afirmação de uma raça e de uma ideia que venceu.»

Serviço d'El Rei, n.º 5, p. 27

A correlação entre autoritarismo e anti-semitismo é sucinta, mas incisivamente abordada num ensaio recentemente publicado pela editorial Presença, **Inquérito Sociológico**, de Marinus Pires de Lima. Esse aspecto, que particularmente nos interessa para o estudo do anti-semitismo enquanto formulação atípica do Integralismo Lusitano, adquire dimensões que ultrapassam o mero foro da sociologia ou da história para se espalhar na visão psicanalítica e psicológica do real humano.

Diz, nomeadamente, o autor referido:

«Os autores partiram da hipótese de que a um conjunto-tipo de comportamentos sociais e de opiniões corresponderia uma atitude geral, que estaria relacionada com tendências profundas da personalidade. Designadamente, um conjunto de reacções anti-semitas, por exemplo, seria um sintoma de um síndrome de personalidade (a autoritária), cujos atributos havia que analisar.» (1)

Que tendências profundas da personalidade admite o autor consubstanciar o síndrome autoritário? Por exemplo, o convencionalismo; a agressividade; a anti-intracção («condenação dos valores da subjectiv-

dade, da fantasia, do sentimento e da tolerância»); poder e dureza («preocupação com a oposição dominação-submissão»), etc.

Estas características tornam-se evidentes numa leitura do «Serviço d'El Rei», naquilo que um pensamento político-ideológico pode inculcar de rigidez e determinismo nos quadros categoriais a que presta culto, de maniqueísmo e superstição nos pressupostos que lhe fundamentam o discurso. Tentemos uma aproximação do objecto a observar:

Qual a concepção de história para o periódico anti-semita «Serviço d'El Rei»?

Um discurso de história que se caracteriza, ao nível formal, pelo tom exclamativo, abundantemente virgularizado, hiperbólico, recorrendo a anáforas, repetitivo. As referências bíblicas povoam esse universo semiológico; o irracional metaforiza-se em estrutura lógica; assiste-se a uma reinversão dos valores. É a ideia de vingança que move os desígnios do mal. Os substantivos não possuem uma existência própria, autónoma: invadidos pela adjectivação, quantas vezes forçada e enfática, passam despercebidos, diluem-se na avalanche discursiva, recolhendo-se a uma natural secundarização.

O verbo: a função do verbo é quase tão galvanizante como a do adjectivo. Usualmente escolhem-se os actos mais tonitruantes; despreza-se a moderação, ou a análise não-valorativa:

«É velho como o mundo, o assassínio. Caim matou Abel. E a

sua geração — a geração dos matadores — alastrou, galgou as frágeis defesas da inocência e transbordou em ruindade e em crime e armou o braço dos conquistadores e brandiu o ferro contra o indivíduo e contra a colectividade, serviu os ladrões, serviu as pátrias, honrou os deuses. (...) Caim matou Abel, matou, matou, matou. Quantos milhões de matadores, oh Cristo — filho de Deus que na cruz morreste para nos salvar! — quantos assassinos, quantos Cains tinham alagado a Terra de sangue antes da tua vinda? Eram rubras as águas, rubros os campos, rubras as cidades, vermelhas de sangue e de luxúria, negras de miséria e de pecado.» (2)

Mas atentemos nos conceitos e na visão do mundo histórico: apostrofa-se o judaísmo, exalta-se o papel da Inquisição. O liberalismo, essa «pérfida» e «abominável» criação dos judeus, teria semeado «sangue e banditismo político» no país. A República é associada às iniquidades mais gravosas. Um moralismo superficial, reconstituído no trajecto da falsa transparência à frustração, irrompe, pouco coeso, mal disposto, convicto:

«A pornografia e a novela obscura, o desbragamento da linguagem e o desregramento no viver, a boémia pelintra, a rasteirice canalha, a embriaguez frequente e a cabeleira leonina, tais eram as condições essenciais do homem moderno, livre de preconceitos e de escrúpulos.» (3)

No delírio de imoralidade pública e de atrocidades que o liberalismo-República oferecem ao

incauto articulista, argumenta-se, também, com o rol de «aten-tados quase diários contra a propriedade e a vida». As bombas, os massacres, os homicídios.

Perante a confluência de factores tão elucidativos e persistentes apela-se, abertamente, à violência:

«Não matarás? Até quando, Senhor? Febril de revolta contra a passividade e a estagnação, brota nas almas, cansadas de injustiça e famintas de verdade, o humano instinto de defesa, o instinto da conservação que nos viriliza de sobre-humana coragem ao esgarnarmos o lobo no monte e ao pisarmos sem repugnância a cabeça hervada do réptil.» (4)

O «Serviço d'El Rei» cumpria a sua missão. O anti-semitismo de base que lhe fundamenta o teor doutrinário é, afirmativamente, sem devaneios, um sintoma de um síndrome de autoritarismo. O autoritarismo do «Serviço d'El Rei» não se pode equiparar ao da «Nação Portuguesa». Aquele é muito mais estranhado; não se contém nos limites da contestação e da inimizade política. Re-benta de violência; assume a atitude de grande ofendido como um alto desígnio de Deus, como uma evangelização a cumprir, um modelo de sociedade a impor. Autoritarismo e anti-semitismo são feições siamesas de uma mesma realidade: não é fácil, contudo, a sua interpretação, dilucidação e análise.

NOTAS

(1) Marinus Pires de Lima, **Inquérito Sociológico/Problemas de Metodologia**, Lisboa, Presença, 1981, pp. 78-79.

(2) César d'Oliveira, «Não Matarás» in **Serviço d'El Rei**, n.º 3, 1 de Fevereiro de 1924, pp. 10-11.

(3) Id., op. cit., p. 15.

(4) Id., op. cit., p. 24.

Ilha Terceira

Uma consulta... sobre «partilhas»

Fernando Calixto

— Disse a Constantina:
— «Não é para que me agradeça, senhor doutor, que lhe sou devedora de muitas finezas que nunca lhe pagarei, mas quando o dr. Germânico, que tem um nome de herege, me contou, de volta de Lisboa, que tinha visto o sr. dr., muito esmorecido, eu fiquei para morrer! Agora é que aquele excomungado do Gomes, o meu cunhado que é furriel, se fica a rir e faz de mim gato-sapato e comecei uma novena pelas suas melhoras. E, deu certo.»

— Mas que te fez o Gomes?
— «Nada. Mas ia fazendo. Eu ainda não disse tudo o que tenho para dizer ao sr. dr. — Como sabe — ora se sabe! — nós éramos doze e restam dez, cujos vivos somos, das doze barrigas que minha mãe alcançou. Os dois que faltam foram de pequeninos, como querubins, para a corte celeste, ainda antes de eu ser parida.»

— «Dos dez, oito somos fêmeas e dois, é bem de ver: machos. Tirante mim, tá tudo casado eu, solteira me fiquei!»

— Arrepentida?

— «Não senhor. Não tou arrependida nem contente. Podia ter casado com um americano ou com um galdério qualquer que me entisicasse os bofes: Aqui estou. Todos os meus irmãos foram pela porta fora, como é de lei, — casamento, apartamento — e eu achei-me reduzida, aos velhos, com minha mãe, assentada numa cadeira de rodas, que por sinal veio da América, por via das «trabalhanças que teve em vida. Due isto ter filhos, de ano a ano, nem p'ras burras!»

— «Meu pai, Deus me perdoe — que eu trato de homes, não tenho

— parece que tinha cola de carpinteiro, naquilo que Deus lhe deu. Cada vez que procurava minha mãe era tiro e queda. Nove meses passados lá vinha, rapaz ou rapariga, consoante, e mais raparigas que rapazes... Vidas! Mas como ia contando:

— «Quando o sr. dr. conheceu meu pai, ele ia quase com duas carradas de anos emriba do costume, com a lavoura reduzida a meia dúzia de rezes e as terras de sementeira, a meia pensão.»

— «Depois, que o Ingélico pegou nas terras, que meu pai, só as largou por justiça, como o sr. dr. está recordado e recebendo o que lhe era devido — começaram as inquietações. O excomungado do Gomes, queria logo ali, partilhas, mas eu disse-lhe: «Onde se viu partilhas em vida?»... «Aquietou-se...»

— «Mas quando meu pai morreu, faz amanhã dois meses, começou a pouca vergonha!»

— «Que eu pusesse pra li, o dinheiro das lavouras. Que as minhas duas porcas eram da herança; a telefonia também; aspas, aspas, com o aparelho da televisão, que por sinal é meu e muito meu, que ainda o estou a pagar, com os ovos das minhas galinhas e com o cabedal que faço com os marrões. Eu, para não fazer escândalos, chamei meus cunhados e cantei-lhes a minha «moliana».

— «Dinheiro na caixa levantado por mim: 30 contos; custo do enterro e uma véstia por sua

alma, 13 500\$00; 30 missas por sua alma, 4500\$00; cera e outras despesas, 800\$00; restam para dividir: 11 200\$00 por 10 dá, um conto cento e vinte...»

— «A mulher tá doida! Não vou, nas missas. Cada herdeiro as mandará dizer as que tiver na vontade. Não vou na véstia e tudo o que se encontra nesta casa, é dividido e quinhado. Senão vou prá justiça. Não é porque preciso destes quindins, mas não vou em ninhos detrás das minhas orelhas. Ou é como digo, ou é tudo para derreter nas justizas.»

— «O sr. dr. sabe como ele é, em malcriadez, mas eu disse-lhe: experimenta meter-me em justiça prá partilha dos tarecos; e vai ele!»

— «Estás fiada, no teu amigo que é advogado lá em Lisboa. Vê lá — o sr. dr. adesculpe que as palavras são dele — se um melro daqueles, vinha dos contrafortes do Inferno para dividir meia dúzia de tarecos que não chega para os «wiskeys» que ele bebe-lhe do bom...»

— «Os pilontras dos meus irmãos calados como ratos. Nem pareciam homes com barba na cara. Ainda disse:»

— «Quando foi do Ingélico — esses grandes favores lhe devo — teve cá, tudo mexeu e o dinheiro que o pai recebeu, ele nem quis ver...»

— «Pois sim! Mas só tu, ele e Nosso Senhor, sabe a paga que

lhe deste em troca... Cala-te boca.»

— «Sr. dr. deu-me uma brava-se que fiquei cega, com aquele estupor! Agarrei, num espreitador que tava à mão e fui para ele, como uma leoa! O meu cunhado Ferreirinha, abraçou-me pelos peitos e o Constantina, tem juízo e o mulherado também a agarrar-me, que foi um espectáculo! Mas eu abri a porta e disse: Prá rua que é sala de cães! E digo-te mais:»

— «Nem que tenha de vender os cerrados que meu padrinho me deixou, ele vem defender-me. Mas tu, não o vês... que a meteres a herança no tribunal e eu a derreter-te, os cornos — com perdão de minha irmã, que não tem onde se lhe pegue — com os zigalotes que ali tenho na caçadeira... Atreve-te!»

— «Foi remédio santo! Ao outro dia, o sr. padre Gusmão, logo de manhã cedo, veio com o seu amen. Que o Gomes é um home opinioso, mas bom home.»

— «Que isto era acomodarem-se todos. Que ele era uma autoridade e unha com a carne com o sr. Gíneral. Que falara com ele e ele aceitava o conto e cem é ficava tudo em paz. Eu ainda refiliei...»

— «Não sabia que o sr. Gíneral, mandava na justiça. Pensava que era só na tropa, mas aqui está o conto e cem e andúria.»

E a Constantina, rematou:

— «Sr. dr. isto agora é um supondo: se eu lhe enfiar os zagalotes na caixa dos pilontras, quantos anos apanhava de cadeias penitenciárias?»

— «É que uma pessoa não tá livre de ruins tentações... E, é bom o saber!».

● O presidente do Governo da Renânia Palatinado, do CDU (democratas-cristãos) e deputados regionais do mesmo partido foram ontem recebidos na Assembleia da República. O grupo foi recebido no salão nobre do Palácio de S. Bento por **Leonardo Ribeiro de Almeida** e por Oliveira Dias, líder parlamentar do CDS. A delegação da Renânia-Palatinado pretende conhecer melhor a situação política e económica de Portugal, país

que vai entrar para a CEE e demonstrar também a sua solidariedade aos seus correligionários portugueses (o CDS) — disse um dos visitantes. A delegação do CDU da Renânia-Palatinado visita Portugal a convite de Freitas do Amaral — acrescentou a mesma fonte. O grupo integra sete membros do Governo Regional e 31 deputados do parlamento do Estado, todos do CDU. A Renânia-Palatinado é um dos sete governos regionais da Alemanha Federal dos democratas-cristãos. Nos cinco estados restantes a maioria apoia a coligação SPD/FDP — explicou ainda a fonte citada.



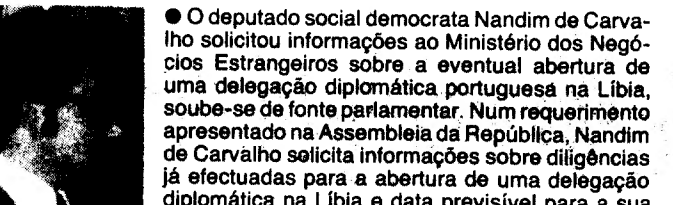
● O presidente do CDS, Freitas do Amaral, parte dia 31 para a Venezuela para uma visita de cinco dias a convite do COPEI (Partido Democrata-Cristão Venezuelano), anunciou aquele partido. Freitas do Amaral, que é simultaneamente presidente da UEDC, encabeça uma delegação dos democratas-cristãos portugueses constituída por Rui Oliveira, presidente da Comissão Executiva, José Gama, deputado pelos emigrantes, e José Girão, deputado por Aveiro. Na Venezuela, a delegação do CDS terá uma audiência com o presidente venezuelano Hector Campora, reuniões de trabalho com o COPEI e contactos com a comunidade portuguesa.



● Uma subcomissão da Comissão Parlamentar de Justiça da Assembleia da República iniciou ontem uma visita oficial de três dias à Ilha Terceira. Integrada pelos deputados Armando Lopes (PS), João Morgado (CDS), e Mário Tomé (UDP), esta subcomissão observará o funcionamento do estabelecimento prisional de Angra do Heroísmo. Aproveitando a deslocação aos Açores, Mário Tomé terá também contactos com os responsáveis locais da UDP e visitará as zonas da Ilha Terceira atingidas pelo sismo de 1 de Janeiro de 1980. Os parlamentares regressarão a Lisboa sexta-feira.



● De 18 a 25 de Maio visitou a República Popular da Bulgária uma delegação de estudo — Partido Comunista Português composta por Vitor Dias, membro do Comité Central, João Labescat, da DORL, Dália Ferreira da DORS, Viriato Pina Moura da SIP DORP e Graça Filipe, da Secção Internacional do PCP. Durante a estadia na Bulgária, a delegação do PCP foi recebida por Dimitar Stanichev, secretário do CC do PCB e teve um encontro de trabalho com responsáveis do Departamento de Propaganda e Agitação do CC do PCB. Também em Sófia, a delegação encontrou-se com responsáveis do Comité de Freguesia «Lénin». A delegação visitou os ditritos de Plevén e Lovech, onde foi recebida pelos primeiros-secretários dos respectivos Comités Distritais do Partido e membros do CC, assim como pelos responsáveis do trabalho ideológico e de propaganda.



● O deputado social democrata Nandim de Carvalho solicitou informações ao Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a eventual abertura de uma delegação diplomática portuguesa na Líbia, soube-se de fonte parlamentar. Num requerimento apresentado na Assembleia da República, Nandim de Carvalho solicita informações sobre diligências já efectuadas para a abertura de uma delegação diplomática na Líbia e data previsível para a sua entrada em funcionamento. No texto, o deputado social democrata embora ao MNE que existem mais de cinco mil trabalhadores portugueses na Líbia (dos quais mais de mil emigrados no ano em curso) e que «não existe em Trípoli representação diplomática portuguesa não só para o apoio dos emigrantes como para a desejável contribuição da melhoria de relações entre os dois estados». Nandim de Carvalho declarou também que tinha pedido facilidades para os emigrantes portugueses, durante a reunião da Primavera da NATO, que se reuniu em Veneza nos últimos quatro dias.

Declarando-se pronto a examinar elaboração de plataforma política

PCP exige demissão do Governo

«A AD não cairá de podre. Mas as suas contradições e conflitos internos — susceptíveis de se desenvolverem no sentido de dissidências e divisões — enfraquecem globalmente a coligação governamental, reduzem o seu campo de manobra e tornam-na mais frágil contra a crescente e cada vez mais ampla luta do povo e dos democratas portugueses» — afirma-se no documento final emanado da última reunião do Comité Central do Partido Comunista Português. O documento, de mais de sete mil palavras, retete as principais teses estabelecidas na reunião de Fevereiro do Comité Central, embora dê maior ênfase à necessidade de demissão do actual Governo. «Impõe-se a demissão do Governo AD/Balsemão e a formação de um governo democrático» — sublinha-se no referido documento o qual reafirma a disponibilidade dos comunistas para examinar a «elaboração de uma plataforma política que possa ter o apoio do PCP e dos trabalhadores».

Fundamentando estas conclusões, o documento do órgão máximo do PCP considera a existência de factores desfavoráveis à manutenção do actual governo, quer de ordem interna quer externa.

No plano nacional, são os seguintes os factores favoráveis para uma mudança política explicitados pelo PCP:

«No plano social, dado que a política da «AD» sacrifica à restauração monopolista e ao apressamento do processo de acumulação e centralização capitalistas as classes trabalhadoras, o campesinato e as classes médias, observa-se uma aproximação dos interesses e uma convergência em grandes objectivos imediatos de todas essas classes e camadas que se traduz no impetuoso fluxo da luta de massas.

«No plano político, ao mesmo tempo que se verificam dificuldades internas na

coligação reacçãoária e que muitos que votaram na «AD» se opõem agora ao seu Governo, no campo democrático alargam-se e reforçam-se as correntes constitucionalistas e progride a consciência da necessidade de acção comum com o PCP o que se traduz na multiplicação de iniciativas de carácter unitário além do carácter político crescente da luta social.

«No plano militar, derrotado em 7 de Dezembro o plano subversivo da «AD» que deveria culminar com a eleição do general fascista Soares Carneiro e com a consequente restauração de uma hierarquia militar reacçãoária que desse apoio armado ao golpe contra a democracia — quebrou-se a dinâmica subversiva dos conspiradores e reforçam-se as posições e tendências legalistas, democráticas e constitucionalistas nas Forças Armadas, de que

foram brilhante testemunho as comemorações e confraternizações militares no 25 de Abril.

«No plano institucional, falhada a tentativa golpista de se apossar de todo o poder político, a «AD» mantém é certo o Governo e a maioria na Assembleia da República, mas têm falhado até agora as suas actuações — renovando as de 1980 — para provocar um impasse das instituições, com a imediata dissolução ou neutralização do Conselho da Revolução e a desestabilização e eventual demissão do Presidente da República, pelo que a evolução nos últimos meses se pode considerar favorável à consolidação e normal funcionamento das instituições.»

Quanto ao plano internacional, lê-se no documento:

«A derrota de Giscard d'Estaing e a vitória de Mitterrand nas eleições presidenciais francesas, a viragem à esquerda do Partido Trabalhista Britânico e a sua vitória contra os conservadores nas recentes eleições municipais, e a votação em Itália de 66% contra a Democracia Cristã e o partido fascista no referendo sobre a lei do aborto, e as próprias derrotas das tentativas de golpes terroristas fascistas em Espanha, parecem indicar uma inversão, no sentido da democracia, da tendência da evolução da situação política na Europa capitalista.

«Todas estas situações e acontecimentos permitem

concluir que se estão desenvolvendo factores favoráveis para a criação duma situação em que se torne possível e até inevitável uma viragem democrática na política portuguesa.»

Esta «viragem democrática», a que alude a direcção comunista, não poderá contudo, na sua opinião, resultar unicamente de «uma mudança de homens ou de uma remodelação da coligação das forças políticas no Governo» nem tão-pouco do «bloco central pelo qual, segundo alguns, ao Governo PPD/CDS sucederia um Governo PPD/PS». E conclui: «O que a situação exige não é apenas uma mudança das forças políticas e dos homens que executam a política reacçãoária, mas a substituição dessa política por uma política democrática».

Situação económica

«A crise económica aprofunda-se», constata, e agravam-se «as condições de vida do povo».

«Mantém-se o marasmo da actividade produtiva. Em 1980, o crescimento do PIB (produto interno bruto) foi inferior ao de 1979. A produção industrial e agrícola está estagnada, em grande parte como resultado da calculada criação de todas as dificuldades às empresas nacionalizadas e pela criminalidade e destruidora ofensiva contra a Re-

forma Agrária e contra os pequenos e médios agricultores.»

E mais adiante: «A estagnação da produção nacional torna cada vez menos possível cobrir, com exportações, o custo das importações. A balança comercial, influenciada negativamente pela política externa de submissão ao imperialismo, acusou em 1980 um défice superior a 200 milhões de contos (+ 36% que em 1979) e a balança de transacções correntes aponta para um défice de cerca de 84 milhões de contos. A política de entrega ao Mercado Comum estreitou perigosamente as nossas relações económicas externas. As exportações para o Mercado Comum passaram de 43,1% em 1970/71, para 56,2 em 1978/79, prejudicando o desenvolvimento das relações comerciais com os países socialistas, os novos países africanos e os países do chamado Terceiro Mundo. A dívida externa passou de 91,2 milhões de contos em 1976 para cerca de 480 milhões actualmente (e novos endividamentos e negociações se anunciam: 30 milhões em Julho, FMI, etc.).»

Não ao plano de integração

Segundo o CC do PCP, «a política de integração no Mercado Comum constitui uma operação política de envergadura para servir de pretexto à destruição das gran-

des conquistas da revolução e da democracia portuguesa criada pela revolução, sacrificando a independência nacional».

Nesta ordem de ideias, avança o documento:

«Tendo em conta:

- «a) a crise profunda que abala o Mercado Comum (insuperáveis conflitos de interesses, estagnação económica, desemprego, inflação);
- «b) a experiência ruínosa para países membros, que provoca nesses países grandes movimentos para a saída do Mercado Comum (Grã-Bretanha, Irlanda e outros);
- «c) a exportação da crise do Mercado Comum para países que se venham a integrar (caso recente da Grécia);
- «d) as consequências ruínosas que teria para Portugal a integração;
- «e) o historial de fracassos da política de integração de Portugal;
- «f) a necessidade urgente de resolver os graves problemas da economia nacional;

«O CC lança o solene aviso dos perigos em que Portugal incorre persistindo no plano de integração e faz um apelo para que todos os democratas e patriotas exijam que seja posta definitivamente de lado essa política, que criminosamente destrói a nossa economia e independência nacional, e seja adoptada uma política económica verdadeiramente nacional que ataque com decisão e no imediato os grandes problemas existentes fundamentalmente na base dos recursos e energias nacionais.»

NOVOS LIVROS DE MAIO

este mês, nas nossas colecções:

ANTIGAS E NOVAS ANDANÇAS DO DEMÓNIO de Jorge de Sena

Reedição do volume que reúne os dois primeiros livros de contos de Jorge de Sena que, de si e do que escreve, nos fala assim: «Ficções — verdadeiras ou fantásticas — estes trechos são-no, mesmo quando haja neles muito de auto-biográfico ou não sejam senão isso».

Col. Obras de Jorge de Sena — 240 págs. — 320\$00

SINAIS DE FOGO de Jorge de Sena

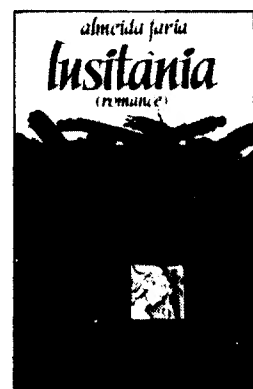
Uma das mais importantes obras da literatura portuguesa contemporânea. Um longo e apaixonante romance com o vigor que sempre conhecemos em Sena. A vida portuguesa, o ano de 1936, as experiências de um narrador. Uma 2ª edição que se tornava imperiosa.

Col. Obras de Jorge de Sena — 524 págs. — 570\$00

LUSITÂNIA de Almeida Faria

Atraves de cartas, monólogos e sonhos, as peripécias, venturas, aventuras e desventuras de João Carlos, o herói, de Marta, a sua amada, e dos restantes personagens já presentes nos anteriores romances desta trilogia: A Paixão e Cortes. Lusitânia surge agora em 2ª edição.

Extra — Colecção — 174 págs. — 320\$00



PEÇA O NOSSO CATALOGO

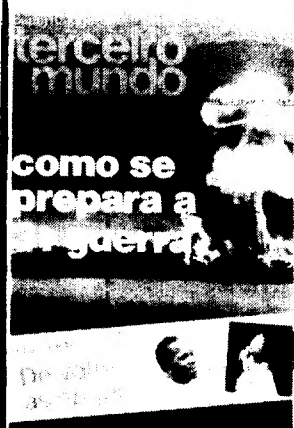
EDITAMOS E DISTRIBUIMOS DIRECTAMENTE

edições 70

Av. Duque de Ávila, 69, 1.º Esq. — 1000 LISBOA
Telefones: 57 83 65/57 83 22
Delegação no Porto: Rua de Fabrica 38-2, Sala 75 — 4000 PORTO

saiu o n.º 33

Em destaque:



Uma análise da política «à beira do abismo» que a administração Reagan pretende impôr na cena internacional

Assinaturas

Tricontinental Editora Lda.
Calçada do Combro — 10, 1.º
tel. 320650 — 1200 Lisboa

Distribuição — CDL

Av. Santos Dumont, 57
1000 Lisboa

Guia do Terceiro Mundo 1981: saiu a 2.ª edição

PUB.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA
APOSTAS MÚTUAS DESPORTIVAS

AVISO TOTOBOLA

NOVO SÍMBOLO GRÁFICO (Concurso)

1. O Júri do concurso aberto em Abril último, tendo reunido em 11 de Maio corrente, deliberou não atribuir nenhum dos prémios e recomendar a abertura de um novo concurso.

2. Convidam-se, por isso, a concorrer todos os artistas plásticos residentes em Portugal.

O novo regulamento está ao dispor dos interessados no Gabinete de Informação e Relações Públicas — Calçada da Glória, 53 — Lisboa, e na Secção do Porto — Rua da Restauração, 455.

De acordo com este Regulamento, o primeiro prémio é no valor de 80 000\$00 (oitenta mil escudos) e os segundos prémios — três — no valor de 25 000\$00 (vinte e cinco mil escudos) cada um.

Os trabalhos deverão ser entregues, nos mesmos locais indicados, improrrogavelmente até às 17.00 horas do dia 17 de Julho de 1981.



ELEUTÉRIO SANTA CRUZ BARBEITOS

FALECEU

Sua esposa, filhos, noras, netos, sobrinhos e restante família, participam o seu falecimento e que o funeral se realiza amanhã às 15 horas, da sua residência na Rua dos Lusíadas, 7-2.º-Esq., para jazigo no Cemitério dos Prazeres.

Agência Baptista «Filho»



ELEUTÉRIO SANTA CRUZ BARBEITOS

FALECEU

SAPATARIA ARTE E PARIS — Pompílio Barbeitos, mulher e filha, Hugo Santa Cruz Barbeitos, mulher e filhos, Zoe Santa Cruz Barbeitos, participam o falecimento de seu pai, sogro, avô e tio e que o funeral se realiza amanhã, às 15 horas, da sua residência, Rua dos Lusíadas, 7-2.º-Esq., para jazigo no Cemitério dos Prazeres.

Agência Baptista «Filho»

BATAS PROFISSIONAIS

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS

TINTURARIA GUANABARA — Dep. de Confeccões

Av. João XXI, 5-D — 1100 (Metro Areeiro) — Rua Infanteia, 16-55-C — 1300 LISBOA

entrevista



Rogério Brito: deputado da Reforma Agrária

Não é um burocrata de chavão na boca

São já seis anos de militância que ele ofereceu à Reforma Agrária. Ajudou-a a construir palmo a palmo de terra, noites e noites de vigília, em reuniões com os trabalhadores, dando o que sabia. Ajudou-a a defender reserva a reserva, inventando estratégias de dentes cerrados. Mas havia um motivo para isso: só assim se sentia realizado. Não é um burocrata, fechado nos limites de um expediente sem rasgos de supresa. Nem um político frio que mede os passos, na mira de contabilizar lucros pessoais — a imagem acabou do carreirista. Ele aprendeu todas as lições que a vida lhe ensinou e soube extrair delas uma compreensão profunda das motivações dos outros. Não cristaliza porque pensa, discute, põe em dúvida dogmas. É vertical e transparente. Ele resistiu sempre ao teste do confronto com a coerência. Há nele, apesar dos trinta e cinco anos, ainda uma certa pureza.

Chama-se Rogério Brito, deputado comunista à Assembleia da República pelo Distrito de Setúbal, onde, apesar dos golpes desferidos, ainda estão mais de 50 mil hectares de terra, na posse dos trabalhadores. Dinamizador, ousado, este parlamentar do PCP, eng. técnico agrário pela Escola Agrícola de Santarém, foi um dos obreiros das Uniãos de Cooperativas, no distrito que o elegeu. Antes, porém, esteve durante dois anos no ex-Centro da Reforma Agrária de Alcácer do Sal, de onde foi afastado no tempo de António Barreto.

— Como se processou a sua formação política?

— Teve em mim uma influência decisiva o meu avô: um velho militar republicano, profundamente humanista, com uma visão razoavelmente correcta dos problemas da terra e dos trabalhadores. Era de Beja. Escreveu um livro chamado «Mãos calejadas». Outra pessoa que me influenciou foi o Manuel da Fonseca, através da leitura dos seus livros, especialmente da poesia que é uma página aberta sobre a realidade alentejana.

— E um conhecimento mais directo do Alentejo não o tinha?

— Sim, sobretudo da estrutura mental dos agrários. Todos os anos, desde miúdo, ia passar as férias para Sines, estância balnear para onde convergia grande parte dos latifundiários alentejanos. O convívio estreito com os seus filhos permitiu-me traçar um quadro dos comportamentos...

— Na Escola Agrícola de Santarém, certamente, também encontrou essa gente...

— Claro. Lá, na Escola, misturavam-se três estratos sociais. Um deles, o mais fechado, provinha de famílias agarradas a esquemas quase feudais. O outro, mais modesto, englobava os filhos dos feitores e rendeiros. E havia, ainda, uma outra camada, que embora nada tivesse a ver com o campo, optara pela Escola Agrícola, no intuito de tirar um curso rápido. Estes últimos eram, sem dúvida, os mais amorfos.

Cidade dividida

— Como era Santarém na altura?

— Uma cidade marcada pelas diferenças de classe. Dividida. Até nos cafés isso se notava. Ao salão de chá «dos marqueses», Abidis, iam apenas os grandes latifundiários e os que viviam de baixo das suas asas. Havia, ainda, o café, frequentado pelos funcionários públicos, técnicos de serviço e mangas de alpaca. E finalmente as tabernas, onde os trabalhadores rurais se embriagavam... para esquecer a humilhação e a miséria. A mentalidade rural dominava a cidade. Terá sido no ambiente de Santarém que a minha formação política se começou a esboçar...

— Em que zona política?

— Fui um dos criadores do Secretariado Cristão dos Organismos Juvenis, de que fazia parte um homem extraordinário: o padre Nuno. Essa organização abanhou, de certa maneira, a estrutura estratificada de Santa-

rém, na medida em que constituiu um movimento cultural e de contestação.

— Não conheceu, por lá, o José Manuel Casqueiro?

— Não conheci. Nunca o encontrei em qualquer movimento democrático dos que por lá se desenvolveram...

— Esse Secretariado Cristão, de que fala, não se limitava a uma contestação superficial da sociedade?

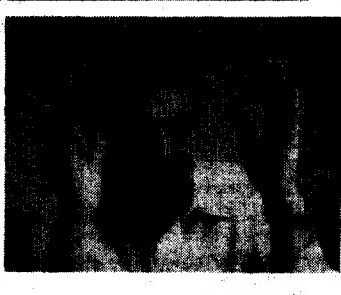
— Um pouco. O governador civil, todavia, acabou por chamar os responsáveis, aliciando-os no sentido da organização a que pertenciam se integraram no âmbito da Mocidade Portuguesa. Eles recusaram. Dentro de pouco tempo o Secretariado Cristão foi encerrado.

— Após o curso, que caminho seguiu?

— Mantive-me em Moçambique durante seis anos: a trabalhar e a cumprir o serviço militar. Aí meditei, a sério, na realidade política. Tanto a actividade profissional como a tropa sensibilizaram-me para o colonialismo e o que nele havia de injusto. Regressei a Portugal. Era lógico que com o meu curso e uma especialização em citrinos arranjassem trabalho dentro desta área. Só que o tempo passou e não encontrei nada. Fui obrigado a candidatar-me ao primeiro emprego que me surgiu: vendedor de materiais de construção. É inacreditável que tenha acontecido num país situado na cauda da Europa em termos agrícolas.

— Presumo que só conseguiu exercer a profissão depois do 25 de Abril, não é verdade?

— Correcto. Apareceu-me em 1974 a oportunidade de trabalhar no Centro da Reforma Agrá-



clarificada do que era a Reforma Agrária?

— Sabiam que para haver justiça, direito ao trabalho (o assumir da dignidade humana) era necessário que a terra fosse para as mãos de quem trabalha. Já em 1967, um ministro fascista sublinhava num discurso, proferido em Fronteira, no distrito de Portalegre, «A Reforma Agrária não se coaduna com o espírito dos textos fundamentais por que se deve pautar a vida económica e social do País. Não passa de um mito com o qual os falsos profetas pretendem iludir a boa-fé e a sede de justiça desta pobre gente...» O simples facto de o ministro aludir à Reforma Agrária significava que a ideia fervilhava na cabeça dos trabalhadores. Já na 1.ª República se delinearam tentativas com vista a fazer uma Reforma Agrária, se bem que em moldes reformistas...

— Hoje, à distância, aceita que houve erros na construção da Reforma Agrária?

— Naturalmente que se cometeram alguns erros. Foi uma acção espontânea, sem esquecer o papel organizativo dos sindicatos agrícolas. Quando falo de espontaneidade não quero dizer anarquia... mas, no entanto, como sempre sucede nos períodos revolucionários, infiltraram-se no movimento alguns oportunistas.

— Ocupações indevidas?

— Algumas e também conflitos com os rendeiros. Nada de grave. Passada a euforia, a fase incontível das ocupações das terras, as organizações dos trabalhadores foram as primeiras a reconhecer as irregularidades e a corrigi-las. As reformas agrárias capitalistas cometeram muitas mais injustiças. No fim de contas, fizemos uma Reforma

— Algumas e também conflitos com os rendeiros. Nada de grave. Passada a euforia, a fase incontível das ocupações das terras, as organizações dos trabalhadores foram as primeiras a reconhecer as irregularidades e a corrigi-las. As reformas agrárias capitalistas cometeram muitas mais injustiças. No fim de contas, fizemos uma Reforma

— Presumo que só conseguiu exercer a profissão depois do 25 de Abril, não é verdade?

— Correcto. Apareceu-me em 1974 a oportunidade de trabalhar no Centro da Reforma Agrá-

Em Sines, jovem adolescente, nas férias que se repartiram durante anos, percebeu os códigos dos agrários alentejanos, tão em conflito com a sua sensibilidade ainda a desabrochar. Na Escola Agrícola de Santarém, decidiu que tinha de fazer qualquer coisa para que a sociedade mudasse. Com as cenas que presenciou, em Moçambique, na guerra, cimentou a revolta que calava dentro de si.

E por fim achou que tinha de escolher, com clareza, o lado. Optou pelo Partido Comunista...

Agrária sem perseguições nem agressões, embora tivesse sido atingido em cheio o poder dos grandes agrários.

— Como é que resolveram os problemas com os seareiros instalados nas terras de regadio?

— Muitos não quiseram entrar para as cooperativas, talvez devido ao espírito individualista que os caracterizava. Nós respeitámos essa decisão. Lembro-me que em Alvalade-Sado, na cooperativa de Conqueiros, os trabalhadores distribuíram 200 hectares de regadio pelos seareiros que lá cultivavam tomate, em regime de campanha, cedendo-lhes a terra para que a sua posse útil fosse definitiva.

— Por que é que ocuparam somente 80 mil hectares no distrito de Setúbal?

— A ocupação de terras correspondia a objectivos muito definidos. Não havia ali, por outro lado, uma concentração latifundiária, como nos distritos de Beja

e Évora. As ocupações incidiram sobretudo nos concelhos de Alcácer do Sal e Alvalade-Sado, que, por serem abrangidos pelos Perímetros de Rega de Campilhas e do Sado, estavam mais povoados de mão-de-obra.

— Foi, então, o animador da criação das Uniãos de Cooperativas no distrito de Setúbal?

— Achei que as Uniãos poderiam responder aos problemas que surgiram logo após a fase de consolidação das cooperativas. É evidente que se poupava tempo e dinheiro se as cooperativas obtivessem em conjunto os factores de produção. Impunha-se também a organização do escoamento dos produtos e encontrar formas de fugir aos circuitos parasitários. Não se justificava, por outro lado, que cada cooperativa adquirisse máquinas sofisticadas, individualmente, gerando situações de subutilização das mesmas. Havia ainda que pensar na transformação de certos produtos da agricultura. Estes dados levaram à criação de uma organização superior. E, assim, surgiram as Uniãos de Cooperativas, a nível concelhio.

— Fracassaram?

— Não, de maneira nenhuma. É óbvio que a ofensiva contra a Reforma Agrária tem reduzido as áreas das cooperativas o que se vai reflectir nas Uniãos. A falta de quadros técnicos também criou embaraços...

— Mas a União Seara Vermelha de Alvalade-Sado não está bastante debilitada?

— É verdade. Em contrapartida a União de Grândola está forte. Possui um património apreciável e em termos de actividade ultrapassa largamente o âmbito

das cooperativas da Reforma Agrária.

— Que tipo de actividade?

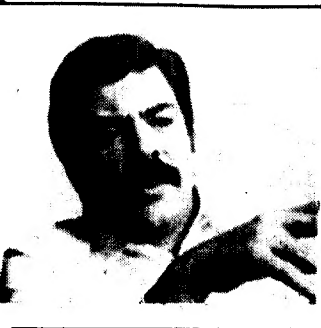
— Apoio técnico, prestação de serviços, comercialização dos produtos e transformação industrial. A União de Grândola, onde estão associados cerca de 1000 pequenos e médios agricultores, conta ainda com uma fábrica de preparação de cortiça que é talvez uma das maiores do País.

— A legislação publicada pelos últimos Governos sobre a cortiça não compromete o futuro da fábrica?

— Com efeito essas leis perfeitamente iníquas ameaçam a existência da fábrica na medida em que condicionam o direito das cooperativas à extracção e industrialização deste produto...

Inviáveis

— Porque é que o PCP defendia a estabilização dos



complexos agro-industriais como a Barrosinha, Herdade Palma e Comporta?

— Bem... Esses complexos tinham problemas muito específicos e, por isso, não se podiam situar no mesmo plano dos restantes latifúndios. Neles havia além dos trabalhadores agrícolas, operários fabris e empregados dos serviços administrativos. Os primeiros estavam sujeitos, na maioria, ao regime de trabalho sazonal e recebiam salários muito mais baixos que os outros. Portanto, a situação era complicada e passível de gerar conflitos. Os operários fabris, bem remunerados e porque dispunham de estabilidade, tinham receio das transformações radicais. Os assalariados agrícolas nada tinham a perder... Ora a análise da questão e a experiência fez-nos perceber que o avanço de imediato, para formas cooperativas, poderia ser perigoso e cavar a divisão entre os trabalhadores.

— Então o Estado...

— Face a uma agricultura tecnologicamente atrasada pensámos que o Estado, tomando conta dos complexos poderia neles instalar explorações-modelo, não só de investigação e experimentação como ainda de formação profissional sem perder de vista a sua viabilidade económica e financeira.

— Por isso se opõem à distribuição de terras nesses complexos?

— De facto a política dos Governos AD fizeram abortar as perspectivas que tínhamos em relação à Barrosinha, Comporta e Herdade Palma. A solução da distribuição de terras, no aspecto técnico, nem sequer é das melhores. Levantam-se questões de ordem técnica e económica que têm a ver com a viabilidade das explorações e a diversificação de culturas.

— E quanto ao rendimento por agregado familiar?

— Julgo que as áreas distribuídas não asseguram a viabilidade das explorações, com a agravante dos problemas decorrentes da monocultura. No caso do arroz, os agricultores logo no ano em que receberam as terras (ou seja este ano), viram impossibilitados de cultivar devido à falta de água. Isto demonstra a precariedade dessas explorações...

— O ministro Cardoso e Cunha referiu-se, na Barrosinha, ao facto de em tempos termos sido exportadores de arroz em contraponto com a actual situação, em que somos importadores, deixando pairar no ar, subtilmente, que a culpa era da Reforma Agrária...

— Nada disso. Nas cooperativas até se verificou um aumento substancial da produção de arroz. Duplicou-se mesmo a produção em comparação com o tempo dos latifundiários. Há, no entanto, dois factores a ponderar: o aumento da população e do consumo «per capita». O rendimento cultural, por outro lado, um dos mais altos da Europa, também não melhorou...

— O nosso arroz não presta? — A qualidade não é má. Muito pior é o americano, importado.

Uma das limitações do rendimento prende-se precisamente com a monocultura e ainda com a falta de experimentação, investigação e divulgação junto dos produtores.

Controlo

— A crítica que o seu partido faz à distribuição de terras não terá outras implicações?

— As críticas... não significam que o meu partido esteja contra a distribuição de terras a pequenos agricultores ou a trabalhadores agrícolas. Não concordamos é que ela seja pretexto para destruir as UCPs e Cooperativas. Por que não entregarmos terras nos latifúndios por expropriação?

— Há também subjectivas às críticas do PCP, uma descrença quanto à passagem, a título definitivo, para as mãos das pessoas contempladas pelas distribuições?

— Vejamos em primeiro lugar a questão da posse útil da terra. Por um lado o Governo diz que lamenta não poder entregar o título definitivo da propriedade porque a Constituição não permite e, por outro, nega a concessão da exploração, prevista na lei, que assegura a posse útil da terra aos agricultores ou trabalhadores rurais por um prazo de 99 anos. Prazo que ainda pode ser renovável. Afinal o que faz o Governo? Limita-se a entregar a terra, segundo um esquema que não é mais do que um contrato em que os agricultores têm de pagar uma renda pela terra que lhes é distribuída com carácter temporário. Contrato esse que só é válido por um ano e do qual o Governo pode rescindir unilateralmente sem sequer ser obrigado a indemnizar os agricultores pelas bem feitas que tenham realizado.

— O Governo admite uma espécie de cooperativas formadas a partir das terras distribuídas...

— Sim. O sr. Prates Canelas leva os estatutos aos novos agricultores, caso da Barrosinha, e influencia-os na tomada de decisões. Aliás penso que o Estado está a adoptar uma posição paternalista em relação aos trabalhadores. Pretende, ser ele a conduzir essas pseudocooperativas.

— E o tal Centro de Apolo?

— Acaba por ser um gestor do Estado. As coisas são colocadas nestes termos: preocupem-se com a produção que para gerir cá estamos nós. Na prática trata-se de um controlo.

— Consta que o tal director do Centro de Apolo, na Barrosinha, o técnico Espiga Pinto também recebeu terras e gados...

— Provavelmente para gerir com mais afinco...

— Então considera estas distribuições de terras como uma fraude?

— Convém ter presente que os antigos proprietários desses complexos agro-industriais também receberam, reservas, por norma superiores a 700 hectares e que incluem todo o apetrecho industrial. Daqui podemos deduzir que os novos agricultores irão investir, produzir e por fim entregar o produto do seu trabalho ao complexo industrial que não só comanda a formação dos preços como vai apropriar-se da mais-valia produzida pelos agricultores. Dado ao carácter de precariedade com que são entregues as terras é lícito colocar-se esta questão: se os novos agricultores entenderem os mecanismos de exploração e os contestarem o que poderá acontecer? Será que o Governo não irá pura e simplesmente anular o contrato?

Entrevista conduzida por Lourdes Faria

Ainda a "guerra das medalhas"

Freitas do Amaral diz não a condecoração no 10 de Junho

O porta-voz da Presidência da República afirmou que o prof. Freitas do Amaral deveria ter pedido ao ministro Basílio Horta para o não propor para nenhuma condecoração, em vez de estar a escrever cartas ao Presidente da República declarando que não quer ser medalhado.

Esta foi a reacção de Belém a uma carta de Freitas do Amaral em que o líder centrista afirmava que não queria receber nenhuma medalha das mãos de Eanes em 10 de Junho.

O comunicado de Belém confirma a existência da carta, que até ao momento não teve nenhuma resposta, "porque há cer-

tos factos relacionados com essa carta de difícil compreensão".

A condecoração de Freitas do Amaral, recorda o porta-voz de Belém, foi proposta pelo ministro Basílio Horta à Comissão Organizadora do 10 de Junho. «É de crer que, dadas as relações existentes entre o prof. Freitas do Amaral e o ministro Basílio Horta, tenha havido uma consulta prévia. Julga-se que seria mais razoável que o prof. Freitas do Amaral tivesse pedido ao ministro Basílio Horta que o não propusesse para esta condecoração», afirmou Joaquim Letria.

Na carta dirigida ao general

Ramalho Eanes, Freitas do Amaral revela que apesar de o Governo Balsemão ter recomendado a sua condecoração incluindo o seu nome numa lista enviada para Belém, não aceitará ser condecorado por Eanes.

Duas ordens de razões são adiantadas por Freitas do Amaral para reabrir a «guerra das medalhas».

Em primeiro lugar, afirma que quando forem condecorados, como parece confirmar-se, Sá Carneiro e Amaro da Costa, «embora tardiamente», segundo diz — nenhuma outra personalidade de nenhuma deverá beneficiar da mesma homenagem. «Foram

homens excepcionais», afirma Freitas do Amaral, para depois sublinhar que «não se deve misturar a consagração patriótica, mentalmente devida à sua memória com outras distinções de carácter e sentido completamente diferentes».

Em segundo lugar, o presidente do CDS recorda que recentemente o Presidente Eanes alegou que as más relações pessoais podiam fazer parecer hipocrisia a atribuição de uma condecoração. «E não desejo contribuir para levar Vossa Excelência a praticar mais actos de hipocrisia política», refere Freitas do Amaral.



Balsemão "pega" a crise "de cernelha"?

"O Governo não necessita de remodelação"

— afirmou no regresso da Madeira.

«Não creio que o meu Governo, ao fim de quatro meses necessite de uma remodelação» — afirmou Pinto Balsemão, à sua chegada ao aeroporto, depois de uma visita oficial à Madeira. Admitiu, contudo, algumas «alterações pontuais».

Quanto à falada remodelação, Pinto Balsemão sublinhou que «tal depende da iniciativa e do juízo sobre a oportunidade política do Primeiro-Ministro efectuar uma ou outra dessas acções».

«Essas alterações só serão efectuadas de acordo com um «timing» que terei de definir e não serão feitas por imposição quer da Comunicação Social quer de arautos políticos» — afirmou.

Quanto à proximidade, ou não, de tal «timing», limitou-se a dizer que «o segredo é a alma do negócio e também do negócio político».

Quanto às afirmações de Mota Amaral, em que o presidente do Executivo açoriano atacou o CDS, declarou julgar «não ser de atribuir demasiada importância a declarações proferidas em determinado contexto».

Pinto Balsemão afirmou ainda que «este ambiente que se vive, agora, de minicrises e de alguns afloramentos de tensões» corresponde à entrada de uma segunda fase da actividade governativa.

«A primeira fase, em que fui para a cabeça do touro em circunstâncias particularmente difíceis — Sá Carneiro tinha morrido

e o candidato da AD às presidenciais tinha perdido — foi ultrapassada» — acentuou.

«Venci a luta pela constituição de um Governo forte, as dificuldades eventualmente existentes dentro do meu partido, a luta pelo Orçamento Geral do Estado, a seca que assolou o País e as greves provocadas por vezes por motivos políticos» — acrescentou.

Referiu que a partir da aprovação do Orçamento Geral do Estado, o seu Executivo começará a tomar medidas de fundo, acentuando a propósito que «ao contrário do que algumas pessoas chegaram a dizer, não somos um Governo mole nem acomodaticios».

Comentou que «as sondagens revelam que o Governo tem não só uma boa imagem mas também bom conceito junto das populações».

Disse «ser natural que após esta primeira fase, de consolidação, de demonstração de capacidade, e da vontade de cumprir o projecto de sociedade da AD, haja certas minicrises e certos afloramentos de tensões».

Em relação ao eventual aproveitamento, divisionista, das declarações de Mota Amaral, afirmou: «É divisionismo tudo aquilo que afecte um projecto do qual somos simples mandatários e que eleitos pelos portugueses e que todos os que, por uma razão ou outra, tentarem dividir, perturbar ou prejudicar esse mandato são divisionistas e não hesito em tratá-los como tal».

Assembleia da República Defender os cidadãos da Informática

A «criação de uma Comissão Nacional de Informática e Liberdade» foi ontem aprovada por unanimidade na Assembleia da República. O projecto veio da ASDI, mas foi apoiado pela própria Aliança Democrática. Pela primeira vez, nesta sessão legislativa, é possível uma votação por consenso.

Uma outra votação foi anulada por falta de quórum. Dos 250 deputados estavam apenas no hemiciclo 113: 47 (PSD), 14 (PS), 28 (CDS), 19 (PCP), 4 (PPM) e 1 (MDP).

O período de antes da ontem

do Dia foi preenchido com discussão dos incidentes ocorridos, domingo, no Estádio da Luz (como descrevemos noutra local). César de Oliveira (UEDS), em nome da FRS, solicitou um inquérito parlamentar e pediu a suspensão do comandante da polícia de choque. O PCP fez 11 perguntas ao Governo. Tal como Lopes Cardoso (UEDS) ou Veiga de Oliveira (PCP) a tónica foi posta nos recentes casos de abuso de autoridade da polícia: invasão da Igreja da Encarnação, prisão dos sindicalistas e, agora, os incidentes do Estádio da Luz.

Cooperação trilateral com Moçambique Portugal dá o que pode

Moçambique vai procurar em países industrializados e produtores de petróleo meios de financiamento para projectos de desenvolvimento para os quais pretendo assistência técnica de Portugal, revelou o secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros num encontro com jornalistas.

Leonardo Matias fazia um balanço da visita que acaba de efectuar a Moçambique e que — conforme ele próprio disse — representou «um impulso sério na cooperação» bilateral com a assinatura de três acordos e a identificação de uma série de áreas de acção a curto e médio prazo.

O recurso a modalidades de cooperação trilateral foi encorajado pelas autoridades moçambicanas por se ter reconhecido nas conversações de Maputo a incapacidade financeira de Portugal para corresponder às múltiplas solicitações de Moçambique.

«Esta opção — comentou um elemento da delegação que acompanhou Leonardo Matias na sua viagem ao Maputo — revela bem o apreço que as autoridades de Moçambique tem pela técnica e pela tecnologia portuguesas».

Leonardo Matias, que se encontrou com os jornalistas na companhia do ministro dos Negócios Estrangeiros, Gonçalves Pereira, sintetizou os resultados da sua missão a Maputo dizendo: «Foi a resposta à vontade política dos nossos dois Governos de intensificar a cooperação numa base de reciprocidade de interesses».

Ao mesmo tempo disse que reconheceu entre as autoridades moçambicanas uma «maior vontade» de intensificar a cooperação do seu país com Portugal.

As conversações que durante uma semana a missão chefiada por Leonardo Matias teve com as autoridades moçambicanas, permitiram concluir a negociação de três acordos de cooperação, de nos domínios económico, comercial e da saúde, tendo-se também delineado uma série de acções pontuais de cooperação.

Leonardo Matias negou, no período das perguntas, que na audiência que o presidente Samora Machel lhe concedeu, tivesse sido sequer abordada uma eventual pretensão de Moçambique visando levar Portugal a exercer pressões que levem a África do Sul a abandonar a sua política na região.

Um "puxão de orelhas" de Conceição Monteiro (PSD)

"Queixas recíprocas" são "infelizes e prejudiciais para a AD"

A Comissão Permanente Distrital da Área Metropolitana de Lisboa — num comunicado assinado por Conceição Monteiro, secretária do ex-primeiro-ministro Sá Carneiro — dá «um puxão de orelhas» a todos os responsáveis da AD envolvidos na recente polémica — Mota Amaral, Ribeiro e Castro e Freitas do Amaral.

Numa linha de afirmação, a Comissão Distrital de Lisboa continua a fazer sair comunicados, antecipando-se quase sempre à Comissão Política Nacional do PSD. «Infelizes e prejudiciais para o reforço da AD e, por consequência, para a estabilidade da democracia em Portugal, todas as declarações de dirigentes dos par-

tidos que a integram, que visem ataques ou queixas recíprocas» eis como a Distrital social-democrata de Lisboa aconselha calma à AD.

Todos os problemas — prossegue o comunicado — devem ser resolvidos directamente entre os parceiros da coligação governamental e nunca ter por palco os meios de Comunicação Social. Depois de «puxar as orelhas», aconselha à calma, o comunicado da Distrital de Lisboa chama a atenção dos dirigentes da AD «para a responsabilidade que detêm ao conduzir a política nacional, a qual tem de ser concretizada como resposta aos desejos e aspirações de milhões de portugueses que

em nós confiaram e cuja confiança queremos continuar a poder merecer».

Eanes é, ainda, desta vez, criticado pela Comissão Distrital de Lisboa ao alertar para a necessidade de o PSD «se manter vigilante na defesa de um projecto democrático e renovador para a sociedade portuguesa e na luta contra as ambições pessoais que sustentam o projecto de poder do general Eanes».

Comissão Distrital do PSD de Lisboa — um «caso» de política partidária a tempo inteiro. A fricção entre os dirigentes de Lisboa e a Comissão Política Nacional está a agravar-se. Com vantagens para quem?

4 de Junho, frente ao Parlamento

Reformados vão manifestar-se pelo seu Caderno Reivindicativo

Reformados das áreas distritais de Lisboa e Setúbal vão manifestar-se em 4 de Junho frente à Assembleia da República em luta pela aplicação das propostas que constam do seu Caderno Reivindicativo aprovado em plenário nacional em Dezembro último e do conhecimento do Governo há já alguns meses. Nele se prevê e reclama que os montantes das pensões mínimas do regime geral suba para seis mil escudos e que a melhoria das pensões superiores à mínima seja de mil escudos. O Caderno Reivindicativo do MUPRI exige ainda que as pensões do regime rural se situem nos 5100\$00 e que a pensão social ascenda a 4500\$00.

Mas o Governo, indiferente às propostas e soluções apresentadas pelo Movimento Unitário dos Reformados Pensionistas e Idosos no seu «Caderno Reivindicativo», e porque já passaram as eleições, quer promover aumentos percentuais de 20%, «fingindo ignorar em quanto acentua as desigualdades já existentes», segundo o reformado Furtado, esta manhã, em reunião com os jornalistas na Rua da Barroca. A vingar tal método, teríamos (quando a vida sobre na mesma proporção e

gravosamente para todos), aumentos de 440 escudos para os que recebem uma pensão de 2200\$00 e aumentos de 4400\$00 para quem já aufer 20 contos mensais de reforma. Com mais precisão: quem recebe 20 contos passaria a dispor de 24, enquanto quem apenas tem 2200\$00 (que não dá para a cova de um dente) passaria a receber 2640\$00.

Esta política de números e percentagens é importante, não sendo por acaso que o Governo tenta aumentar em 20% todos os reformados, pensionistas e idosos deste país. Tenha-se em conta que não estamos em época eleitoral (como em Abril do ano passado, quando Sá Carneiro anunciou aumentos de pensões, para em Outubro o fazer, mas a partir de um decreto de 1979 e do Governo Pinta-silgo) e que do milhão e meio de reformados da CNP, apenas menos de vinte mil recebem pensões superiores a cinco contos. Um milhão pertence ao regime rural e à pensão social, o que significa que recebem 2400\$00 e 2200\$00, respectivamente, sendo 400 mil contos pagos ainda pelas Casas do Povo. Mais grave ainda: cerca de 700 mil sinistrados do trabalho,

não recebem nenhuma pensão pelo simples facto de, na altura do acidente, os patrões não os terem no seguro.

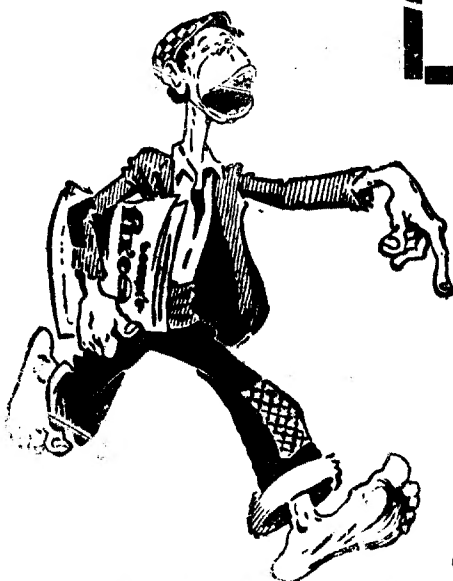
Nos dias que correm, qualquer pessoa equilibrada, económica, poupada, carecente, despende oito contos por mês em várias rubricas, não se incluindo aí medicamentos e outros gastos (espectáculos, livros, jornais). Oito mil escudos em mercearia, talho, mercado, (peixe, ovos, fruta), padaria, electricidade, gás, transportes, habitação, diversos e vestuário e calçado. Dos reformados deste país, são menos de vinte mil os que recebem mais de cinco contos. O Caderno Reivindicativo aprovado em plenário pelo MUPRI e entregue a Balsemão logo que este tomou posse, prevê um valor de seis contos para a pensão mínima, aumentos de mil escudos em todas, 5100\$00 para o regime rural e 4500\$00 para a pensão social. Mas o Governo não parece concordar com a proposta. Daí a concentração convocada pelo MUPRI para o dia 4 de Junho frente à Assembleia da República, depois das manifestações promovidas também por reformados e pensionistas no Porto, Leiria, Évora, Beja, e Marinha Grande.

concurso DL

1.º Album SEMPRE FIXE

QUINTA-FEIRA
Lisboa -- 21 de Abril - 1927

5 TOSTÕES



sempre **fixe** 48
semanário
humorístico

Propriedade
RENASCENÇA GRAFICA
S. A. R. L.
RUA LUZ SORIANO, 48

DIRECTOR E EDITOR
PEDRO BORDALLO

Administração
REDACÇÃO E OFICINAS
TEL. T. 195
RUA DA ROSA, 57

«Délivrance» laboriosa



O medico parteiro: -- A forceps não vai. Vamos a experimentar com isto.

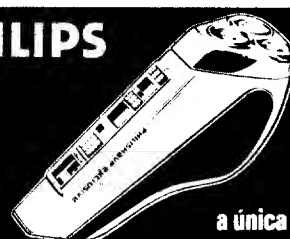
95

RECORTE POR AQUI



Nova **Philishave**
de acção dupla

PHILIPS



prepara o corte
e barbeia
mais rente

a única máquina eléctrica de barbear de acção dupla



1.º Álbum SEMPRE FIXE

Concurso DL

Efeitos do concurso das «misses»



Semi-nuas: como elas eram.
Nuas: como elas são.
Vestida: como ela foi p'r'A...merica.



-- Se a mamã quizesse, punha um bocadinho de «rouge» nos lábios da boneca, para ela poder entrar num concurso de beleza...



Inauguração oficial subalterna da época tauromaquica

Foi muito curiosa a corrida do abertura no Campo Pequeno, só lhe faltando o boi para os curiosos terem o baptismo da terra.

Abriu o divertimento, debaixo de um encerrado da Fabrica do sr. Gomes, a Banda Artística Musical de Lisboa, que lhes deu para a banda das marchas fúnebres devido à sentida melodia do cornetim.

Nas galerias da praça lia-se o seguinte e enorme letreiro: «Vamos para o Bristol!»—declaração com que o público em geral nada tinha se as galerias iam ou não ao Bristol.

Com franqueza sempre julguei que esse clube fosse melhor frequentado.

Mas vamos à corrida:

O primeiro touro, que era para Teixeira e Tanganho, saiu só para o Teixeira, que se portou à altura do seu nome todo, embora a empresa omitisse o seu apelido nos programas.

Tevo bons ferros à tira e à tiravolta que me oncheram as medidas.

No segundo touro, Custodio teve

um grande pat. Plá um descrido, um cambio de Custodio e nesse ferro umas tentativas de equilíbrio no corno esquerdo do animal. Plá apanhou a sua conta e Custodio meteu um ferro do dois tostões, que é como quem diz: *meio cruzado*...

Da família dos Burricos, marcou um valente pega o primeiro Burrico, completamente desajudado.

No negro que se seguiu o que tentava dansar o *charleston*, recebeu um bom par de Henriques, que foi iniciado o cambio.

Nesta altura é que começou a verdadeira festa agrícola-musical. Digo isto porque nunca vi tanta gente a examinar de perto se a qualidade da terra da arena era boa para plantar figueiras, o musical porque nessa altura é que começou a *jazz-bandada* de colhidas que até *metia impossível*.

Fosse fardados, um grande rabejador e o velho Carraga, com quasi setenta anos, que, desencadeado da primeira pega, enchemou a mão com uma segunda tão rija que até os catraios

de Alcochete deviam embandeirar em arco.

Tanganho apareceu lindamente montado e tão bom que o touro, ao ver os *piafês* do coreel, extasiado, não esteve para massadas nem marradas.

Chegada a voz do *espada*, olhei para as bancadas e divisei o Lino Ferreira e o seu acolito Lauer a coxixar. No entretanto, o *espada* mostrava com o capote perceber da poda mas, quando chegou às bandarilhas, é que eu o matei. O *espada* era o Silva Tavares disfarçado, o *espada* era poeta e a conversa do Lino e do Lauer, naturalmente, tratava da futura revista que o Segurado lhes encomendou para o Campo Pequeno...

O que não se pode deixar de admirar é a coragem do Silva Tavares em vestir-se de matador... que, como poeta, portou-se à altura dos seus recur-

Veio o intervalo e uns diziam que ia aparecer uma pantomima imitando a procissão de Sevilha... Não era ver-

dade... Eram os pendões com os brindes aos espectadores.

Da segunda parte da corrida pouco se pode ver, a não ser uma data de tapona que deram os touros do sr. Norberto Pedrosa.

Aquilo foi a torto e a direito...

Além de varios forcados, apanharam os cavalos, Flores, Santos, Henriques e Parracho, além do Silva Tavares, isto é: o *espada*.

Manoel dos Santos fez o que pode e até para esse um voador teve uma descolagem tão linda que por um triz o colhia na diligencia.

No final da corrida, um espectador que estava na barreira ao lado do director perguntou ao vizinho:

—Olha lá: saiu-te alguma coisa no sorteio?

—Não saiu, mas no ultimo touro ia saindo...

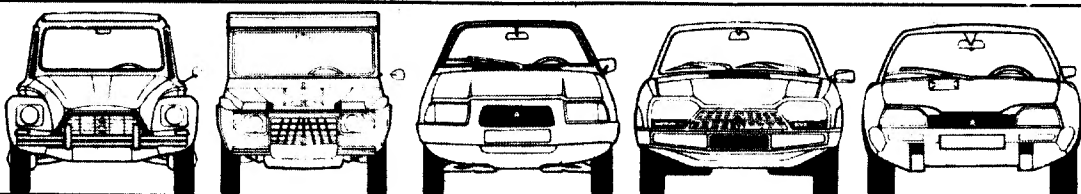
—O quê?

—O quê! Pois não visto que, por um triz, ia apanhando m corno...

(por El Terrible Perez)

El Encantador Pires.

96



CITROËN

CITROËN
a gama mais completa

Fundo de Abastecimento

Subsídios de 1980 quase 50 mil contos

Os subsídios a produtos através do Fundo de Abastecimento ascenderam em 1980 a 48 782 290 mil escudos, mais 73,96% do que a verba despendida em 1979 — segundo a Anop, citando o Fundo de Abastecimento.

O aumento dos subsídios através do fundo de abastecimento verificado em 1980 foi o maior dos últimos cinco anos.

Em 1979, o Fundo de Abastecimento atribuiu subsídios no valor de 28 042 597 mil escudos; em 1978, no valor de 23 851 809 mil escudos; em 1977, no valor de 15 010 664 mil escudos, e, em 1976, no valor de 11 721 888 mil escudos.

Para 1981 foi orçamentada uma verba total insuficiente, estando o orçamento do fundo a ser revisto, elevando-se aquela verba para cerca de 50 mil milhões de escudos.

O volume de subsídios a atribuir pelo Fundo de Abastecimento foi objecto de discussão durante o ano de 1980, a propósito da política de preços do então ministro das Finanças, que considerou a redução da taxa de inflação como objectivo central da política económica.

A taxa de inflação em 1979 foi de 24,2% e em 1980 de 16,6%. A oposição ao Governo de Sá Carneiro considerou que os instrumentos utilizados visavam colocar a política económica ao serviço da aliança Democrática as eleições legislativas de Outubro e as presidenciais de Dezembro.

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) no seu relatório anual sobre Portugal, considerou negativo o aumento dos subsídios ao consumo como forma de contenção dos

preços para 1980.

Cavaco e Silva recusou sempre a crítica a estar a reprimir a inflação, não tomando medidas de natureza estrutural para combater a alta de preços.

Os produtos que em 1980 absorveram um maior volume de subsídios foram os energéticos (25 613 127 mil escudos). O Fundo de Abastecimento financia os diferenciais de preços dos produtos vendidos abaixo do seu custo, como é o fuelóleo, o gasóleo e ainda transporte para que os combustíveis sejam vendidos ao mesmo preço em todo o continente.

O segundo grande agregado de produtos a financiar foram os cereais e as farinhas (6 908 239 mil escudos).

Os subsídios aos produtos energéticos tiveram um aumento de 135,2% em 1980, relativamente a 1979, ao atingirem a verba de 25 613 127 mil escudos.

As receitas provenientes destes produtos passaram de

17 298 453 mil escudos para 32 686 217 mil escudos. Este aumento dos subsídios aos combustíveis evitou uma subida dos preços de venda ao público durante a segunda metade do Governo de Sá Carneiro, aumento que veio a acontecer na altura em que Freitas do Amaral desempenhava as funções de Primeiro-Ministro em exercício.

Este nível de subsidiação aos combustíveis evitou também uma repercussão directa na economia portuguesa da subida dos preços do petróleo bruto verificada em fins de 1979 e princípios de 1980.

Também os adubos beneficiaram de um aumento muito grande dos subsídios, que passaram de 1 780 502 mil escudos em 1979 para 3 894 607 mil escudos em 1980.

Estes três agregados (combustíveis, adubos e cereais) são determinantes para o controlo da inflação, pelas repercussões nos preços de inúmeros produtos, ou porque são essenciais aos transportes ou porque servem de matéria-prima (cereais) ou ainda porque são uma parte importante dos custos de produção na agricultura (adubos).

O Fundo de Abastecimento tem dois contribuintes fundamentais para o seu orçamento: os produtos energéticos, especialmente as gasolinas que são vendidas muito acima do preço de custo, e o Orçamento Geral do Estado.

Os diferenciais de preços dos combustíveis contribuíram em 1980 com 32 696 217 mil escudos e o Orçamento Geral do Estado com 13 800 milhões de escudos.

Estas rubricas representam 95,3% das receitas totais (48 782 290 mil escudos) de 1980.

A contribuição do OGE em 1979 foi de 6400 milhões de escudos e em 1978 foi de 5600 milhões.

O esquema de subsidiação de preços através do Fundo de Abastecimento tem sido objecto de críticas dos mais variados sectores da sociedade portuguesa, por serem socialmente injustos, na medida em que deles beneficiam tanto os ricos como os pobres e ainda os turistas.

Os turistas vêm a Portugal e consomem o pão subsidiado, bem como o gasóleo o leite e o arroz. O desempregado paga o mesmo que o que tem dois ou três empregos e o capitalista paga tanto pelo pão como o habitante do bairro da Ita.

A necessidade de acabar com este tipo de subsídios tem sido defendida pela quase totalidade dos Governos depois do 25 de Abril de 1974, só que, na prática, todos têm mantido e até aumentado o volume de dinheiro canalizado para o Fundo de Abastecimento, cujas solicitações o obrigam a recorrer ao crédito, pagando elevadas quantias de encargos financeiros.

Só em 1980 os juros dos empréstimos pedidos ascenderam a 747715 mil escudos quando em 1978 e 1979 foram de 379234 mil escudos e 361374 mil escudos.

Especialistas em dietética vêm fazendo críticas aos produtos que têm sido objecto de subsídio, considerando que se está a promover uma incorrecta alimentação das populações.

Por exemplo, no cabaz de compras de 1980 estavam incluídas os óleos de girassol, de soja e de cártamo e as margarinas, quando é sabido que os portugueses consomem gorduras em excesso.

Segundo as estatísticas do Instituto Nacional de Estatística, cada português ingeriu em média diária 73 gramas de gorduras, quando os especialistas consideram o nível ideal os 53 gramas.

Para 1981 o cabaz de compras integrará apenas quatro produtos: leite, arroz, pão e açúcar, o que mostra que este instrumento da política de preços não tem visado a definição de uma correcta política alimentar, nomeadamente ao incluir o açúcar, produto cujo consumo actual é considerado exagerado pelos especialistas em dietética.

O Fundo de Abastecimento é um organismo do Estado dotado de autonomia administrativa e financeira, que tem por objectivo compensar e ga-

rantir a estabilização dos preços dos bens essenciais ao consumo público e promover a regularização dos mercados e melhoria das condições de abastecimento.

Foi criado em Setembro de 1947 com o objectivo de centralizar numa entidade única os vários fundos sectoriais funcionando nos organismos corporativos e de coordenação económicos.

Até 1973, o Fundo de Abastecimento podia considerar-se um organismo abastado. As suas receitas cobriam folgadoamente os encargos, chegando a financiar infra-estruturas a fundo perdido ou através de empréstimos.

A partir do segundo semestre de 1973, a crise petrolífera levou a uma inversão desta situação de abundância financeira, devido ao aumento dos preços dos produtos alimentares e das matérias-primas. Em 1974 o défice do fundo já era de cinco mil milhões de escudos.

Nos anos seguintes os preços daqueles produtos continuaram a aumentar, paralelamente a uma evolução quantitativa do consumo, agravando o défice do Fundo de Abastecimentos, o que também aconteceu em virtude da desvalorização do escudo.

Em 1980, o défice já ultrapassou os 11 mil milhões de escudos.

Jaime Antunes (Anop)

em duas palavras

Preço da sardinha vai ser subsidiado aos armadores

Quando o preço da sardinha ficar abaixo de um mínimo estabelecido, o Governo atribuirá um subsídio aos armadores de pesca — segundo a ANOP, citando fonte próxima da Secretaria de Estado do sector. A medida entrará em vigor no início de Junho e durará até 31 de Dezembro.

O subsídio, a atribuir pelo serviço de lotas e vendagem aos armadores, será de 2\$50 por quilo sobre o valor da sardinha que na lota não atinja preços superiores a 6\$50 o quilo ou 5\$50 o quilo, consoante a descarga seja ou não efectuada pelas tripulações.

Por outro lado, a SEP vai apoiar a dinamização da constituição de associações de produtores de pescado, regionais ou locais, associações que aquele departamento governamental pretende que participem na gestão da primeira venda do pescado, façam preços mínimos e intervenham na congelação e industrialização dos produtos da pesca.

A SEP tenciona também incentivar o estabelecimento de acordos de preços mínimos entre as associações de produtores (a primeira das quais foi já constituída, no Algarve) e os industriais de farinhas e óleos de peixe, de forma a garantir a recepção da sardinha retirada da lota.

O mesmo departamento governamental tem ainda em estudo medidas que visam rentabilizar algumas traineiras cuja exploração é deficitária, nomeadamente acções que possibilitem aos armadores interessados a transformação das suas traineiras, tornando-as mais operacionais.

Pretende a SEP, com estas medidas, diz a ANOP, «combater o aviltamento periódico dos preços de venda da sardinha, e evitar a diminuição da frota e endividamento dos armadores».

França de Mitterrand «honrará compromissos»

O ministro francês das Finanças do novo gabinete socialista afirmou ontem em Paris que a França honrará os compromissos assumidos anteriormente, entre estes os que respeitam às vendas de armas à África do Sul e de urânio enriquecido ao Iraque.

Para Jacques Delors, o Gabinete de Mitterrand e do seu primeiro-ministro Pierre Mauroy crê que «respeitar os compromissos é uma questão de honra nacional e de moralidade pública».

Veio no «Washington Post»: esta política deve ser anunciada aos franceses, hoje, quarta-feira, pelo sucessor de Giscard d'Estaing.

Açores e ZEE

A Assembleia Regional dos Açores vai apreciar para a semana (mais exactamente, no dia 3 de Junho) o pedido de inconstitucionalidade do diploma do Governo da República sobre a investigação científica na Zona Económica Exclusiva (ZEE) do arquipélago.

O Executivo Regional alega, no pedido de inconstitucionalidade,

não ter sido ouvido quando da elaboração do Decreto-Lei n.º 2/81, de 7 de Janeiro, e considera o diploma não adequado, visto existir já «orgânica regional autónoma» sobre a matéria.

O Parlamento açoriano, que inicia nesse dia o período legislativo de Junho, apreciará também a proposta de decreto-lei regional que define os critérios para a elevação de freguesias à categoria de vilas.

Comércio luso-japonês

O ministro do Comércio e Turismo, Vaz Pinto, falou ontem, no Porto, da «liberdade de trocas comerciais entre Portugal e Japão», dizendo esperar que «as dificuldades postas à exportação japonesa, principalmente por parte dos países americanos, não se tornem uma regra».

Vaz Pinto presidia a uma reunião promovida pela Câmara de Comércio Luso-Japonesa, em que participaram comerciantes e industriais do Norte. Em seu dizer, o défice de 11 000 milhões de escudos para Portugal é «motivo de preocupação»: as exportações portuguesas para o Japão não atingiram sequer 2000 milhões de escudos.

«O Fundo de Fomento de Exportação (FFE) vai actuar, de futuro, nas áreas de exportação, em muito mais íntima colaboração com as associações privadas» — disse Vaz Pinto.

Contingentamento de mercadorias

O «Diário da República» publicou hoje um suplemento ao seu número de 31 de Março incluindo uma portaria dos ministérios das Finanças e Plano, do Comércio e Turismo e da Indústria e Energia, fixando o regime de contingentamento a aplicar a costas mercadorias durante o período que começou em 1 de Abril e vai até 31 de Março do ano que vem.

A decisão — que apenas procede a reajustamentos quantitativos — visa o não agravamento do défice da balança comercial e da balança de pagamentos para o ano corrente.

Dos produtos contingentados constam, entre outras coisas, frutas, caloríferos e outros aparelhos eléctricos para uso doméstico, pilhas, motocicletas, armas de fogo, móveis, e veículos de rodas para divertimento de crianças.

Fósforos: caixas grandes mais caras

Saiu hoje no «Diário da República» uma portaria da Secretaria de Estado do Orçamento (Inspecção-Geral de Finanças) aumentando o preço das caixas de fósforos de formato maior.

O preço destas caixas (de 120 fósforos) passa a ser de 4\$50.



**SINDICATO
DOS
METALÚRGICOS
DE LISBOA**



A JUSTA LUTA DOS TRABALHADORES DA FORD

A agudização constante e acelerada das condições de vida dos trabalhadores tem motivado estes para se unirem cada vez mais na defesa dos seus direitos e interesses, ao mesmo tempo que ganham consciência da legitimidade das suas reivindicações.

Em relação ao Caderno Reivindicativo apresentado pelos trabalhadores da FORD, à recusa intransigente da Administração em negociar os pontos com maior incidência económica e de carácter social, responderam os trabalhadores com a sua luta que se traduziu na paralisação sucessiva dos vários sectores, num total de 51.5 horas, no período de 27 de Abril a 19 de Maio, paralisação essa que, tendo em conta o encadeamento da produção, correspondeu efectivamente a uma paralisação de 242 horas, atingindo 90% da empresa.

Reafirmando e tentando impor a sua intransigência, a Administração não hesita nos meios a utilizar, procurando nomeadamente dividir os trabalhadores.

É assim que, no passado dia 13 do corrente, ao mesmo tempo que reúne com a Comissão Negociadora para apresentar uma contraproposta que afirma ser a sua decisão final, a Administração manda distribuir por todos os Trabalhadores essa sua tomada de posição, numa atitude nitidamente de má-fé, com o objectivo de espalhar a divisão entre os Trabalhadores e demonstradora dos seus processos de negociação. Perante esta actuação prepotente e divisionista da Administração, os Trabalhadores demonstraram a sua indignação paralisando automaticamente e com uma adesão ainda maior à greve.

Passada uma semana, precisamente no dia 20, a Administração volta a insistir nesta tática, distribuindo outro comunicado aos Trabalhadores; mas desta feita, além de ultrapassar os órgãos representativos daqueles e a sua comissão negociadora, entra pelo campo das ameaças e do amedrontamento, dizendo que a luta dos Trabalhadores é que está a pôr em causa os postos de trabalho.

Os Trabalhadores já demonstraram que não desejam a greve pela greve, antes pelo contrário pretendem negociar de uma forma continuada, o seu Caderno Reivindicativo; mas, ao mesmo tempo, os Trabalhadores também já demonstraram a sua disposição para prosseguir a luta, até alcançarem os seus justos objectivos.

Por isso, desengane-se a Administração se pensa fazer recuar os Trabalhadores através da demagogia e da má-fé.

A Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa tem cumprido o seu dever, apoiando e acompanhando a par e passo esta justa luta, e continuará a fazê-lo; os Trabalhadores da FORD podem contar, como sempre, com o apoio necessário, a todos os níveis, que sempre encontrarão na Direcção do seu Sindicato.

* PELO REFORÇO DA UNIDADE DOS TRABALHADORES!

* PELA NEGOCIAÇÃO DO CADERNO REIVINDICATIVO!

* A LUTA CONTINUA! O FUTURO PERTENCE AOS TRABALHADORES!

Lisboa, 25 de Maio de 1981.

A DIRECÇÃO

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

HOSPITAL DE SANTA MARIA

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS APARELHOS DE R. X.
— Durante o Ano de 1981 Conc. Público n.º 10/81-IE
APARELHO PARA SEPARAÇÃO DOS COMPONENTES
DO SANGUE — Serviço de Sangue Conc. Público n.º 11/81-IE
REPARAÇÃO DOS COURS ANGLAIS
— Serv. Inst. e Equipamentos Conc. Público n.º 12/81-IE

As respectivas condições, encontram-se patentes todos os dias úteis das 9 às 12,30 horas e das 14 às 17,30 horas, na Secretaria do Serviço de Aquisições (IE).
A abertura das propostas terá lugar nos dias 22 e 23/6/81 às 11 e 16 horas no referido Serviço.

Lisboa e Hospital de Santa Maria, 20 de Maio de 1981

PEL'O DIRECTOR SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO
a) J. d'Almeida Ribeiro

seja independente!

trabalhe no que é seu

Um curso por correspondência pode transformar toda a sua vida. Seja INDEPENDENTE. GANHE MAIS DINHEIRO. TIRE POR CORRESPONDÊNCIA UM DOS NOSSOS CURSOS ENVIE HOJE MESMO ESTE CUPÃO.



- | | |
|---|---|
| ☐ COSTURA | ☐ RADIO, ELECTRÓNICA, TV |
| ☐ FOTOGRAFIA | ☐ DESENHO E PINTURA |
| ☐ RELAÇÕES PÚBLICAS | ☐ ELECTRICIDADE |
| ☐ VENDAS / MARKETING | ☐ INGLÊS |
| ☐ CONTABILIDADE | ☐ SECRETARIADO |

Peço o envio do livrete colorido e ilustrado sobre o curso que indico com um ☒

GRÁTIS

NOME _____
MORADA _____
LOCALIDADE _____



CEC - ÁLVARO TORRÃO * Rádio Escola
Rua Fernão Lopes, 8 - 1096 LISBOA CODEX - Telef. 54 31 36

JUNTA AUTÓNOMA DE ESTRADAS

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

CONCURSO PÚBLICO PARA ARREMATACÃO DA EMPREITADA DA «E. N. 223 — KM 22 — ALARGAMENTO E REFORÇO DO PAVIMENTO ENTRE O NÓ DA AUTO-ESTRADA NA VILA DA FEIRA E A E.N. 109 — (PROX. DE OVAR)»

- Preço Base 34 848 290\$00
- Caução Provisória 871 207\$30
- Alvará Exigido; — 1.ª Subcategoria da IV Categoria ou IV Categoria — Classe correspondente ao valor da proposta
- Local, dia e hora limite para a entrega das propostas — Repartição de Expediente Técnico da Direcção dos Serviços de Construção — Praça da Portagem — Almada, até às 16 horas do dia 24-6-81, pelo correio
- Local, dia e hora do Acto Público do Concurso — Direcção dos Serviços de Construção — Praça da Portagem — Almada, no dia 25-6-81, às 15 horas
- Local e horário para Exame do Processo — Repartição de Expediente Técnico da Direcção dos Serviços de Construção e Direcção de Estradas de Aveiro.

Praça da Portagem — Almada, 12 de Maio de 1981

O ENGENHEIRO DIRECTOR DOS SERVIÇOS

Mário Fernando Marques Dias

Função Pública

Enquanto a Frente Comum aguarda audiência há mais de dois meses Eusébio de Carvalho recebe a Fesap

A Comissão Negociadora Sindical (CNS) da Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública foi ontem recebida pelo secretário de Estado do Orçamento, na sequência dos esforços que tem vindo a desenvolver no sentido de discutir com o Governo as reivindicações com incidência económica do sector.

Aquele membro do Governo revelou à CNS que o Executivo não vai aplicar «nem este ano, nem no próximo» o Imposto Profissional para os trabalhadores

da Função Pública. Afirmou igualmente ter nomeado um grupo de trabalho para realizar um estudo sobre as formas de aplicação ao sector do Imposto Complementar.

De acordo com uma fonte sindical, nesse encontro e no que se refere a questões relacionadas com as verbas orçamentais, foi acordada a possibilidade de se realizar uma nova reunião logo que o referido estudo esteja concluído.

Entretanto, o ministro da Reforma Administrativa, que conti-

nua a não querer receber os representantes dos Sindicatos da Frente Comum, marcou para esta tarde uma audiência com a Frente Sindical da Administração Pública (FESAP), afecta à UGT, a qual não aceita igualmente a tabela salarial aprovada em Conselho de Ministros.

Os Sindicatos da Frente Comum marcaram um plenário para a próxima sexta-feira, durante o qual será analisado o processo de luta da Função Pública e decididas novas formas de luta, caso o Governo continue

a manter-se «surdo e mudo» relativamente às reivindicações do sector.

Esta tarde, com início às 14 e 30, prossegue no Tribunal de Polícia, o julgamento dos três sindicalistas detidos pela PSP, no passado dia 13, quando aguardavam ser recebidos pelo ministro Eusébio de Carvalho. Nesta sessão, prevê-se que sejam ouvidos o comissário Caldas e o chefe Junqueiro, que também intervieram no processo de detenção daqueles sindicalistas.

Bancários comunistas

contra a lei de delimitação dos sectores

Num encontro sobre a situação da Banca, realizado em Lisboa, os bancários comunistas manifestaram-se contra a proposta de lei de delimitação dos sectores público e privado, tendo reclamado a sua declaração de inconstitucionalidade e a consequente recusa pelo Conselho da Revolução.

Os participantes no encontro, da iniciativa da Organização dos Trabalhadores Bancários de Lisboa do PCP, pronunciaram-se igualmente contra a actual legislação sobre a constituição e posterior regulamentação das sociedades de desenvolvimento regional e das sociedades de investimento, por considerarem que «contraria a Constituição e corresponde à criação de autênticos bancos», tendo também exigido a revogação desta legislação.

Em contrapartida, os bancários exigiram a criação de «um plano a curto, médio e longo prazo, de reestruturação da Banca, em que os trabalhadores participam através dos seus representantes» e que se enquadre no «desenvolvimento económico e social do País».

Preconizaram também a gestão da Banca por pessoas que se identifiquem com a nacionalização e «não pelos seus inimigos». Definindo como sua «principal frente de combate» a defesa da banca nacionalizada, manifestaram-se pelo «combate claro e firme contra a corrupção, burocratização e ineficiência dos serviços bancários».

Outros pontos focados no encontro relacionam-se com o reforço do exercício do controlo de gestão pelas comissões de trabalhadores, a nomeação dos representantes dos trabalhadores para as comissões de fiscalização dos bancos e a tomada de posse dos gestores eleitos.

A política de pessoal adoptada pelos conselhos de gerência mereceu também a atenção dos bancários comunistas, nomeadamente no que se refere à falta de cumprimento do contrato colectivo vertical de trabalho. A este propósito acusaram as direcções afectas à UGT de terem uma actuação conivente e de «boicote constante», que reduz a «capacidade de luta e intervenção dos trabalhadores».

Bancários do Norte

A tendência de unidade «por uma vida nova no Sindicato», classificou como «armadilha» a assembleia-referendo marcada para amanhã pelos corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Norte, com o pretexto de melhorias nos Serviços Médico-Sociais (SAMS).

Para a referida tendência, que convidou os bancários ao «justo desprezo», como aconteceu na assembleia de 10 de Abril, o objectivo dos corpos gerentes (afectos à UGT) não é melhorar os SAMS, «mas levar os bancários a legitimar a sua proposta de alteração aos estatutos do Sindicato, que afastariam ainda mais os sócios da vida e controlo sindicais».

A deliberação de amanhã diz respeito sobretudo a alterações ao regulamento dos SAMS e alterações aos estatutos do Sindicato.

A tendência de unidade sublinha que a «armadilha» é clara se se tiver em conta que aqueles dirigentes sindicais resolveram silenciar as propostas que não lhe eram afectas.

Revisores da CP confirmam greve de quatro dias

Os trabalhadores filiados no Sindicato Nacional de Trens e Revisão confirmaram que paralisarão nos dias 29, 30 e 31 do corrente e 1 de Junho, tendo por objectivo obrigar o conselho de gerência da CP a cumprir acordos firmados anteriormente.

Esta paralisação que surge na sequência de outras) a concretizar-se, abrange todos os revisores da CP (cerca de 1700), bem como os trabalhadores que habitualmente fazem a carga e descarga de mercadorias nas estações.

A greve foi confirmada depois do fracasso de uma reunião entre dirigentes sindicais e o conselho de gerência da CP.

De referir que, conforme já noticiámos, os maquinistas da CP também anunciaram uma greve de cinco dias, esta com início às zero horas de 1 de Junho, visando igualmente o mesmo objectivo: o cumprimento do acordo «livremente assinado».

Relativamente à greve dos maquinistas, a administração da CP manifestou-se «surpreendida» em virtude de, segundo um porta-voz da empresa, a reunião da semana passada ter decorrido «em bom clima».

O mesmo informador disse que o conselho de gerência da CP mantém a reunião que, naquele encontro, foi marcada para amanhã.

Metalúrgicos em luta pelo ACTV

Os delegados sindicais da metalurgia e metalomecânica dos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal e Coimbra, mandaram a federação dos sindicatos e a Comissão Negociadora Sindical para desencadear as formas de luta que julgarem oportunas, tendo em vista o desbloqueamento das negociações para a revisão do Contrato Colectivo de Trabalho Vertical do sector.

Os cerca de 700 delegados sindicais estão dispostos a mobilizar os trabalhadores para as formas de luta que forem decididas. Neste sector, o patronato, de acordo com uma fonte sindical, pretende retirar aos trabalhadores direitos e garantias conquistadas em anteriores negociações e consagrados no contrato em vigor.

Ford Lusitana

Prosseguem na Ford Lusitana as paralisações de quatro horas diárias, iniciadas na segunda-feira e que se prolongam até ao dia 30, visando pressionar a administração a aceitar o ca-

dermo reivindicativo. Estas paralisações têm registado uma adesão de cerca de 90%.

Os trabalhadores pretendem aumentos salariais da ordem dos cinco mil escudos, criação de diuturnidades, complementos de reforma e doença, subsídios de transporte, seguro de pessoa em deslocações, ensino de inglês, subsídios aos trabalhadores-estudantes e passagem a efectivos dos contratados a prazo que não se encontrem a preencher lugares com carácter temporário — referiu um porta-voz sindical.

Os trabalhadores da Ford Lusitana já efectuaram um dia de nove horas de paralisação, outro de duas horas e quatro dias de 4 e 30 de greve.

A Ford Lusitana é uma empresa do sector automóvel que tem ao seu serviço cerca de 1250 trabalhadores.

Proconstrói

Termina amanhã a série de paralisações de cinco horas diárias que os trabalhadores da empresa Proconstrói e MN Tiago

iniciaram ontem, com uma adesão superior a 80%. Esta tarde e durante o período de paralisação, os trabalhadores daquelas empresas concentram-se em frente à sede da administração, em Lisboa.

As formas de luta adoptadas visam pressionar a administração a aceitar o caderno reivindicativo, que prevê aumentos salariais de 15% e o aumento do subsídio de refeição para 80 escudos e a revogar os processos disciplinares instaurados a quatro operários, dois dos quais membros da Comissão de Trabalhadores (CT).

Os trabalhadores da Proconstrói e MN Tiago, empresas de construção civil com gerência e obras comuns, que empregam cerca de 1900 trabalhadores no conjunto, já efectuaram nove paralisações de duas horas diárias e três greves de cinco horas por dia.

Lousas de Valongo

Os trabalhadores da Empresa de Lousas de Valongo retoma-

ram, ontem, os seus postos de trabalho, depois de a administração ter acordado com um aumento salarial de 20%. Aqueles trabalhadores vinham, há já oito semanas, a fazer paralisações às terças, quartas e quintas-feiras, o que estava a causar sérios embaraços à empresa que, assim, acabou por ceder à exigência dos mineiros.

Cabos Ávila

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas considera que estão criadas condições mínimas para o recomeço das negociações do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) dos trabalhadores da Empresa Cabos Ávila. Esta posição do sindicato foi tomada depois de a administração ter abandonado a sua contraproposta de 12% de aumento salarial e a sua intenção de substituir nos seus postos de trabalho os delegados sindicais que participam no processo negocial. Face a este recuo da administração, a greve marcada para amanhã foi desconvocada.

Governo recusou debate no Seixal

Habitação clandestina: solução será política

Dois dias de discussão foram o tempo, para já, das Primeiras Jornadas Nacionais sobre Loteamentos Clandestinos que, por iniciativa da Câmara Municipal do Seixal se realizaram na Cruz de Pau e que ontem terminaram. Com uma média de 300 participantes por sessão, as Jornadas suscitaram a adesão de 53 câmaras municipais que se fizeram representar por um ou mais elementos.

O grande ausente foi sem dúvida o Governo. Dos seus múltiplos departamentos que de algum modo se relacionam com a problemática do clandestino no nosso país, apenas a Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico enviou observadores, que não participantes. Clandestino, uma espécie de, foi, assim, o Governo que, todos sabendo existir não foi possível encontrar no passo da discussão.

O melhor resultado dos dois dias de diálogo, que viriam a revelar-se curtos pelo interesse evidente, foi a possibilidade de confronto das várias sensibilidades em presença. Na verdade, a questão do clandestino não é pacífica. Há várias formas de o encarar, no seu significado, na necessidade de repressão, na forma de recuperá-lo.

A génese do problema, essa, parece que obteve o consenso. As culpas foram invariavelmente atribuídas ao quadro jurídico-institucional que, por seu turno, não surge por obra do acaso. Ele corresponde, como óbvio, às opções políticas que dominaram em cada altura e, no início foram o resultado da cedência às pressões da oligarquia financeira.

As falhas do sistema jurídico vigente foram, pois, sistematicamente apontadas e, em muitos casos, aprofundadas, tendo sido reconhecida a necessidade, se não da alteração do quadro institucional, pelo menos a sua adequação, a sua adaptação às condições actuais.

As soluções preconizadas, es-

sas, foram as mais variadas e só um esforço da organização poderá esquematizá-las. Mas a própria existência de um consenso, que até determinada altura parecia não sobreviver, foi ressaltada ao longo das jornadas.

Por exemplo, a Câmara Municipal do Seixal, em texto de apoio divulgado durante os trabalhos, defendia o reforço dos meios financeiros através da aplicação da actual lei das Finanças Locais e de maiores possibilidades de acesso ao crédito por parte das câmaras municipais.

Mas, igualmente, nesse documento reclama-se o alargamento e melhoria de condições de crédito à construção de habitação própria e particularmente no que se refere à autoconstrução.

Durante as discussões, porém, a tónica foi indubitavelmente a necessidade de os municípios poderem passar a dispor de solo urbanizado, a preço concorrencial com o praticado pelos loteadores clandestinos e que, portanto, permitiria a fuga dos interessados na compra de um lote para construir a sua própria casa, dentro de características que afinal são desejadas por uma boa faixa da nossa população. Ou seja, baixa densidade, habitação unifamiliar, e horta logo ali à porta.

Um concelho em avos

«Qualquer dia tenho o meu concelho completamente feito em avos» — dizia um presidente de

uma câmara algarvia, salvo erro o de Vila do Bispo. Referia-se, como este desabafo, a uma das formas que assume o loteamento clandestino e que tem cobertura legal. Ele há tanta coisa por aí, desde as quintinhas às fábricas clandestinas...

As experiências relatadas assumiram, sem dúvida, dos aspectos mais salientes dos trabalhos das Jornadas. Não fora tratar-se essencialmente de especialistas, e certamente o espanto invadiria a sala perante casos ali relatados.

Por exemplo, o caso por nós já referido de transporte de tijolos e outros materiais dentro de malas de viagem durante a noite, entre Olhão e as ilhas de Armona e da Culatra. É que, postas as autoridades e particularmente a Câmara de Olhão, perante a degradação quase irreversível operada nas duas ilhas, as autoridades começaram a tomar algumas medidas, entre as quais as que visavam impedir o transporte de materiais.

No caso que relatamos, como acontece em muitas outras zonas com relevo para as que ficam na orla marítima, trata-se de segundas habitações, ou seja casas que se destinam às férias, aos descansos de fim-de-semana, pontes prolongadas. Mas nas periferias das grandes cidades, o que acontece com muita frequência é a proliferação da habitação no verdadeiro sentido do termo.

Se hoje o mercado do clandestino já atrai sectores populacionais da burguesia, a verdade é que uma das suas fontes é a marginalização a que as camadas mais desfavorecidas vão sendo submetidas. Ou seja, são empurrados para os limites das zonas que, muitas delas acabaram de ser recuperadas. No caso da Amadora, a título de exemplo,

cerca de 30% da sua população vive em clandestinos ou degradados. No fundo, isso é empurrar o proletariado das zonas melhor servidas, como dizia o responsável daquele município, logo no princípio dos trabalhos.

Reconhecendo, defendendo, que é preciso contrariar essa tendência. Orlando Almeida intergava-se sobre como é possível fazê-lo só com o exercício do poder democrático nas autarquias, sem o verdadeiro empenhamento do poder central.

Poder central que, ao que se viu nestas Jornadas, não é muito sensível a estas questões, ou pelo menos não está muito interessado em discutir-las com aqueles que diariamente se confrontam com os problemas: os municípios.

Máquina emperrada e leis desajustadas

Um dos numerosos textos divulgados, elaborado por Sofia Pitschieller e Manuel Salgado, defendia a determinado ponto um ordenamento que cubra todo o território concelhio e considere as articulações com a região em

que se insere. Para os dois autores, só desse modo será possível compreender a dinâmica económica e social do concelho, a pressão para a localização de novas actividades, o processo de transformação da estrutura agrícola, as áreas estabilizadas, etc...

Ou seja, de acordo com esta tese, a capacidade de aprovar projectos deveria transitar da Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico para as próprias câmaras, uma vez que naquele departamento governamental os projectos se amontoam durante anos sem que seja dado qualquer parecer. E, desse modo, a própria faculdade que os municípios têm, de se pronunciarem sobre questões de pomenor, são impossibilitadas por não haver planos gerais com a chancela da Direcção-Geral.

A Câmara de Almada, por exemplo, debate-se com esse problema, à semelhança do que acontece com muitas outras, um pouco por todo o País. No caso de Almada, há planos para aprovação desde 1979 e resposta é coisa que se não vistumbra...

A propósito, refira-se que a Câmara de Vila Franca de Xira, face a essa situação decidiu-se pela não consulta à D-GPU, passando a autorizar ela própria projectos que lhe sejam apresentados e que considere em boas condições. Claro que houve reacção da Direcção-Geral, vieram os ofícios a

dizer que não aceitavam essa decisão. Mas o responsável do município garantiu ali que vai continuar nesse caminho e certamente os proprietários das casas assim construídas não serão prejudicados.

E há as leis, viradas num sentido diverso daquele que parece ser o do interesse público. Daí certamente a reivindicação apresentada na tese em apreço, de que o direito de lotear deve pertencer à administração pública, podendo esta concedê-lo aos particulares mediante determinadas condições.

No fundo e depois de tudo, o que sobressai da realização destas jornadas, é que a resolução do problema dos clandestinos passa por uma opção política.

Agora, enquanto se prepara o prosseguimento dos trabalhos da Cruz de Pau, os organizadores das Jornadas anunciaram que pedirão audiências ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da República, para entrega da documentação produzida. Além de preparar o seu envio aos grandes ausentes da discussão.

Uma nota mais: face à ausência da maior parte dos órgãos da Comunicação Social, chegou a ser proposta a publicação, como publicidade paga, do texto final das Jornadas. Para o efeito, deveriam quotizar-se as câmaras presentes. Sem comentários.

DESVENDADO O MISTÉRIO!

O novo espaço comercial da Baixa é uma loja de electrodomésticos



E agora que a sua curiosidade foi satisfeita, aproveite as vantagens da ousada **CAMPANHA INAUGURAL** que até FIM DE MAIO irá festejar a abertura da **NOVA MECA NA BAIXA!**

A MECA DA-LHE
5.000\$00

PELO SEU TV A PRETO E BRANCO NA COMPRA DE UM

TV A CORES

ALTA FIDELIDADE • RÁDIO-LEITORES • COMPACTOS • TV • FRIGORÍFICOS • COMBIS •
• ARCAS • VENTONHAS • MAQ. LAVAR ROUPA • MAQ. LAVAR LOUÇA • CANDEIROS
• ASPIRADORES • ENCERADORAS • FOGÕES • ESQUENTADORES • ETC.

Os preços mais baixos da Baixa!

VÁ À MECA!

Calçada do Carmo, 9 — Esquina da 1.ª de Dezembro (junto ao Rossio)
Rua Conde Redondo, 21 — Esquina Gonçalves Crespo

comunicação social

Ainda eleições no SJ

Lista "A" exige Judiciária para recontagem dos votos

A lista «A» criou uma situação de impasse no Sindicato dos Jornalistas na sequência do acto eleitoral do dia 22 de Maio, agravada posteriormente com a exigência de uma peritagem por parte da Polícia Judiciária — refere, em comunicado à classe, a lista «B».

Uma vez que os factos afectam o prestígio do SJ, a lista vencedora (a «B»), entendeu prestar esclarecimentos sobre o que, na verdade, se passou e se encontra em discussão.

Assim, no dia 22 de Maio, após a contagem dos votos, foi elaborada uma acta assinada pelos representantes das listas concorrentes e por um secretário da mesa da assembleia geral eleitoral, onde ficaram exarados os resultados obtidos: 246 votos na lista «B», 245 na «A», 83 brancos e 31 nulos.

Nessa acta apontava-se como único facto anormal o aparecimento de 605 votos em 603 votantes, tendo a mesa decidido «considerar como votos brancos os dois votos excedentes».

No dia 25 de Maio, os secretários da mesa (por coincidência também membros da lista «A» e, um deles, subscritor da acta eleitoral) levantaram a questão da existência de uma irregularidade: na sua qualidade de secretários da mesa tinham permitido que um jornalista, que não constava dos cadernos eleitorais, tivesse votado.

Existindo uma irregularidade (à qual a lista «B» é totalmente alheia, embora seja a sua principal vítima), e tendo havido disparidade nos resultados apurados nas duas contagens efectuadas no dia 22, a lista «B» solicitou a recontagem dos votos.

Caso essa recontagem revelasse uma margem de diferença entre as duas listas superior a um voto, a irregularidade provocada pela desatenção do secretário da mesa e membro da lista «A», não seria relevante.

No dia 26 de Maio, ontem, antes de se iniciar a recontagem solicitada, a lista «A» exigiu o

exame pericial (o envelope com os votos, lacrado, já se encontra no gabinete do director da PJ).

Esta atitude da lista «A» lança (afirma a lista «B») uma grave suspeição sobre a vida interna do SJ, compromete a sua imagem pública e a honorabilidade dos seus trabalhadores, além de favorecer objectivamente as pretensões daqueles que, há muito, sonham com a divisão da classe.

Nesta ordem de ideias, a lista «B» é de opinião que «não pode deixar de salientar a diferença que existe entre o esclarecimento de uma dúvida, através da recontagem dos votos feita pelas estruturas sindicais, e uma grave suspeição que impõe o recurso consciente à Polícia Judiciária».

Concluindo, a lista «B» considera que esta «mudança» na vida sindical agora «exigida» pela lista «A», introduzindo no Sindicato elementos e métodos que lhe são estranhos, «constitui, por si só, a justificação bastante das razões que a levaram a apresentar a sua candidatura».

transitar os assuntos da ordem do dia para a próxima reunião, a efectuar no dia 2 de Junho, pelas 10 horas.

● A Sociedade de Imprensa de Trás-os-Montes e Alto Douro vai levar a efeito um Curso de Jornalismo na estância termal das Pedras Salgadas a partir de 1 de Junho próximo. Há já várias inscrições: «Jornal de Notícias», «A Capital», «O Jornal», Gabinete de Imprensa de Guimarães e ANOP (através da delegação de Vila Real de Trás-os-Montes).

● O Congresso da Federação Internacional de Editores de Jornais (FIEJ), concluído segunda-feira em Madrid, apelou ao Governo português para que entregue à iniciativa privada diversos órgãos estatais. O Congresso manifestou-se, como era de esperar, contra o projecto da UNESCO relativo a uma nova ordem internacional da informação, e decidiu constituir uma comissão para formar gestores e examinar as carenças da indústria. Estiveram presentes no Congresso 450 delegados de 25 países.

● O Conselho de Informação para a RTP deliberou fazer

de ontem para hoje

Uma nota pastoral sobre os deficientes



A Conferência Episcopal portuguesa divulgou ontem uma nota pastoral em que recorda «as responsabilidades dos cristãos» no Ano Internacional do Deficiente. «Não é de esquecer que, só no nosso país, há cerca de um milhão de deficientes, entre os quais trezentas mil crianças, o que obriga a tomar consciência do que se lhes deve», diz a nota. De acordo com o episcopado, à sociedade cabe humanizar as técnicas e instituições, com médicos, terapeutas, enfermeiros e outros profissionais da saúde. «Compete à Igreja — prossegue o documento — dar revelo à participação activa dos deficientes que na vida das comunidades, nas paróquias, nos movimentos católicos, terão sempre o seu lugar como membros da família cristã». «O Ano Internacional do Deficiente pode ser, para os limitados físicos e mentais, um ano de reconhecimento público e de redenção quer para si mesmos, quer para a sociedade», conclui a nota episcopal.

No valor de 3800 contos: máquinas «flipper» apreendidas no Sabugal

A Guarda Fiscal apreendeu na estrada de Sabugal, uma viatura que transportava sete máquinas de jogo tipo «flipper». A viatura, uma camioneta com matrícula francesa, transportava ainda «outras mercadorias em menor quantidade» que foram também apreendidas em Vilar Formoso.

«Elementos da Guarda Fiscal — refere um comunicado daquela corporação apreenderam a viatura depois de uma perseguição em que foram disparados tiros de intimidação». A mercadoria apreendida foi avaliada pela GF em 3800 contos.

No distrito de Aveiro: inauguradas quatro repartições de Finanças

Novas repartições de Finanças foram ontem inauguradas em Espinho, Vila da Feira, Águeda e Esgueira, no distrito de Aveiro. As novas instalações custaram um total de 42 mil contos.

Chama-se «Canucha»: traineira espanhola multada nos Açores

A traineira espanhola «Canucha» foi ontem multada em oitocentos contos quando pescava ilegalmente nas águas da Zona Económica Exclusiva dos Açores. A embarcação fora apresada na última sexta-feira pela corveta da Armada portuguesa «Jacinto Cândido» nas águas territoriais dos Açores com cerca de doze toneladas de pescado a bordo.

A rixa de ciganos na Figueira: agressores utilizaram pistolas, navalhas e uma catana

O estado de saúde de António Maia, ferido em consequência de uma rixa entre ciganos que, como ontem noticiámos, provocou cinco mortos, é considerado grave. Os incidentes, que envolveram na última segunda-feira quatro famílias de raça cigana numa área habitacional nos limites daquela cidade, foram aparentemente provocados por uma disputa sobre a propriedade das casas que tinham sido cedidas pela Câmara local. Os presumíveis assassinos, ainda a monte, que se deslocaram de Coimbra e Leiria, utilizaram armas

de calibre de nove milímetros. Junto ao local dos acontecimentos a PSP apreendeu duas pistolas de nove e de 7,65 milímetros, diversas navalhas e uma catana.

Na próxima semana: especialistas de literatura árabe vão reunir-se em Lisboa

Especialistas na literatura árabe irão reunir-se em Lisboa, entre 1 e 4 de Junho próximo, sob os auspícios da Unesco, para debater influências da cultura árabe na Península Ibérica e na Europa. O encontro, soube-se ontem, que reunirá autores de diferentes filiações culturais, deverá — segundo os organizadores — «fazer o balanço do estado das actuais relações entre a literatura árabe e a Europa, estabelecer um diálogo frutuoso entre os especialistas e escritores provenientes das duas áreas culturais em questão e propor acções susceptíveis de reforçar as relações mútuas entre a literatura árabe e a Europa».

«Jogos sem Fronteiras»: equipa portuguesa em penúltimo lugar na Itália



A equipa de S. Miguel (nos Açores) representante de Portugal, ficou em penúltimo lugar entre sete concorrentes da primeira jornada dos Jogos sem Fronteiras/81, que ontem decorreu na cidade italiana de Lignano. A vitória coube à equipa local, com 46 pontos, seguida da Suíça (41), da Grã-Bretanha e da Jugoslávia (ex-aequo), da Bélgica, Portugal e, finalmente, a França. Os jovens de S. Miguel tiveram uma exibição decepcionante apenas ganhando uma das provas (o último dos quatro «fill-rouge» com 1,24 minutos), longe porém dos 49 segundos da Suíça que nesta modalidade alcançou o melhor tempo.

Crime quase completo em Vila do Conde?

Solar do século XVII ficou apenas com a fachada

PÓRTO, 27 — De um prédio do século XVIII, situado na Praça da República em Vila do Conde e classificado pelo Instituto Português do Património Cultural, resta agora a fachada. O telhado e o interior foram totalmente «destruídos», como as gravuras bem documentam. O seu proprietário, um industrial da região, resolveu «fazer obras» mesmo sem qualquer autorização da Câmara, como é de lei, e hoje alguns habitantes daquela vila temem que a linda fachada de pedra com um grande brasão seja também deitada abaixo.

A boca, pequena fala-se da utilização daquele espaço para garagens (ramo de negócio do proprietário) e até para um supermercado. No projecto, que, entretanto, o seu proprietário meteu na Câmara, não é referida a utilidade a dar ao prédio, mas as pessoas mais sensibilizadas para a defesa do património arquitectónico interrogam-se com natural preocupação.

O edifício, conhecido por «solar dos Meireles», vem referido em livros de arquitectura portuguesa, juntamente com outros prédios implantados naquela vila.

Logo que a Câmara Municipal teve conhecimento da destruição do prédio, as obras foram embargadas, tendo sido de imediato desencadeados os processos conducentes à responsabilidade cível do proprietário. A destruição do prédio



«Solar Meireles» em Vila do Conde (por detrás da fachada estão os escombros)

«representa um abuso, que se não for punido, constitui um precedente grave» — diz-nos o dr. Fernando Gomes, que há pouco tempo se demitiu da presidência da Câmara e que acompanhou de perto o processo do edifício em questão.

Para além daquela acção, a Câmara fez a denúncia dos factos à Direcção-Geral de Defesa do Património e exigiu medidas enérgicas contra a finalização daquilo que se pode considerar

como o começo de um crime. E está a aguardar.

Segundo fomos informados (recém) proprietário diz que o montão de destroços em que foi transformado o edifício resultou do estado ruinoso em que se encontravam todos os compartimentos. As obras a efectuar no telhado teriam provocado a queda das paredes! Na Câmara surge naturalmente a pergunta: quem deu sequer autorização

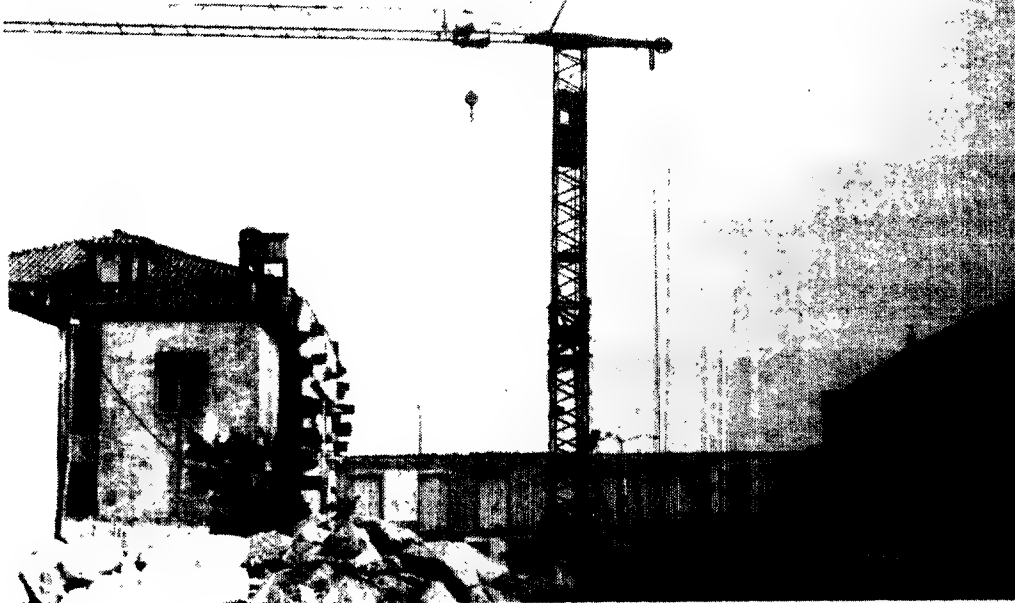
para as obras? Nem os serviços camarários nem a Direcção de Defesa do Património, entidade que terá sempre de se pronunciar sobre quaisquer obras em edifícios classificados.

Posteriormente ao embargo das obras deu entrada na Câmara um «projecto» de reconstrução do edifício, pouco específico relativamente às linhas de restauro, segundo deu a entender ao DL o actual presidente, eng.º Mário Almeida. Pessoas conhecedoras do assunto sugeriram a hipótese de o proprietário pretender fazer uma «restauração» parcial, esperando pelo momento em que haja melhores condições camarárias para levar a efeito o projecto desejado. É apenas uma hipótese posta por aqueles que não acreditam facilmente na simples queda das paredes...

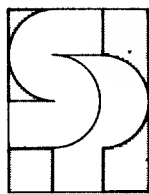
O presidente da Câmara diz-nos, porém, que não existe qualquer possibilidade de construção que não seja a reconstituição do edifício. «Não permitiremos qualquer outra obra» — afirma, peremptório, ao DL...

Para já, fica-se portanto a aguardar que a firmeza da Câmara se mantenha e que as formais intenções de restauro se concretizem, sem reservas para outra oportunidade. Para que o nosso património arquitectónico, já tão degradado, não se depauperasse ainda mais. Para que o crime-quase não seja consumado.

L. H. M.



«Solar Meireles» destruído (ao fundo, atrás da grua, pode ver-se a parte interior da fachada)



SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

PLENÁRIO GERAL DE SECTOR ENSINO PARTICULAR

O. T.

— Informações
— Tabela Salarial para o ano lectivo 1981/82

LOCAL: Sindicato dos Trabalhadores na Imprensa
Largo da Trindade, 16 — 2.º

DIA: 28 de Maio de 1981 às 21.30 horas

Colega; A sua opinião é importante!
Não falte e informe outros colegas.

Pel'A Direcção
António Teodoro

AGRIN XIRA 81

programa

noite de fado

**CARLOS DO CARMO
ESMERALDA
AMOEDO**

V FEIRA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
VILA FRANCA DE XIRA

entrada livre

dia
28
quinta
feira
21.30H

Seminário sobre bibliotecas infantis

Em Portugal não existem bibliotecas especializadas para crianças, pelo que estas raramente se procuram — disse à Anop Abreu Nunes, presidente da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD).

Abreu Nunes inaugurou o «Seminário sobre a problemática das bibliotecas infantis» que decorre de ontem a sexta-feira nas instalações da Biblioteca Americana em Lisboa.

O presidente da BAD chamou a atenção para o facto de pouco ou nada ter sido feito até agora pelo Governo no sentido de instalar e manter bibliotecas infantis especializadas, divididas pelas classes etárias dos três aos sete anos e dos sete aos 12.

A formação de técnicos e animadores destas instituições especializadas devia ser cuidadosamente preparada, mas não existe sequer um projecto nesse sentido — acrescentou.

«Em Portugal — revelou ainda Abreu Nunes — há apenas uma escola para bibliotecários, em Coimbra, que se rege ainda por um diploma dos anos 30.

Nas bibliotecas públicas, nada existe, de facto — disse à Anop Natércia Rocha, responsável pelos serviços de bibliotecas escolares e jardins de infância, dependentes da Direcção-Geral do Ensino Básico.

Contudo no âmbito oficial existem em Portugal 14 100 bibliotecas escolares, de onde as crianças podem levar livros para casa, e 1500 bibliotecas em jardins de infância, onde as educadoras contam as histórias e mostram «os bonecos» pois os «leitores ainda não sabem ler» — refere.

Os temas do seminário são «A Comunidade onde a biblioteca se insere e as necessidades da criança», «planeamento das bibliotecas infantis (equipamento, espaço, segurança)» e «Programação a nível dos jardins escolares e das bibliotecas infantis e itinerantes».

As normas de protecção civil pessoal em situações de catástrofe sísmica estão já prontas e vão ser submetidas ao plenário ministerial numa das suas próximas sessões, provavelmente já amanhã. Essas recomendações constantes da proposta foram elaboradas com a colaboração de entidades oficiais, nomeadamente o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e a Cruz Vermelha Portuguesa. Visam apenas aconselhar algumas acções de modo a que cada um se defenda e proteja com os meios ao seu dispor, enquanto a assistência não chega.

No ledo e doce quadro de que «homem prevenido vale por dois», se está em casa no mo-

mento, da ocorrência do abalo mantenha-se afastado das janelas, proteja-se no vão de uma porta interior, canto de uma sala ou debaixo da mesa ou da cama — recomendam os serviços referidos. Não utilize também os elevadores ou corra para as escadas que poderão estar obstruídas. Se estiver num local com muita gente, como um cinema, não se precipite para as saídas e se for a conduzir, pare a viatura afastando-se de edifícios ou postes de electricidade.

Na rua dirija-se para um local aberto, com a calma que lhe for possível, mantendo-se afastado de objectos que possam cair. Enquanto durar o sismo não é aconselhável ir para casa, pois

pode ocorrer uma réplica (ondas de choque). Em caso de catástrofe mantenha a calma e cumpra as instruções que a rádio difundir, tentando em qualquer caso dominar o pânico quanto mais não seja «contar alto e devagar até 50» para «disfarçar o nervosismo».

O Serviço Nacional de Protecção Civil recomenda a leitura sobre tremores de terra e seus efeitos e a criação de hábitos que possam em caso de catástrofe minorar as consequências. O cidadão deverá assim, preparar a sua casa de forma a facilitar os movimentos em caso de sismo, libertando os corredores e fixando as estantes e as botijas de gás às paredes. Os objectos mais pesados ou de grande volume deverão ser colocados no chão ou em prateleiras baixas.

Além de ensinar todos os familiares a desligar rapidamente a electricidade e a cortar os abastecimentos de água e de gás, as normas indicam que se deverá ter sempre à mão uma lanterna a pilhas, um transmissor portátil, um extintor e material de primeiros socorros. Alguns alimentos enlatados, suficientes para dois ou três dias, deverão fazer igualmente parte da despesa.

Refere ainda o Serviço Nacional de Protecção Civil que as normas constantes, a anunciar oportunamente junto de várias autoridades, instituições de ensino e educadores, pela Direcção-Geral de Divulgação, não significam que se preveja qualquer sismo catastrófico. Contudo, temos de ter em conta que vivemos num país com características sísmicas compro-

vadas através de estudos históricos efectuados — sublinha o Serviço Nacional.

Em 1980 ocorreu nos Açores um sismo de grau sete na Escala de Richter que provocou a morte de 58 pessoas. Em Lisboa, Évora, Viana do Alentejo e Vila Real de Santo António foram igualmente sentidos abalos de intensidades entre dois e quatro na escala de Richter. Estatísticas divulgadas pelo Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica revelam que em 1979 foram sentidos quatro abalos de terra na região das Caldas da Rainha, em 1978 nove na região de Évora, em 1975 seis em Viana do Castelo, e Braga, em 1973, sete na zona de Montemor-o-Novo, em 1972, oito (na zona de Albufeira) e em 1971 cinco (na região de Arraiolos).

Protecção civil em casos de sismo

Normas básicas para defesa em caso de situação catastrófica

Famílias receiam o pior

Onde pára o navegador solitário português?

Depois de ter vencido as tempestades do Cabo das Tormentas, o navegador solitário Carlos Lage está a encontrar dificuldades para sair da zona de calma equatorial. Tendo partido do Maputo a 14 de Maio do ano passado, no veleiro «Aventura», de sete metros, o jovem agente técnico pensava chegar a Lisboa ainda este mês. Porém os ventos fracos e variáveis da zona equatorial têm provocado grandes atrasos ao navegador.

Ao partir de São Tomé para Bissau, em Fevereiro, Carlos Lage encontrou ventos contrários que o obrigaram a fazer escala em Abidjan, na Costa do Marfim. Depois de uma tentativa para prosseguir viagem, em fins de Março, o «Aventura» foi forçado a regressar a Abidjan por falta de vento.

Um português que esteve naquela cidade africana em meados de Abril, ao regressar a Lisboa informou a família do navegador que ele se preparava para partir, novamente, a 20 de Abril, depois de fazer uma limpeza ao fundo do barco para lhe dar mais andamento. Carlos Lage disse a esse compatriota que, se os ventos não lhe permitissem rumar directamente para Bissau, contentar-se-ia em navegar ao longo da costa, fazendo escala sucessivamente em Monróvia, Freetown e Conakry. Passado mais de um mês sobre a presumível partida de Abidjan, a família de Carlos Lage continua sem receber notícias dele.

«Começamos a ficar preocupados com este silêncio tão prolongado» — disse à ANOP António Sousa Lage, o pai do navegador. «Sabemos que na-

quela zona não há tempestades a requebrar, mas existe sempre a possibilidade de um mau encontro para quem anda no mar. «Se ele continuasse retido em Abidjan, de certo que já nos teria telefonado ou escrito, como fez em anteriores escalas, até de mais longe».

Admitindo que a falta de notícias possa ser motivada apenas por atraso nos correios, Sousa Lage pensa (no entanto) solicitar a colaboração do Ministério dos Negócios Estrangeiros para tentar localizar o filho, caso a falta de notícias se prolongue. O contacto por via diplomática apresenta-se, contudo, difícil, pois não existem representações diplomáticas portuguesas quer na Costa do Marfim quer nos outros países africanos por onde Carlos Lage terá de passar até atingir Bissau.

Câmara de Celorico da Beira anuncia plano de actividades

A Câmara de Celorico da Beira em franca actividade e anuncia grandes obras. Duas delas, entre outras, se assumem e revelam: a chegada do saneamento básico e a instalação da GNR na cadeia comarcã. A CM celoricense despenderá trinta mil contos em saneamento básico e doze mil contos com as obras de transformação da antiga cadeia que passará a quartel da GNR.

Estes números foram fornecidos pelo presidente da edilidade Ária Almeida, responsável autárquico que, embora da área da AD, lastima o significativo corte de verbas às autarquias locais. Esse corte, aliás, quase levou Ária de Almeida a demitir-se: o pedido, pelo menos, mantém-se, bem como o de outros presidentes, se a questão não se alterar.

Celorico da Beira situa-se paredes meias com os concelhos de Fornos de Algodres, Trancoso, Guarda e Gouveia. É composto de 21 freguesias. Alguns historiadores atribuem a fundação de Celorico da Beira a Brigo, 1890 anos a.C., com o nome de Celiobriga, enquanto outros

consideram que a localidade foi fundada pelos Túrtulos, 500 anos a.C. O castelo data da época romana, tendo D. Dinis procedido à sua reedificação.

Seria D. Afonso Henriques a conquistar a localidade aos mouros, logo nomeando como alcaide-mor D. Mourinho Dola. D. Afonso II, no ano de 1217, deu-lhe foral ampliando, ao mesmo tempo, todos os privilégios já recebidos de D. Dinis.

Rolaram os anos, ainda e a construção de um coreto na praça do mercado, em 1924, a fundação do Sporting Clube de Celorico, em 1927, a captação e canalização das águas em 1935, a criação dos Bombeiros Voluntários em 1937, uma Casa do Povo em 1938, bem como a inauguração da estátua a Sacadura Cabral (em 1972) e a inauguração do Mercado do Queijo, em 1979, foram algumas das datas recentes que mereceram destaque.

No campo turístico, Celorico tem muito para mostrar ao visitante, além do afamado Queijo da Serra.

Disputa entre ministros pelo domínio das Polícias

Em manifesta discordância com as teses de Meneres Pimentel quanto à unificação de todas as polícias sob a tutela do Ministério da Justiça o titular da pasta da Administração Interna, Fernando Amaral, vem numa entrevista a um matutino da capital, defender um ponto de vista diferente: Reduzir o número de polícias e racionalizá-las no âmbito do seu ministério, através de uma unidade coordenadora.

Segundo Fernando Amaral, ao MAI compete, em especial, providenciar sobre a defesa, garantia da tranquilidade e segurança públicas. Em obediência a este princípio, está o seu ministério a

procurar reorganizar o quadro e as estruturas das polícias sob a sua tutela, para o que elaborou já um estudo crítico do projecto de estatuto da Polícia de Segurança Pública e outros diplomas relacionados com esta polícia bem como de outros serviços de segurança.

Mais adiante diria: «Uma das preocupações mais importantes do MAI é a criação de uma Escola Superior de Polícia, para que ela possa formar os quadros das várias polícias ao nível dos comandos com poder de decisão na linha das constituições das respectivas carreiras». Depois de analisar o tema proposto por

Meneres Pimentel, consideraria: inconcebível que com alienatórios argumentos e infundadas razões a racionalização das corporações policiais fosse efectuada fora deste ministério».

As afirmações do responsável pelo MAI coincidem com o inquérito que se está a realizar em virtude dos graves acontecimentos ocorridos no domingo último no Estádio da Luz.

Nesta disputa pelo domínio das polícias entre os ministros da Administração Interna e da Justiça, é de esperar que Meneres Pimentel venha a reforçar a sua tese com novos argumentos.

«Dias de Portugal na URSS»

Iniciam-se hoje, decorrendo até 2 de Junho, as comemorações dos «Dias de Portugal», que anualmente se efectuam na URSS desde 1976, tendo este ano por cenário a República Báltica da Estónia.

A delegação portuguesa, que deixou já Lisboa rumo a Tallin, é integrada pelo Grupo Folclórico da Camacha, acompanhado pelo seu director e um undador, Nóbrega Júnior, Mário Brito (do Conselho da Presidência da Associação Portugal-URSS) que che-

fia a delegação, Mário de Aguiar, responsável pelo núcleo da Associação da Madeira, prof. Gil Teixeira Lopes, da Escola de Belas-Artes de Lisboa, e Eugénio Alves, jornalista convidado e nosso camarada no «DL».

Entre as diversas realizações que assinalam na Estónia os «Dias de Portugal», destacam-se a exibição do Grupo Folclórico madeirense, exposições de artesanato da Madeira, bem como de cartazes, «posters» e fotografias sobre acontecimentos da vida

nacional ocorridos entre 1910 e 1974. O programa compreende também uma exposição de gravuras de Bartolomeu Cid, Matilde Marcal, Domingos Sequeira, Cipriano Dourado, Rogério Ribeiro, Martins Correia e Teixeira Lopes.

No âmbito das comemorações Luís Franciso Rebelo efectuará conferências sobre o teatro português na cidade ucraniana de Kiev e em Moscovo.

PUB.



**eleições
para os corpos
gerentes do s. p. g. l.
para o biénio 1981-1983**

SINDICATO DOS PROFESSORES GRANDE LISBOA

Conforme convocatória do dia 4 de Abril p. p., oportunamente enviada para todas as escolas e publicada em 4 jornais diários, realizar-se-á no próximo dia 4 de Junho, das 9.30 às 20.30 horas, a Assembleia Geral para a eleição dos Corpos Gerentes do SPGL.

Concorrem 2 listas ao acto eleitoral: a lista A, identificada com a sigla «Prosseguir e alargar o trabalho de equipa/Reforçar a unidade e a acção sindical»; a lista B, identificada com a sigla «Por um Sindicato forte e democrático para todos os professores». As listas candidatas e respectivos programas, acompanhados da relação das mesas de voto, serão esta semana enviados directamente para cada sócio.

Os cadernos eleitorais, que estarão na sede do SPGL ao fim da tarde do próximo dia 27 de Maio, irão ser agrupados por mesa de voto e estarão presentes em cada local de voto pelas 9 horas do dia 4 de Junho.

Votar é um direito e um dever

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Carlos Moreira

**ELEIÇÕES
A 4 DE JUNHO DE 1981**

**V
O
T
A**

Eleições na Holanda

Governo de centro-direita perdeu maioria parlamentar

O Governo de centro-direita perdeu a sua maioria parlamentar, ontem, nas eleições legislativas realizadas na Holanda, ao cabo de uma legislatura normal de quatro anos.

O Partido Cristão Democrata, do primeiro-ministro, Andreas Van Agt, perdeu um lugar, mas torna-se, com 30,81% dos votos, a maior formação do país, à frente dos socialistas.

O seu aliado liberal conserva ainda 26 lugares (perdidos 2). Embora mínimo, este recuo da coligação é superior à escassa maioria de dois lugares de que dispunha.

Do lado da oposição, os socialistas perderam o seu lugar de primeiro partido do país, só tendo conservado 44 lugares (28,27%) dos 53 que tinham.

Os socialistas perderam votos à sua direita e à sua esquerda. Desta banda, os socialistas pacifistas (3 lugares em vez de um) e os comunistas (3 em vez de dois) tiraram partido de uma opinião hostil ao armamento nuclear, da fidelidade expressa pelo Partido Socialista à Aliança Atlântica, embora esta haja sido mitigada por uma recusa categórica dos novos foguetes nucleares da NATO.

A sua direita, os socialistas cederam ao partido de centro-esquerda «Democracia-66», uma franja de eleitorado preocu-

pada com o aumento galopante dos encargos sociais do Estado a favor dos inactivos. Este partido de jovens quadros fez uma entrada espectacular no «clube» dos partidos com vocação governamental, com 17 lugares em vez de oito, o que representa 11,05% dos votos.

A rainha Beatrix começa hoje as suas consultas com vista à formação de um novo Governo. O primeiro-ministro cessante, Andreas Van Agt, declarou terça-feira na Televisão que, como partido mais importante, a CDA tinha direito à iniciativa na matéria.

Contudo, os seus adversários de esquerda interpretaram o resultado do escrutínio como uma vitória da oposição e uma condenação da política praticada desde há quatro anos. São todos partidários de uma larga coligação nacional. Os socialistas e a «Democracia-66» excluem, porém, uma aliança com os liberais.

Tanto o antigo primeiro-ministro socialista, Jopp Den Uyl, como o chefe de fila da «Democracia-66», Jan Terlouw, declararam ontem à noite que não existe outra solução que não seja uma coligação dos seus partidos respectivamente com os democratas-cristãos, o que elevaria a maioria para 109 lugares em 150.

Dada a rivalidade, para não

dizer animosidade, que separa Van Agt do seu adversário De Nuyl, prevê-se que o terceiro homem, Jan Terlouw, desempenhe um papel de árbitro entre estes dois antigos chefes de Governo, pelo menos nas primeiras consultas.

Não está excluído, pensam os observadores, que invocam experiências recentes, que este árbitro seja chamado a dirigir a futura coligação, evitando, assim, o embate entre os dois adversários irredutíveis.

Os resultados

Eis, segundo os números oficiais, a composição da Câmara dos Deputados da Holanda, tal como resultou das eleições legislativas de ontem. (Entre parêntesis, as diferenças em relação à Câmara eleita em Maio de 1977): CDA (cristãos-democratas), 48 (- 1); PVDA (socialistas), 44 (- 9); VVD (liberais), 26 (- 2); «Democracia-66» (centro-esquerda), 17 (+ 9); SGP (protestantes de direita), 3 (sem alteração); PPR (radicais), 3 (sem alteração); CPN (comunistas), 3 (+ 2); RPF (reformistas conservadores), 1 (sem alteração); o Partido Camponês (1) e a «Democracia-70» (socialistas) perderam cada um o seu único lugar na Câmara.

Calvo Sotelo no Parlamento espanhol

Um extremista da direita com os assaltantes do Banco de Bai

O chefe do Governo espanhol, Calvo Sotelo, confirmou no Parlamento que o chefe dos assaltantes do Banco de Barcelona foi contratado por um extremista de direita.

O encontro entre Juan José Martínez Gomez, o chefe dos assaltantes e um extremista de direita identificado como António Luís, deu-se em Perpignan (França) — acrescentou ainda Calvo Sotelo.

O primeiro-ministro acentuou que, de acordo com a declaração de Martínez Gomez, uma hora e meia depois da libertação dos reféns, António Luís ofereceu-lhe, a 22 de Março, em Barcelona, a possibilidade de participar no assalto ao banco central dessa cidade, operação para a qual dizia contar com amplo apoio e não poder fracassar, uma vez que tinha assegurada a presença de um avião para os transportar para a Argentina.

A 22 de Março, António Luís entregou-lhe o texto de um comunicado para difundir quando assaltassem o banco, entregando-lhe também um milhão e meio de pesetas como adiantamento dos cinco milhões que lhe prometeu e encarregou-o de procurar outras pessoas que receberiam a mesma quantia.

Depois, a 12 de Maio, num estabelecimento comercial, entregou-lhe uma maleta com uma metralhadora e seis pistolas e o plano de acção, que compreendia um programa de simulação para se fazerem passar por membros de uma organização militar e confundir assim as autoridades e a opinião pública.

Mas quem está por detrás?

A grande pergunta de quem está por detrás não pode ainda ser dada uma resposta, porque prosseguem ainda os interrogatórios e a investigação iniciada — disse Sotelo.

O primeiro-ministro afirmou categoricamente que entre os sequestradores não há nenhuma pessoa que pertença ou tenha pertencido a forças de segurança do Estado.

O Governo não crê que se trate de uma acção espontânea de delinquentes comuns. Seja qual for a identidade dos implicados — acrescentou Sotelo — o Governo considera que esta acção tem um âmbito muito mais vasto.

O chefe do Governo precisou que o número de assaltantes foi de 10 a 12 e que os vários números aparecidos procediam dos assaltantes ou dos reféns, dos quais, nem sequer aquele que actuou como interlocutor, teve em momento algum visão global da acção, nem pôde ver todos os assaltantes juntos.

Os sequestradores aumentaram o seu número para 20 e depois para 24, dentro do seu plano de simulação para aumentarem a sua força.

Calvo Sotelo disse que a Polícia tinha encontrado 12 armas, admitindo que alguns dos assaltantes pudessem ter levado uma metralhadora e uma pistola, uma vez que não parece normal que algum deles fosse desarmado. Afastou a possibilidade de que algum pudessem ter fugido com os reféns.

O chefe do Governo sublinhou ainda que o seu Gabinete não tentou esconder nenhuma informação e que, antes pelo contrário, facilitou muitos dados proporcionados por reféns ou sequestradores, sem comprovação muito exacta.

O Governo — concluiu — entregará à câmara as fitas gravadas com as conversas mantidas com os sequestradores e outros documentos deste caso, para manter, em toda a situação, a máxima transparência.

Golpe de Fevereiro: mais um implicado

Fonte judicial espanhola anunciou, ontem, uma nova incriminação relacionada com o golpe abortado de 23 de Fevereiro último.



Calvo Sotelo quando dava as suas explicações

Trata-se do comandante de Infanteria que o juiz de Instrução encarregado da investigação da «rebelião militar». Soube-se que foi a ele que se atribuiu as suas funções, nos Serviços de Inteligência.

O comandante Cortina foi levado a Alcalá de Henares, perto de Madrid, sob a guarda de trinta e dois soldados, que serão julgados pela sua participação no golpe de Estado de Fevereiro.

Queriam matar o rei?

A Polícia espanhola revelou hoje, ontem à noite em Barcelona, parece ter sido a maior intenção de assassinar o rei Juan Carlos I, a uma parada militar.

O túnel foi descoberto no rés-do-chão há um mês por José Maria Cueva, Central de Barcelona que foi morto por uma explosão — revelou o Gabinete do Estado.

O local fica distante apenas 35 metros da tribuna onde se deu o golpe de 23 de Fevereiro, no final de um desfile em honra das Forças Armadas espanholas.

A descoberta — afirmaram fontes oficiais — interrogatório dos assaltantes presos e a descoberta de documentos e outros elementos os últimos dos mais de 200 reféns.

Fontes políticas espanholas confirmaram a descoberta do túnel «é a prova mais eloquente de que o golpe não foi trabalho de criminosos círculos policiais sugeriram».

Retirada das forças navais que rondam o Estreito de Ormuz — reclamam os Estados do Golfo

Os soberanos dos seis países do Golfo, imensamente ricos e guardiões da rota marítima do petróleo, tiveram ontem em Abu Dhabi um aparente reflexo de legítima defesa: Não querem nem os Estados Unidos, nem a União Soviética para os proteger e pensam que o poderão fazer sozinhos.

O rei da Arábia Saudita, os emires do Kuwait, do Qatar, dos Emirados Unidos, do Bahrein e o sultão de Omã, proclamaram, no final duma cimeira de dois dias, que estão habilitados a defender, sem auxílio externo, os dois terços das reservas petrolíferas mundiais.

Preocupados com o risco de verem a sua independência e as suas riquezas tragadas num conflito entre as duas superpotências, reclamaram a retirada das forças navais que cruzam a sul do estreito de Ormuz e a evacuação das bases estrangeiras «de toda a região».

Quanto à sua segurança, foram categóricos: «Incumbe

apenas a eles. Estão habilitados a assegurar a sua própria defesa e a salvaguardar a sua independência».

A advertência assim feita dirige-se, tanto aos Estados Unidos, seu aliado tradicional, como à União Soviética, que apenas tem relações com o Kuwait. «Rejeitamos totalmente qualquer ingerência externa, seja qual for a sua origem» — afirmaram os soberanos do petróleo.

Dos seis países que participaram nesta primeira cimeira do «Conselho de Cooperação», o sultão Quabus, de Omã, parecia descontente na sessão de encerramento. O seu país concedeu importantes facilidades aos Estados Unidos, nomeadamente na ilha de Mariza, e está preocupado com as facilidades que oferece o seu poderoso vizinho, o Irão do Sul, à esquadra soviética.

O sultão Quabus disse aos seus parceiros: «Se quiserem que seja criado um clima propício

à cooperação entre os nossos seis países, será preciso atribuir a maior importância à nossa segurança». Para o sultão, isso significa que deve ser elaborado um plano de defesa comum. Aliás, ele próprio apresentou um projecto neste sentido à cimeira, mas as divergências de pontos de vista provocaram o adiamento duma decisão para uma próxima reunião.

Apoio à Síria

Por outro lado, para os soberanos do Golfo, a sua segurança está intimamente ligada ao conflito israelo-árabe. Voltaram a condenar Israel, apoiaram totalmente os sírios, pediram uma solução justa para o problema palestino, ou seja, a criação dum Estado independente, e a evacuação de todos os territórios árabes, incluindo Jerusalém.

Produtores de 14 milhões de barris por dia, os membros do conselho decidiram coordenar a sua política em todos os domínios, em particular no do petróleo.

CRUZEIROS abreu

A bordo do moderno paquete

FUNCHAL

Classe única * Serviço de 1.ª cl.



especialmente fretado para estes cruzeiros

5.º GRANDE CRUZEIRO NO MEDITERRÂNEO — 11 DIAS

5 a 15 de Agosto

LISBOA - TÁNGER (porto franco) - ROMA (Civitavecchia) - NICE (Cannes) - VALENCIA - LISBOA
11 maravilhosos dias no Mediterrâneo!

2.º CRUZEIRO A PALMA E PORTOS FRANCOS — 7 DIAS

16 a 22 de Agosto

LISBOA - GIBRALTAR (porto franco) - PALMA DE MAIORCA - CEUTA (porto franco) - LISBOA
A sua melhor semana de 1981!

3.º CRUZEIRO A PALMA E PORTOS FRANCOS — 7 DIAS

23 a 29 de Agosto

LISBOA - TÁNGER (porto franco) - PALMA DE MAIORCA - CEUTA (porto franco) - LISBOA
A sua melhor semana de 1981!

CRUZEIRO DOS 4 PORTOS FRANCOS — 9 DIAS

30 de Agosto a 7 de Setembro

LISBOA - GIBRALTAR (porto franco) - MELILLA (porto franco) - AGADIR (Marrocos) - LANZAROTE e LAS PALMAS (portos francos das Ilhas Canárias) - LISBOA
Turismo e "Shopping" — uma dupla aliciante!

6.º GRANDE CRUZEIRO NO MEDITERRÂNEO — 18 DIAS

8 a 25 de Setembro

LISBOA - LA VALETTE (Ilha de Malta) - DUBROVNIK e SPLIT (Jugoslávia) - VENEZA, TRIESTE e PALERMO (Itália) - GIBRALTAR (porto franco) - LISBOA
18 dias maravilhosos no Mediterrâneo e Adriático!

8.º CRUZEIRO A MADEIRA E CANÁRIAS — 9 DIAS

26 de Setembro a 4 de Outubro

LISBOA - FUNCHAL (Ilha da Madeira) - TENERIFE, LAS PALMAS e LANZAROTE (portos francos das Ilhas Canárias) - LISBOA
9 dias de encanto e repouso!

SEM AVERBAMENTO NO PASSAPORTE — Estes Cruzeiros, por serem feitos num navio português, estão isentos de averbamento no passaporte.

PREÇOS EXCEPCIONAIS DESDE 3.650\$ POR PESSOA E POR DIA

Desfrute o verdadeiro prazer de viajar: Faça um Cruzeiro / por menos do que gastaria / numa simples estadia / em Hotel no estrangeiro!

EXCELENTES OPORTUNIDADES! LUGARES LIMITADOS! INSCREVA-SE JÁ!

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA

abreu

fundada em 1840

PEÇA-NOS PROGRAMAS DETALHADOS

LISBOA — Av. Liberdade, 160 — Telef. 37 13 41

LISBOA — Av. de Roma, 66-B — Telef. 80 50 96

PORTO — Av. Aliados, 207 — Telef. 31 79 21

COIMBRA — Rua da Sota, 2 — Telef. 2 70 11/2

FARO — Av. República, 124 — Telef. 2 50 35/6

FUNCHAL — Rua Gorgulho, 1 — Telef. 3 10 77/8

UMA EMPRESA PRIVADA, DINÂMICA E COMPETENTE AO SEU SERVIÇO

A demissão de Forlani

Actual crise política italiana considerada a mais "obscura"

Após a demissão, ontem, do Governo Forlani, arrastado pela tempestade da loja maçónica «P-2», o Partido Socialista Italiano prepara-se para conquistar a presidência do Conselho de Ministros.

Embora os socialistas tenham participado no Governo de coligação que agora se demitiu, a Democracia-Cristã tem monopolizado, nos últimos trinta anos, a chefia governamental.

Já no recente Congresso de Palermo, celebrado em fins de Abril, o Partido Socialista manifestara, sem qualquer ambiguidade, a sua aspiração a dirigir o novo Executivo.

«Como tínhamos previsto em Palermo», recordou ontem o ministro dos Transportes, Rino Formica, «a exigência de uma presidência socialista nasce da força das coisas. Só não tínhamos previsto que os acontecimentos se desenrolariam desta forma».

E, de facto, o protagonista da crise foi o secretário-geral do PS italiano, Bettino Craxi, que, ao negar-se a participar numa reunião de Forlani com os dirigentes dos partidos da coligação, apressou a queda do Governo.

A Democracia-Cristã pretendia evitar o terremoto político

com a substituição dos três ministros que figuravam na lista do chefe maçon Licio Gelli, mas a atitude de Craxi indicou que os socialistas iriam mais longe, até uma mudança «clara e inequívoca».

Craxi passou o último fim-de-semana silenciosamente, num refúgio dos Montes Albanos, próximo de Roma, e regressou ontem à tarde à capital, convocando para a mesma noite a direcção do partido, que deverá definir a posição socialista perante a crise.

A Democracia-Cristã reuniu igualmente, e pensa-se que irá decidir sobre a suspensão dos seus cargos de todos os membros inscritos na loja maçónica «P-2».

Para além da incompatibilidade que parece surgir entre a maçonaria e o partido católico, a insistência com que diversos dirigentes democrata-cristãos anunciaram esta medida «rigorosa», faz pensar que o partido pretende dar uma imagem de renovação interna e de moralidade.

A guerra entre os dois partidos parece assim estar declarada. Qualquer aliança a curto prazo será problemática, e extrema-

mente improvável uma renúncia da Democracia Cristã a favor de um socialista.

Isso mesmo foi manifestado pelo chefe do grupo democrata-cristão na Câmara dos Deputados, Gerardo Bianco, ao declarar-se convencido de que o problema não é de alteração na chefia política do Governo.

Também os comunistas, embora com menos possibilidades aparentes, pretendem a chefia do Executivo, afirmando que a direcção do PC italiano «será a única garantia de governabilidade» de um novo gabinete.

Neste contexto, a possibilidade das eleições antecipadas surge cada vez com mais força, embora o presidente da República, Sandro Pertini, tenha dito que faria todo o possível para evitar a dissolução das Câmaras.

Pertini deverá concluir hoje as consultas regulamentares e poder nomear amanhã a pessoa encarregada de formar um novo governo.

Esta crise tem vindo a ser definida como «atípica» por uns, como «dramática» por outros, e, em qualquer caso, mais obscura do que as 40 anteriores.

24 horas

BOMBA NO CENTRO DE DURBAN — Uma bomba explodiu num centro de recrutamento militar, no centro de Durban, às primeiras horas de hoje, dois dias depois de uma onda de bombas e de ataques armados em quatro cidades da África do Sul. A explosão de Durban, uma cidade portuária na costa do Oceano Índico, causou pesados estragos e quebrou várias janelas numa série de edifícios localizados nas imediações, disse a Polícia. A explosão surgiu no meio de um crescente protesto dos negros contra as celebrações do vigésimo aniversário da independência real da África do Sul, em relação à Grã-Bretanha. Milhares de jovens, estudantes universitários negros e asiáticos, decidiram boicotar as aulas até ao fim da semana e perturbar assim as comemorações do fim-de-semana.

MCLAUGHLIN CONTINUA GREVE DA FOME — O grevista da fome republicano irlandês Brendan McLaughlin, de 29 anos, hospitalizado depois de oito dias de greve da fome por causa de uma úlcera, não aceita receber mais do que tratamentos limitados, e recusa ainda alimentar-se, informou ontem à noite em Belfast o Secretariado de Estado para a Irlanda do Norte.

Entretanto, uma bomba de

fabrico artesanal destruiu, na noite passada, as instalações do Centro Cultural Britânico («British Council») de Salónica, situado no centro desta cidade do Norte da Grécia.

A Polícia pensa que se trata dum acto de simpatizantes do Exército Republicano Irlandês (IRA), embora nenhuma organização tenha até ao momento reivindicado este atentado.

FRANÇA — POLÍTICA SOCIAL — Jacques Delors, ministro da Economia e das Finanças, anunciou que o novo Governo francês tomará a 3 de Junho as suas primeiras medidas sociais. Pensa-se, em geral, que compreenderão um aumento de cerca de 10 por cento do salário mínimo e de 25 por cento dos abonos de família.

BERLIM OCIDENTAL: NOVOS MOTINS — Mais de cem polícias ficaram feridos em Berlim Ocidental, em confrontos ocorridos com ocupantes de casas desabitadas, anunciaram hoje as autoridades. Os distúrbios produziram-se mal a Polícia chegou e deteve 48 pessoas.

Os primeiros incidentes ocorreram na tarde de ontem mas, ao anoitecer, quando já estavam em liberdade os detidos, reuniram-se cerca de 400 pessoas que erigiram barricadas nas ruas. Cerca de 700 polícias intervieram com bombas lacrimogéneas, lançadores de água e «casco-têtes».

BREJNEV-HUSSEIN — O presidente soviético, Leonid Brejnev, recebeu em Moscovo o rei Hussein da Jordânia e reformulou a proposta da realização de uma conferência internacional para resolver a crise libanesa e, concretamente, o conflito sírio-israelita. «O que está a acontecer no Líbano lembra ao mundo inteiro, uma vez mais, que é tempo de resolver globalmente o conflito no Médio Oriente», declarou Brejnev.

MITTERRAND-ARAFAT — O presidente francês, François Mitterrand, reafirmou ao chefe da Organização para a Libertação da Palestina, Yasser Arafat, o compromisso da França para com a autodeterminação dos palestinianos — noticiou a agência Wafa.

Mitterrand afirma, num telegrama enviado a Arafat, que se vê como «um guardião» desse direito na sua capacidade de novo presidente francês. Manifesta ainda o desejo de ver uma paz justa no Médio Oriente e a intenção de visitar Israel.

A MORTE DE ROLDOS — «M-19» DESMENTIDA — O embaixador do Equador no Chile, Gustavo Cordovez, afirmou em Santiago que o acidente de aviação que provocou a morte, no domingo do presidente do seu país, Jaime Roldos, não foi provocado por um atentado ou um acto de sabotagem. Recordou-se que um interlocutor anónimo, intitulando-se membro do movimento de guerrilha urbana colombiano «M-19», tinha reivindicado a responsabilidade do acidente, numa chamada telefónica para o diário «El Tiempo».

MEZA VAI SER «RENDIDO» — O presidente da Junta Militar fascista da Bolívia, general Luis García Meza, anunciou em La Paz a sua substituição, na chefia

do Estado, para o próximo 17 de Julho. O anúncio foi feito durante uma cerimónia de nomeação de duas altas patentes militares para cargos importantes.

Na rádio salvadorenha: notícias... só lá de fora

O Governo salvadorenho levantou hoje parcialmente a proibição de noticiários radiofónicos, imposta em Janeiro e anunciou que, a partir de agora, as em Lissoras poderão informar de novo, mas apenas sobre acontecimentos internacionais.

Continua entretanto a violência fascista. Dois sindicalistas de uma fábrica de massas alimentícias foram assassinados ontem por «desconhecidos», à entrada da empresa, em São Salvador. Na terminologia oficial os «desconhecidos» são os elementos dos bandos armados ao serviço das chamadas «grandes famílias».

Segundo declarações dos empregados da fábrica, vários indivíduos estavam a controlar a entrada dos trabalhadores e, quando chegaram os dois sindicalistas, «alguém» terá disparado contra eles à queima-roupa.

Uma outra notícia, divulgada pela EFE, refere, por outro lado,

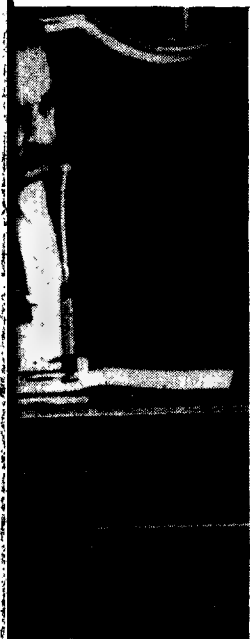
que os habitantes de povoados próximos do «Monte Eramon», no distrito de Chalatenango, estão a abandonar a zona, prevendo possíveis confrontos entre guerrilheiros e o Exército salvadorenho.

Fontes militares declararam que, nos últimos dias, cerca de 2 mil guerrilheiros têm estado a construir fortificações no monte Eramon, a poucos quilómetros das centrais hidroeléctricas «Monte Grande» e «Cinco de Novembro», as mais importantes do país.

Segundo as mesmas fontes, os guerrilheiros pretendem ocupar essas centrais, de grande importância estratégica, e os habitantes da zona decidiram refugiar-se na povoação de Illobasco, 55 quilómetros a norte da capital.

A ponte «Las Canas», que ligava Las Flores a Arcatao, no distrito de Chalatenango, foi dinamitada na noite passada pelos guerrilheiros.

tratou celona



ções ao Parlamento espe-

ntaria José Luís Cortina, do caso incriminou de estado, há três semanas, a Polícia durante a desobediência do Exército. para a prisão militar de Com a sua incriminação, (29 militares e um civil) não presumível na tenta-

que um túnel descoberto zer parte de uma conspi- os, que deve presidir no

hão de uma loja alugada o assaltante do Banco a Polícia durante a desobediência civil daquela

os do caminho que o rei rá presidir à parada de a semana de celebrações holas.

policiais — seguiu-se ao pelos comandos antiter- Banco Central, libertando ns sequestrados durante

entaram também que a dente de que o assalto ao s comuns, como alguns

Chile

Bispos criticam ensino à Pinochet

O sistema educativo aplicado pelo presidente chileno, general Pinochet, conduz a um «controlo ideológico das jovens gerações», afirma a Igreja Católica chilena, numa mensagem pastoral.

Os bispos manifestam o rejeio de que o conteúdo dos programas de educação vise formar uma nova mentalidade baseada no individualismo, apenas a competência e nos antivalores de uma sociedade de consumo.

«A excessiva preocupação da segurança nacional, que limita os programas de estudos», acrescenta o texto episcopal, conduz perigosamente a um controlo ideológico dos estudantes e restringe a participação e pessoas ou grupos realmente interessados em questões de educação.»

Os bispos criticam, por outro lado, «a omissão de toda e qualquer referência explícita ao termo democracia», bem como a ausência de formação de todo e qualquer sentido crítico nos estudantes.

Após 75 dias no Espaço

Cosmonautas soviéticos regressaram à Terra

Os cosmonautas soviéticos Vladimir Kovalenok e Viktor Savinykh regressaram ontem à Terra, a bordo da cápsula espacial «Soyuz-T-4», noticiou a TASS.

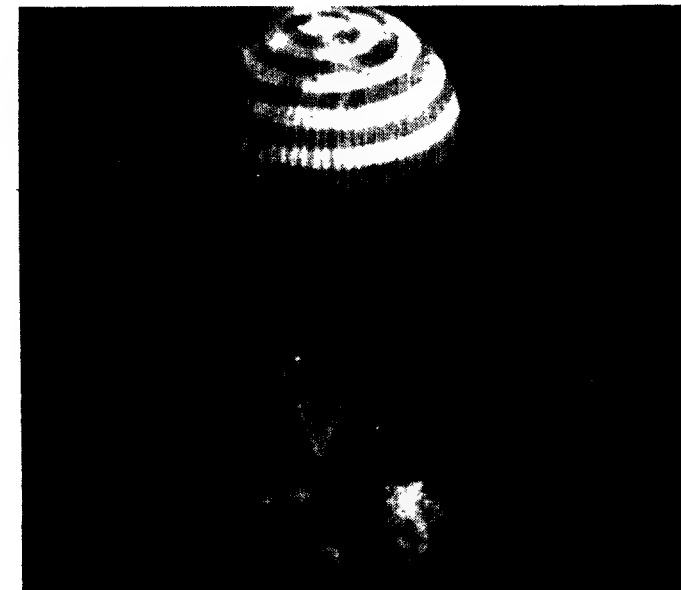
Os cosmonautas permaneceram em órbita na estação «Saliut 6» durante 75 dias.

Segundo a agência noticiosa soviética, a missão da «Soyuz-T-4» foi «completada, com êxito».

Ao longo dos 75 dias que passaram no espaço, Vladimir Kovalenok e Viktor Savinykh realizaram numerosas experiências e investigações. Os dois cosmonautas efectuaram igualmente trabalhos de conservação destinados a facilitar a ulterior utilização da «Saliut 6» por outras tripulações.

As investigações geofísicas, bem como médico-biológicas ocuparam um lugar de relevo nas actividades dos dois homens, acrescentou a TASS, indicando, ainda, que os voos de engenhos espaciais com acastagens à estação «Saliut» têm permitido o aperfeiçoamento das naves do tipo «Soyuz T».

Kovalenok e Savinykh receberam,



A descida, na região de Dzheskazgan do módulo da «Soyuz-T-4». Mais uma missão completada com êxito, afirmou a TASS

ram, na sua habitação espacial, a «visita» de duas tripulações internacionais no âmbito do programa «Intercosmos»: Vladimir Djaniibekov (URSS)-

Jugderdemidiim Gurragtcha (Mongólia), de 23 de Março a 30 de Março e Leonid Popov (URSS)-Dumitru Prunariu (Roménia), de 15 a 2 do corrente.

FEIRA DO LIVRO

RO•FEIRA DO LIVRO•FEIRA DO LIVRO FEIRA DO LIVRO•FEIRA DO LIVRO•FEI

PRISMA
LATINO-AMERICANO

REVISTA MENSAL DE
INFORMAÇÃO
LATINO-AMERICANO
E MUNDIAL

ORIGINAL
DE CUBA

editada em Portugal
e em Português

editorial
CAMINHO

ASSINATURAS NAS FEIRAS DO LIVRO DE LISBOA STAND N 83 NO PORTO STAND N 9

LIVRO DO DIA - 27

Galvez

IMPERADOR DO ACRE

Márcio de Souza

LIVRARIA BERTRAND

PERCURSOS

WANDA RAMOS

PRÉMIO DE FICÇÃO 1980
da Associação Portuguesa
de Escritores

EDITORIAL PRESENÇA

Standards
51 e 52

DIA 27

**tabú, príncipe
dos cágados...**

JOÃO SOUSA MONTEIRO

~~280,00~~ 170,00

ASSIRIO & ALVIM pavilhão 75 (lisboa) 14 (porto)

livro dia

SÁ DA COSTA editora

O BEBÉ



Um clássico da Literatura infantil e um dos best-sellers das obras de educação sexual para crianças

Pavilhão n.º 4

**ATÉ AMANHÃ
CAMARADAS**
de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE
E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO
EM PORTUGAL

edições
Avante!

VENDAS NAS FEIRAS DO LIVRO: DE LISBOA STAND N.º 80; NO PORTO STAND N.º 34

COLECÇÃO COR-DE-ROSA



**O COELHINHO
APAIXONADO**

Dia 30 de Maio no Pavilhão n.º 20

LIVRARIA CIVILIZAÇÃO
Editora



EDITORIAL ESTAMPA, LDA.

R. DA ESCOLA DO EXÉRCITO, 9 - R/C. DT. — TELEFS. 55 56 63 - 419 11

**DIA — 27 MAIO — PESADELO EM AR CONDI-
CIONADO**

Henri Miller
Preço Capa — 230\$00
Preço Feira — 138\$00

STAND N.º 50

**LIVRO
DO
DIA**

CD 

PAVILHÃO 81

A Moto em 10 Lições

Michel Webber

~~185\$00~~ – 110\$00

PAVILHÃO 82

Poemas de Mário Sá Carneiro

~~150\$00~~ – 90\$00

LIVRO DO DIA-27

Afrika Korps

PIERRE DUPUIS

LIVRARIA BERTRAND

cadernos do

terceiro mundo

No stand da CDL

A actualidade política, económica, social e cultural dos países do Terceiro Mundo e o seu enquadramento internacional

Assinaturas: Tricontinental Editora
Calçada do Combro, 10-1.º
1200 LISBOA

guia do
terceiro mundo

81

TEMAS PORTUGUESES



UMA DAS NOVAS COLECÇÕES PRESENTES NA FEIRA DO LIVRO



PAVILHÃO 89 E 90

IVRO • FEIRA DO LIVRO • FEIRA DO LIVRO • FEIRA DO LIVRO • FEIRA DO LIVRO • FEIR

exclusivo

A "Revolução Verde" na Índia

Novosti

LUDHIANA é o centro da região do mesmo nome do Estado de Punjab, no noroeste da União Indiana. É uma cidade baixa e superpovoada, que se estende sobre uma planície imensa, rodeada de cam-

trigo. Os arqueólogos descobriram grãos de trigo petrificados com quase 5 mil anos nas escavações de uma povoação situada na planície do Indo-Ganges. Mas as espécies cultivadas, embora de grande robustez, davam colheitas extremamente baixas até há bem pouco tempo: menos de 900 kg por hectare.

Esta situação só veio a mudar em meados dos anos 60, quando os cientistas indianos, mediante

ção, pois as novas espécies só dão resultados consideráveis em terras de regadio. Na região de Ludhiana, por exemplo, as áreas de regadio aumentaram para o dobro e constituem hoje 90 por cento do total das terras cultivadas. Também é característico o facto de a rega ser praticada com a ajuda de poços movidos a bombas, o que aumentou a necessidade de energia eléctrica. Hoje, o Punjab é um dos poucos Estados indianos com electrificação completa.

Simultaneamente, foram introduzidos os adubos minerais em maior escala. Tudo isto contribuiu para o aumento da produção e a diminuição dos prazos de cultura e tornou inevitável também o uso crescente de tractores e outras máquinas agrícolas.

A escala do país, os resultados da «Revolução Verde» não são tão impressionantes como no Punjab, mas são incontestáveis. Desde a independência, a área de regadio aumentou de 19 para 53 milhões de hectares. Nos últimos dez anos, a área semeada com espécies de alta produtividade aumentou de 11,4 para 42 milhões de hectares, e o consumo de adubos minerais de 2,2 para 5,1 milhões de toneladas.

Dantes, os indianos não tinham uma indústria de tractores. Actualmente, o país produz 60 mil por ano e nos seus campos já trabalham mais de 350 mil. Como resultado, o total de cereais produzidos aumentou consideravelmente. As grandes fomes do passado produzidas pela falta de cereais não se voltaram a produzir.

Progresso irregular

O progresso agrícola indiano continua, porém, irregular. Se a produção de trigo aumentou notavelmente, as colheitas de arroz são modestas e as leguminosas e oleaginosas foram mesmo pouco influenciadas pela «Revolução Verde». Observa-se uma grande diversidade da quantidade das colheitas: enquanto nos campos experimentais se obtém mais de 6 toneladas de cereal por hectare, a colheita média no próprio Estado de Punjab, considerado como um dos celeiros do país, é de apenas 3 toneladas e a média do país é de apenas tonelada e meia.

A possibilidade de alargamento das áreas cultivadas, que já ocupam mais de 138 milhões de hectares, estão praticamente esgotadas, o que coloca o problema da agricultura intensiva. Ainda hoje é praticada a agricultura itinerária em cerca de 3 milhões de hectares. As terras de regadio, apesar de a sua área ter aumentado, constituem à escala do país, apenas um terço do total de terras cultivadas.

Não obstante o aumento da produção de cereal conseguido, o seu consumo «per capita» aumenta lentamente, a que não é alheio o elevado ritmo de crescimento populacional. Actualmente, segundo os dados demográficos, a população da União Indiana já ultrapassou os 670 milhões de habitantes, aumentando anualmente entre 12 a 13 milhões. Assim, a questão «poderá a Índia alimentar-se?» continua a ser tema constante da imprensa.

Programa especial

O Governo de Indira Ghandi prevê a realização de uma série de novas medidas para o desenvolvimento da agricultura e a melhoria da situação dos camponeses, que constituem quase 80 por cento da população. Segundo o plano de desenvolvi-

mento socioeconómico da Índia para 1980-1985, a agricultura receberá um quarto do orçamento geral do Estado. Prevê-se, nomeadamente, melhorar o sistema de crédito ao camponês, o seu fornecimento em tecnologias, sementes e adubos. O programa do Governo inclui iniciativas para a liquidação do desemprego rural massivo, a entrega de terras aos não-proprietários e a luta contra o «mercado negro» e a especulação.

Neste ano agrícola, a Índia espera uma colheita-record de cereais que, prevê-se, atingirá cerca de 133 milhões de toneladas, dos quais 56 de arroz e 30 de trigo. Prevê-se igualmente o aumento da produção anual de cereais para 154 milhões de toneladas no fim deste quinquénio. O seu consumo mensal «per capita» deverá elevar-se de 12,9 para 14,3 kg.

Aspectos sociais funestos

Mas da «Revolução Verde» não está ausente o aspecto social. A verdade é que a maioria dos economistas e sociólogos indianos considera que ela acelerou o processo de ruína das pequenas propriedades e aumenta a diferença entre ricos e pobres. O agrónomo e cientista

M. Svaminathkan apresentou no «Illustrated Weekly of India» os seguintes números: os camponeses com propriedades inferiores a 2 hectares (73 por cento da população) detinham apenas 23 por cento do total de terras cultivadas, menos que os 3 por cento de proprietários com mais de 10 hectares.

O aumento da produção agrícola planeado e a aplicação das realizações científico-técnicas tornaram por seu turno a terra num objecto lucrativo para o investimento, o que favorece a ruína dos camponeses pobres e trava a aplicação das leis sobre a reforma agrária. As dimensões máximas permitidas para as propriedades fundiárias no início dos anos 70 — 10-18 acres (1 acres = 0,4 hectares) de regadio e 27-54 de áreas não-regadas, por família — nem sempre são respeitadas, e a entrega das terras excedentes aos que não a possuem é sabotada pelos grandes proprietários.

Com efeito, segundo o Ministério da Agricultura, dos 3,8 milhões de acres declarados como excedentes, só 2,5 passaram para o controlo dos órgãos estatais. Destes 2,5 milhões, só 1,7 foram distribuídos por um total de 1,2 milhões de famílias de camponeses sem terra e assalariados rurais.



Indira Gandhi

pos. Em termos económicos, representa o centro do programa agrícola a longo prazo intitulado a «Revolução Verde».

O programa, amplamente apoiado pela Universidade de Agronomia do Punjab, situada em Ludhiana, deu os seus frutos: nos últimos quinze anos, a produção de cereais aumentou quatro vezes.

Desde a mais remota antiguidade que os indianos cultivam o

cruzamentos de espécies, conseguiram seleccionar novos tipos de trigo que atingem hoje um rendimento superior a 6 toneladas por hectare.

Melhoria incontestável

A introdução do trigo de grande produtividade exigiu o alargamento da rede de irriga-

O difícil futuro da investigação universitária

«O futuro da investigação universitária» é o título de um relatório agora publicado pela OCDE e cuja principal conclusão é a de que a redução do apoio financeiro à pesquisa nas universidades compromete seriamente as perspectivas inovadoras do futuro.

Desta obra conclui-se que grande parte das dificuldades com que a inovação hoje se defronta resulta dos diversos males que têm afligido a universidade nestes últimos tempos: insegurança financeira, impossibilidade de recrutar pessoal novo, diminuição das despesas, declínio do número de estudantes do terceiro ciclo, etc.

No entanto, se o financia-

mento da Universidade fosse garantido a longo prazo, esta corresponderia eficazmente às exigências actuais nomeadamente às necessidades sempre crescentes em homens de ciência, analistas e administradores altamente qualificados para os sectores em plena expansão como a tecnologia da informação ou as indústrias biotécnicas.

Na maior parte dos países membros da OCDE a investigação universitária absorve uma parte apreciável — entre 20 a 25% — do conjunto dos fundos atribuídos à ciência e à técnica. Numa das reuniões que a OCDE promoveu na sua sede, estudou-se o reforço da investigação e os problemas que ela implica. ■



Giscard ameaça voltar

«Fico atento a tudo o que for do interesse da França. Até à vista!» Nestas palavras se pode resumir a mensagem de despedida que, em tom de «ameaça velada», o ex-presidente conservador dirigiu aos franceses a poucas horas da investidura oficial de Mitterrand. Na foto, Giscard e a esposa no Eliseu



Esta foto, denominada «Mãe no Arrozal», da autoria de um fotógrafo amador indiano, ganhou um primeiro prémio na República Federal da Alemanha

DESPORTO

Hoje: final da Taça dos Campeões Europeus

Inglês do Real pode bater ingleses do Liverpool



Livramento: na Luz, comandando «leões» perante um antigo patrão

Hóquei patinado

Benfica -Sporting: espectáculo na Luz

Benfica e Sporting vão animar mais a fase final do Campeonato Nacional de Hóquei em Patins da 1.ª divisão, competição de que já se disputaram três jornadas, qualquer delas envolvendo desfechos que foram surpresas, nomeadamente no que respeita ao empate do Valongo em Sesimbra, à vitória do Benfica nas Antas, e à derrota dos «encarnados» em Sesimbra.

Na quarta jornada (hoje) que engloba a partida da Luz, os sesimbrenses, a ocuparem um excelente segundo lugar, logo a seguir ao guia (Sporting), deslocam-se ao Restelo, onde o Belenenses ainda não perdeu, enquanto o FC Porto viaja até Viana do Castelo, numa partida bem difícil para os portuenses, e o Valongo vai até S. João da Madeira, provavelmente para complicar a vida à Sanjoanenses.

Para esta noite, com início às 21 e 45, as duas equipas devem apresentar as seguintes formações:

Benfica: Ramalheite; Fernando Pereira, José Carlos, Picas e Piruças. Suplentes: Rui Santos, Casimiro e José Virgílio.

Sporting: Fernandes; Vítor Rosado, Sobrinho, Chana e Salema. Suplentes: João Oliveira, José Rosado e Carvalho.

FC Porto

óptimo em juniores

O campeonato nacional de juniores começou com uma desistência. Trata-se do Valongo, que chegou a fazer parte do calendário inicial, mas que foi rendido pelo Académico de Braga, segundo classificado na Zona Norte. Na primeira jornada da competição registaram-se os seguintes desfechos: Campo de Ourique-Alenquer e Benfica, 9-1 e Académico de Braga-FC Porto, 0-11. A próxima ronda realiza-se no dia 30, com os seguintes jogos, marcados para as 19 e 30: FC Porto-Campo de Ourique e Académico de Braga-Alenquer e Benfica.

Desagravo a jornalista

Manuel Moura, repórter fotográfico da ANOP, é amanhã homenageado por colegas, no decorrer de um jantar que terá lugar no Restaurante Algarve (Terminal, Rossio). Motivo: o facto de, no jogo Benfica - Carl Zeiss, ter sido impedido de efectuar o seu trabalho por um dirigente do clube da Luz. Amanhã, portanto, desagravo a Manuel Moura face a uma interdição de trabalho verdadeiramente inacreditável.

FILINTO - Centro de Fotocópias

DESDE-\$60

CÓPIAS OZALID PLASTIFICAÇÕES ENCADERNAÇÕES
OFFSET ARTIGOS ESCOLARES E DE ESCRITÓRIO
DAMOS APOIO A CONGRESSOS

Dependência da Discoteca Filinto

Av. João Crisóstomo, 33 Tel. 57 31 68-53 50 40 Lisboa

Arbitragem do húngaro Karoly Palotai, auxiliado pelos compatriotas Sander Kuti e Laszlo Korderes

Campeonato de França

O Saint Etienne regressou ao 1.º lugar do campeonato francês de futebol, ao derrotar o Sochaux por 2-1, no jogo em atraso. O St. Etienne fora 6.ª feira destronado do comando do campeonato pelo Nantes. Após o jogo de ontem, em que os golos do St. Etienne foram apontados pelos defesas Battison e Lopez, o Nantes desceu à 2.ª posição, seguido do Bordéus e do Mênaco.

Agostinho e Mendes no «Dauphine Libere»

O holandês Adri Van Der Poel venceu a 1.ª etapa da prova ciclista «Dauphine Libere», ontem disputada entre Grenoble e St. Etienne, na distância de 207 quilómetros. Van Der Poel gastou o tempo de 6 horas, 7 minutos e 13 segundos, seguido do australiano Philip Anderson (com mais 5 segundos) e do belga William Tackaert (com mais 10 segundos). Estas diferenças resultaram das bonificações atribuídas aos três primeiros classificados, pois os corredores chegaram todos em pelotão.

A classificação dos portugueses foi a seguinte: 35.º Joaquim Agostinho, 6h 07m 23s; 65.º Fernando Mendes, 6/07/55.

Depois do prólogo da 1.ª etapa, a classificação geral do «Dauphine Libere» está assim: 1.º Adri Van Der Poel (Hol), 6h 12m 09s; 2.º Van de Velde (Hol), 6/12/13; 3.º Philip Anderson (Aust), mt; 4.º Ludo Peters (Bel), 6/12/16; 5.º Patrick Bonnet (Fr), 6/12/17; 20.º Lejarreta (Esp), 6/12/28; 23.º Bernard Hinault (Fr), 6/12/29; 43.º Joaquim Agostinho (Portugal), 6/12/39; 96.º Fernando Mendes (Portugal), 6/16/09.

Saronni domina Volta à Itália

O jovem italiano Giovanni Renosto ganhou a 11.ª etapa do «Giro», disputada num percurso de 199 km (entre Cascia e Arezzo) precedendo o seu compatriota Enrico Maestrelli e o suíço Thierry Bolle. Saronni conserva a camisola «rosa», de líder da prova.

A classificação geral actual é a seguinte: 1. Giuseppe Saronni, Itália, 58h 23m 26s; 2. Cláudio

Treinador despedido

O Schalke 04 rescindiu o contrato com o treinador da sua equipa de futebol, Faherudin Jusufi, escolhendo para o lugar o jogador Sigi Held. Jusufi (56 vezes internacional pela Jugoslávia) tinha contrato com o clube, actual «lanterna vermelha» da 1.ª divisão da RFA, até ao final da temporada e foi o 108.º técnico despedido antes do termo do contrato nos 18 anos da Liga Alemã Federal. Held (38 anos) antigo «internacional» pela RFA, joga ainda no Bayer Uerdingen, também da 1.ª divisão da RFA.



Belenenses em frente

Duas centenas e meia de associados do Belenenses reuniram-se para debater os problemas que vergastam o clube do Restelo, especialmente a nível financeiro. O prejuízo da gerência de 1980 cifrou-se em 12 mil contos e o mesmo défice está previsto para o ano corrente. A quotização, que não é alterada desde 1977. Os horizontes «azuis» não parecem, realmente, muito agradáveis: e isso mesmo ressaltou das palavras de diversos oradores no conclave desta noite (juiz doutor Gouveia da Veiga, Sequeira Nunes, Francisco Mega, Carlos Esteves, Adelino Domingos da Silva, Fernando Carneiro e Fernando Ferreira). Mas o clube permanecerá na primeira linha entre os seus pares: e a vida continua, como o mostram os futebolistas do Restelo, no seu apronto para a recepção ao Amora, domingo próximo.

Viseu: dirigente ultrapassa decisão do técnico Teixeira

António Teixeira, treinador da equipa de futebol do Académico de Viseu, faltou ontem ao treino de conjunto e foi definitivamente substituído pelo técnico adjunto Idalino Almeida. António Joaquim Ferreira, chefe do Departamento de Futebol do clube, diz que Teixeira, «reconhecendo a hostilidade reinante à sua volta e a falta de ambiente na equipa, abdicou de 400 mil escudos a que ainda tinha direito». O dirigente viseense acrescenta que, no jogo de domingo, o técnico demonstrou «não ter competência para estar à frente de uma equipa com responsabilidades».

Idalino Almeida comentou que a demissão de Teixeira «veio provar que existem apenas meia dúzia de técnicos verdadeiramente competentes e que os restantes são apenas curiosos do futebol».

No último jogo do campeonato, perante o Penafiel, António Teixeira foi contestado pelo público ao pretender fazer uma substituição, tendo António Ferreira intervindo e ordenado a substituição pedida pelos adeptos.

Totobola sem 13

O concurso número 40 do Totobola, referente ao último fim-de-semana, não registou qualquer totalista, facto que

acontece pela primeira vez no decorrer desta época em concursos normais. Com 12 resultados certos foram apuradas 131 apostas, das quais três são de Moçambique, cabendo a cada uma o prémio de 120 050 escudos e 10 centavos. Foram ainda escrutinadas 2803 apostas com 11 resultados certos (sendo 88 de Moçambique) correspondendo a cada uma o prémio de 5610 escudos e 60 centavos. No concurso extraordinário número cinco também não se verificara qualquer totalista.

Europeu júnior

A 1.ª jornada do Campeonato da Europa de Juniores de Futebol, que se disputa desde ontem até 3 de Junho, na Alemanha Federal, forneceu já os seguintes resultados no Grupo «A»: RFA-País de Gales, 5-0 e Bélgica-Grécia, 2-0; Grupo «B»: Polónia-Suécia, 1-1 e Roménia-Cecoslováquia, 3-2; Grupo «C»: Itália-França, 0-0 e Bulgária-Dinamarca, 2-2; Grupo «D»: Escócia-Austria, 1-0 e Espanha-Grã-Bretanha, 2-1.

Campeonato inglês

Uma grande penalidade transformada por John Robertson, (aos 65 minutos) deu o triunfo à Escócia sobre a Inglaterra, por 1-0, para o campeonato britânico de futebol, em Wembley.



Habilidade só para o futebol neste desastrado Fittipaldi

Cavungi: estreia e despedida em «Fórmula Um»

Manuel Francisco Salvador, que o público do futebol conhece por «Cavungi», é (realmente) um volante perigoso:

ontem, pelas 6 e 30 da manhã, conduzindo o Talbot EU-77-66 e acompanhado por dois colegas de profissão (um dos quais identificado como sendo também futebolista ao serviço do Sporting de Braga e outro pertencendo a uma colectividade de beira-Tejo) lembrou-se de entrar, em boa velocidade, pela porta traseira do Mercado Abastecedor de Frutas (Avenida Forças Armadas), em sentido proibido ao trânsito. Con-

sequências imediatas: Aurora Pereira da Silva Pires (33 anos, de Resende) levou um piparote dos diabos, Artur Pinto Ferreira (31 anos, de Tarouca), ficou debaixo do veículo e muito traumatizado, a fruta de dezenas de caixotes ficou em massa tenra e os prejuízos nos lugares de venda ultrapassam os 200 contos.

Mas o rapaz guineense, não se deve ter preocupado muito e teria imediatamente dito para uma multidão:

— Ganho duzentas notas por mês...

Aí, mais incendiou os ânimos: e foi preciso a PSP ter

acorrído para o salvar das iras do público que, desta vez, não protestava qualquer golo falhado mas (sim) muitos tiros directos à sua propriedade.

No Hospital de Santa Maria começou o rescaldo: três pontos na cabeça de Cavungi, o atropelado estendido numa maca, equimoses no corpo de D. Aurora, antigos «fans» do jogador à espera de lhe poderem ser bons esta tarde, quando for julgado no Tribunal de Polícia.

Será que Cavungi estava em momento «anormal» ou as 200 notas é que lhe tinham subido à cabeça?

DESPORTO

Do Estádio da Luz à AR

Polícia de Intervenção censurada por todos os quadrantes políticos

Os grupos parlamentares da Frente Republicana e Socialista (FRS) requereram ontem, na Assembleia da República, um inquérito parlamentar aos incidentes verificados no passado domingo, no Estádio da Luz. Ao mesmo tempo que a FRS requeria o inquérito para «esclarecimento das responsabilidades» dos acontecimentos verificados e das «orientações dadas à PSP e ao seu Corpo de Polícia de Intervenção», o grupo parlamentar do Partido Comunista Português fazia sobre o caso onze perguntas ao Governo, para resposta do ministro da Administração Interna.

Durante mais de uma hora, e antes da ordem do dia, a Assembleia da República ocupou-se com os incidentes do Estádio da Luz, que César de Oliveira (da UEDS) ao apresentar o pedido de inquérito da FRS, classificou de «significado muito grave», acrescentando não poderem ser considerados «obra do acaso ou produto fortuito de exaltações emocionais de ocasião». Na batalha campal de mais de uma hora e meia, no estádio benfiquista (afirmou, em São Bento, aquele deputado) a repressão desencadeada por elementos da Polícia de Intervenção assumiu aspectos de tal barbaridade e violência que não poupou crianças, vendedores ambulantes e mulheres grávidas.

Para César de Oliveira, este comportamento policial fez recordar «cargas policiais e a repressão às manifestações durante a ditadura fascista», afirmando que «os elementos da PSP e particularmente os da Polícia de Intervenção deram largas aos seus desejos velhos de sete anos».

Os deputados da oposição sublinharam que os incidentes na Luz se sucedem a outros acontecimentos recentes que envolveram a actuação das forças policiais sendo particularmente recordada a «invasão da Igreja da Encarnação» e a detenção de dirigentes sindicais da Função Pública. Em causa estiveram as ordens e o comando das forças policiais no Estádio da Luz e, sobretudo, o tipo de treino e o recrutamento no Corpo de Polícia de Intervenção.

Os grupos parlamentares da minoria insistiram em que o Governo deverá responder a estas questões e César de Oliveira sublinhou «não haver lugar no Portugal democrático para um corpo policial como o que actuou no passado domingo no Estádio da Luz».

A FRS reclamou, também, a suspensão de funções do comandante da Polícia de Intervenção e pediu prioridade e urgência para o seu pedido de inquérito parlamentar, justificado, entre outros motivos, «por não se poder confiar nas promessas de apuramento de responsabilidades em inquéritos mandados elaborar na PSP».

Para o Partido Comunista (através de Veiga de Oliveira, Jerónimo de Sousa e Jorge Lemos) a actuação da Polícia («uma inadmissível demonstração de

métodos incompatíveis com o Estado democrático») foi motivo para 11 perguntas ao ministro da Administração Interna, a última das quais sublinha que, «se o objectivo era o de retirar as pessoas do campo, porque foram perseguidas e agredidas pessoas nas bancadas e fora do estádio?».

A bancada comunista considerou, no entanto, «demasiado fácil» responsabilizar a Polícia pelos incidentes e acusou o Governo de se manter silencioso sobre os acontecimentos, os quais, para o PCP, «indicam um estilo e uma actuação governamentais».

Em particular, o PCP pretende

que lamentou a violência no Estádio da Luz, e, reservando a posição final do seu partido quanto à aprovação do inquérito parlamentar, afirmou esperar que o Governo divulgue publicamente o inquérito que mandou instaurar.

Lucas Pires: semi-silêncio

O deputado, Lucas Pires (CDS) candidato pela lista «A» à presidência da Assembleia Geral do Benfica nas eleições que decorrem na próxima sexta-feira, manteve-se, ontem, silencioso durante o debate parlamentar sobre os acontecimentos. Lucas Pires justificou a sua não inter-

«Nesse sentido, se oficiou também à RTP para que nos fosse facultado o filme integral dos acontecimentos, dado que as imagens passadas ao público são insuficientes para a partir delas se produzirem juízos de valor».

«De posse de todos esses elementos e da análise e estudo da informação escrita, este comando avaliará da actuação das suas forças, dando deste facto conhecimento ao MAI».

RTP: não há filme

A RTP não possui o filme integral dos incidentes. Tal como já fora informado pelo Telejornal, a equipa da RTP não filmou os acontecimentos posteriores ao termo do jogo Benfica-Vitória de Setúbal: as imagens disponíveis serão apenas as já transmitidas no domingo.

Recorde-se que, na época passada, a RTP filmara as manifestações dos adeptos leoninos no final do jogo Sporting-União de Leiria em que a equipa de Alvalade conquistou o título nacional. Desta vez, o Comando da PSP terá de reger o processo de averiguações por outras coordenadas.

Benfica e Polícia não contactam feridos

O ferido com maior gravidade nos incidentes de domingo afirmou que foi agredido à saída do campo por quatro indivíduos, três dos quais fardados. «Recordo-me, embora vagamente, do que se passou. Lembro-me que fui agarrado por um homem à paisana enquanto outros três, fardados, desataram à paulada. Depois só acordei no banco do hospital», contou Pedro Rosa Leal (23 anos), professor de Educação Física.

Foi um dos 13 feridos, que receberam assistência no Hospital de Santa Maria e (como notícia-mos) foi operado na 2.ª feira de manhã, com êxito, a uma «esquileitomia parietal anterior direita», o que significa traumatismo craniano provocado por pancada forte. Pedro Leal disse ter sido agredido fora do estádio, ainda antes de a Polícia iniciar o rebentamento de granadas de gás lacrimogénico.

«Não saltei para o relvado, pois só queria ver o meu clube ganhar e assistir às naturais manifestações de alegria», contou.

Pedro Leal, que deverá ter alta brevemente para iniciar um «longo período de repouso», disse que se encontrava na bancada quando a Polícia de Intervenção «começou a subir e a correr com toda a gente».

«Então (recorda) saí do estádio e fui apanhado no meio da confusão».

Pedro Leal, além de traumatismo craniano, apresenta algumas escoriações menores no corpo, mas (afirmou) sente-se bem e foi informado pelos médicos de que poderá ter alta «em breve».

Apesar de não ser sócio benfiquista, Pedro Leal vai «muitas vezes» ao futebol e não encontra «razões para o que se passou. Já fui visitado por outro agredido e, apesar de a minha família ter recebido telefonemas, não fui contactado por ninguém do Benfica ou da Polícia».

Prejuízos na Luz

1 750 contos é o valor total dos prejuízos causados no Estádio da Luz durante os incidentes de domingo: a estimativa foi feita por dois técnicos nomeados pelo Benfica, que iniciou as



Gaspar Ramos: dirigente benfiquista, no centro do furacão

Chefe Pires confirma posição

Como as declarações do chefe Pires (da Polícia de Segurança Pública) prestadas directamente ao «DL» e publicadas na nossa edição de 2.ª-feira, tivessem sido contestadas por Gaspar Ramos, director do Departamento de Futebol do Benfica, contactámos esta manhã, mais uma vez, o referido chefe que afirmou: «Tudo quanto disse e foi publicado está correcto a 100%, apenas com uma ressalva que julgo dever-se a lapso do repórter. Gaspar Ramos não me pediu a mim o reforço da Polícia de Intervenção, fê-lo sim directamente ao capitão Baltazar».

«Quanto ao resto (garantimos o chefe Pires) corresponde tudo à verdade».

obras de reparação dos estragos.

«Premeditação»?

Diversas vedações e o fio de aço do mastro principal apresentaram indícios de terem sido cortados com alicates muito fortes e desapareceram diversos objectos, como bandeirinhas, chapas com os números para substituições e a própria bola do jogo.

Cerca de 40 metros de vedação frente às bancadas e tribuna centrais terão de ser substituídos durante o defeso.

Capitão Baltazar na corda bamba?

O capitão Baltazar era a única pessoa com autoridade para ordenar a intervenção da Polícia de Choque, no domingo, no Estádio da Luz, afirma uma fonte policial ligada às investigações. O inquérito do Comando Geral da Polícia de Segurança Pública deverá estar concluído amanhã.

O inquiridor esteve no Estádio da Luz para recolher o depoimento do director do estádio (Domingos Claudino) depois de ter ouvido o dirigente benfiquista brigadeiro Rodrigues de Carvalho, um dos feridos nos confrontos. O mesmo oficial encarregado do processo de inquérito deslocou-se a Setúbal para ouvir o presidente do Vitória (Luís Nunes) e teve, à noite, outra entrevista com o director do Departamento de Futebol do Benfica (Gaspar Ramos). Os outros inquiridos são o árbitro Raul Ribeiro (entrevistado ontem, em Aveiro) e o «capitão» benfiquista Humberto Coelho, que presta declarações hoje.

ver esclarecido o artigo 272 da Constituição, segundo o qual «as medidas de Polícias são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário». Será que «o uso de bastões, cães, gases lacrimogénicos e até tiros» se enquadram naquele preceito? Esta uma das perguntas da bancada comunista.

Na viva troca de posições registada no hemicycle, Sousa Tavares (PSD) fez saber do seu repúdio pelos acontecimentos, mas a tónica da bancada do maior partido da maioria foi o de condenar o excesso policial isentando, porém, o executivo de qualquer responsabilidade, posição contrária à do PCP e do MDP.

Mário Raposo (PSD) afirmou que «o Governo não está em causa, quem está é a PSP» depois de Luís Coimbra (PPM) ter apoiado o inquérito parlamentar e ter considerado os incidentes como «não sendo obra do acaso».

Martins Canaverde: «excessos dos espectadores?»

O deputado social-democrata Moura Guedes declarou que a posição da sua bancada quanto à aprovação do inquérito parlamentar ainda vai ser decidida, uma vez que o Governo já ordenou um inquérito, pelo que «podem não ser necessárias repetições».

O CDS apenas interveio no debate mesmo no seu termo, através de Martins Canaverde,

venção com o desejo de «não politizar as eleições no Benfica».

O vice-presidente do CDS manifestou-se «inteiramente concordante com o teor do comunicado divulgado no domingo pela actual Direcção do Benfica, presidida por Ferreira Queimado, nomeadamente quanto ao repúdio dos manifestos excessos da actuação da Polícia de Intervenção». Para Lucas Pires, a actual direcção «e por maioria de razão a lista 'A', nada tem a ver com os lamentáveis incidentes».

Quanto às próximas eleições para os corpos gerentes do Benfica, aos quais concorrem duas listas, Lucas Pires é de opinião que os incidentes do Estádio da Luz «nenhuma influência devem ter em termos eleitorais».

Na bancada do CDS, apenas Martins Canaverde interveio, mesmo no termo do debate, para defender que a Polícia deve estar fora dos estádios, ao contrário do que vem sucedendo. Por outro lado, para aquele deputado, que foi presidente da Federação Portuguesa de Futebol, nos acontecimentos do passado domingo «deverá ter havido excessos por parte de espectadores e não apenas da Polícia».

PSP: processo de averiguações

O Comando-Geral da PSP divulga um comunicado do seguinte teor:

«A propósito dos acontecimentos ocorridos no estádio do Sport Lisboa e Benfica, no passado dia 24 de Maio, em que foram intervenientes forças da PSP, têm alguns órgãos da Comunicação Social difundido notícias com tomadas de posição nem sempre coincidentes.

«Porque este comando está empenhado em conhecer o que efectivamente ocorreu, determinou, para além de remeter ao MAI o relatório preliminar das forças policiais, a instauração de um processo de averiguações no qual sejam ouvidas pessoas que, pelo seu conhecimento dos factos, possam dar contributo válido ao esclarecimento de aspectos que se afiguram menos claros.

PCP interroga o Governo

a) Qual o total de efectivos policiais presentes no Estádio da Luz na tarde de domingo passado? Desse total qual o número de efectivos pertencentes à Polícia de Intervenção?

b) Quem e em que condições solicitou e/ou ordenou essa presença?

c) Quais as instruções genéricas que tinham as forças presentes?

d) Foi apreciada e prevista a situação concreta de, perante a possível vitória do Benfica, os seus associados expressarem festivamente a sua alegria, designadamente o que é comumente designado por «invasão» do campo? Que instruções havia para essa situação?

e) Nesse sentido, os responsáveis pelas forças policiais contactaram a Direcção do Clube? Obtiveram da Direcção a indicação (de que alguma imprensa se faz eco e que consta do comunicado distribuído) de que «projectava no fim do jogo abrir os portões de acesso ao campo de modo a que os sócios em conjunto pudessem manifestar todo o seu entusiasmo»?

f) Na situação em que se processou aquela actuação, quem ordenou a intervenção das forças policiais? Mais concretamente, quem ordenou a entrada e a intervenção da Polícia de Intervenção? Em que momento e com que razões ou argumentos?

g) Confirma-se que, conforme o comunicado da Direcção do Benfica, esta solicitou a retirada da força policial?

h) Anunciado já um inquérito aos acontecimentos a nível das forças policiais interventoras, quem conduz esse inquérito: um

magistrado judicial? Ou trata-se de diligências sem garantias bastantes de isenção, com cariz meramente policial?

i) As descrições dos órgãos de comunicação social afiguram-se pormenorizadas e relevantes. Vão ser ouvidos em inquérito os jornalistas que assistiram, descreveram, fotografaram ou filmaram os acontecimentos que entenderam produzir declarações? Vão ser ouvidos os numerosos feridos perfeitamente identificáveis face aos registados hospitalares? Vão ser ouvidas todas as numerosas testemunhas dos acontecimentos que se oferecem para prestar declarações?

j) Conhecida a norma constitucional do art.º 272 («as medidas de Polícia são as previstas na Lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário»), como as entende o ministro da Administração Interna? Com o uso de cães, bastões, gases lacrimogénicos e até tiros (e de bala real?) contra, designadamente, jovens, mulheres e até crianças que pretendiam tão-só destear a vitória do seu clube?

l) Muito concretamente: se se pretendesse alegar que o objectivo das forças policiais era o de retirar as pessoas do campo (objectivo mesmo assim incompreensível face à afirmação da Direcção de que autorizaria essa presença) então porque foram perseguidas e agredidas pessoas nas bancadas, nos túneis de saída e até fora do Estádio? Além das perguntas atrás mencionadas foram também requeridos os seguintes documentos: cópia do Relatório Preliminar referente aos acontecimentos já

entregue no Comando Geral da PSP; cópia das afirmações adicionais já solicitadas pelo Comando da PSP ao graduado que chefiou as forças policiais interventoras; posição do MAI sobre as diligências instrutórias empreendidas no âmbito da PSP e valor das respectivas conclusões; diligências que considera necessárias (e tenciona adoptar) tendo em vista o apuramento da verdade e efectivação das responsabilidades disciplinares e penais que lhe caibam.

TRIBUNAL JUDICIAL DE LISBOA 3.º Juízo Cível

ANÚNCIO

Por este Tribunal correm éditos de trinta dias, que começarão a contar-se da segunda publicação do anúncio citando os réus para no prazo de vinte dias, findo o prazo dos éditos, contestarem a acção, sob pena de poderem vir a ser condenados no pedido que, em extracto, é o seguinte: ver reconhecido aos autores o direito de proprietários do prédio urbano sito na R. da Arriaga n.ºs. 23 e 23-A e os RR condenados solidariamente a entregar devoluto a AA o dito imóvel e ainda condenados a pagar aos autores a título de indemnização a quantia de 2.320.000\$00 e ainda das quantias que se vencerem nos termos alegados até à efectiva desocupação do prédio. Acção Ordinária n.º 7.805 I.ª secção Autor Maria Manuela da Fonseca Correia Marques e outros Réu ANTONIO FERREIRA E SILVA, com última residência conhecida na Travessa da Amoreira, n.º 27, 2.º Dr.º em Lisboa.

Lisboa, 22 de Maio de 1981
O Juiz de Direito,
Mateus José dos Reis Torgal Mendes

O Escrivão adjunto,
José Eduardo Lucas Miguel

Sindicato dos Professores protesta

A direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) manifestou o seu «mais veemente repúdio» pela agressão de que foi vítima, na Luz, Miguel Rosa Leal, professor da Escola Secundária Ferreira Dias. Em comunicado, o SPGL critica «a forma violenta e injustificável como actuaram as forças policiais que, tendo por missão cívica a salvaguarda da segurança dos cidadãos, se comportaram como autênticas ameaças a essa mesma segurança».

A direcção do SPGL lamenta ainda que «em 1981, forças policiais se comportem como se comportaram as que estiveram presentes no Estádio da Luz» e reclama a realização de um inquérito e rigoroso apuramento de responsabilidades.



CIPRO

CONSULTORES INTERNACIONAIS EM PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO, S.A.R.L.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1980

1. INTRODUÇÃO: RAZÃO DE SEQUÊNCIA

1.1 O ano de 1980 representou, na vida da empresa, a consolidação da iragem operada no ano transacto, da tendência, que se mantinha persistente em anos anteriores, de resultados negativos de exploração, acompanhada do incremento da sua actividade, de acordo com o plano e o programa traçados no final do exercício passado.

Com efeito, o exercício saldou-se com o resultado positivo de 256 contos e com um montante global de facturação de 51.800 contos, o que corresponde a um aumento de 64% relativamente ao ano anterior.

1.2 Analisar-se-ão, de seguida, os principais aspectos da vida da empresa pelo que se refere à sua organização, à sua actividade e à sua situação económico-financeira, concluindo com as perspectivas de desenvolvimento a curto e médio prazo e com a proposta de aplicação de resultados.

2. ORGANIZAÇÃO DA CIPRO EM 1980

A. ÓRGÃOS SOCIAIS

2.1 Em Assembleia Geral realizada em 21 de Março de 1980 foram confirmados, como Administrador-Delegado e Vogal do Conselho de Administração, respectivamente, os Srs. Arquitecto Manuel Sande e Castro Salgado e Engenheiro João Manuel dos Santos Nunes de Almeida.

Este último, veio, no entanto, a deixar a empresa para exercer o cargo de membro do Conselho Directivo do Gabinete da Área de Sines, a partir de 19.6.80, tendo sido substituído nas suas funções pelo Dr. Jorge Pegado Liz, a partir de 23 de Setembro de 1980, cuja confirmação será objecto de próxima Assembleia Geral.

Quere-se aproveitar esta oportunidade para deixar expressa uma referência especial à forma dedicada e empenhada como o Sr. Eng.º Nunes de Almeida prestou a sua colaboração no Conselho de Administração.

2.2 No Conselho Fiscal não se verificaram quaisquer alterações ao longo do exercício.

Com os seus membros foi possível manter profícuas relações de colaboração, na área das competências específicas de cada órgão, cumprindo manifestar o reconhecimento pelo apoio recebido deste órgão social.

B. ORGANIGRAMA FUNCIONAL

2.3 Embora sem alterações de fundo quanto à organização geral da empresa, foi particularmente sentida, durante o exercício, a necessidade de vir a introduzir, na estrutura orgânica e funcional da empresa, certas alterações que permitissem fazê-la corresponder à evolução operada e perspectivada para a sua actividade.

Nesse sentido, e dada a especificidade da matéria, para além da recolha sistemática das opiniões dos trabalhadores, a todos os níveis, foram contratados os serviços de um consultor, o Dr. João Saraiva, cujo contributo, extremamente positivo, para a definição, em próximo futuro, da orgânica mais adequada à evolução estratégica da empresa, cumpre salientar.

A necessidade, no entanto, de proceder por forma cautelosa e sem rupturas na reestruturação dos serviços da empresa, levou a Administração a entender reservar a sua implementação a uma prévia e clara definição de objectivos e de parâmetros de curto e médio prazo, para cuja consecução optou pela legalização de uma reunião de planeamento alargada, no primeiro trimestre de 1981.

C. RECURSOS HUMANOS

2.4 Em 1980 pode dizer-se que se manteve, sem alteração o volume dos recursos humanos existente, com ressalva dos elementos, que foi necessário admitir na perspectiva da celebração do acordo de assistência técnica com a EMPROJECTOS de ANGOLA, e do acréscimo respectivo de trabalho.

Nessa perspectiva foram admitidos, durante o exercício, seis trabalhadores, o que representou um acréscimo de pessoal de 9%, sendo dois trabalhadores administrativos e os restantes quatro trabalhadores especializados e quadros técnicos.

No termo do exercício, a distribuição entre pessoal administrativo (incluindo o afecto directamente à produção) e quadros técnicos era de 23% e 77%, e os encargos respectivos representaram, respectivamente, 17% e 83% do total de remunerações e encargos sociais.

Como referência final importa notar que, cerca de 37,5% do pessoal da CIPRO possui habilitações superiores ao nível de licenciatura e 40% são trabalhadores especializados (desenhadores). Por outro lado a estrutura etária da CIPRO mantém-se estabilizada, sendo a média geral de idades 34 anos.

2.5 No plano de formação de pessoal concretizaram-se várias acções externas, embora ainda aquém das necessidades reais da empresa, atenta a sua especificidade própria.

Nestas acções despenderam-se, em 1980, cerca de 100 contos.

D. MATERIAL EQUIPAMENTO E INSTALAÇÕES

2.6 Durante o ano de 1980, muito embora tenha sido particularmente sentida a necessidade do redimensionamento e da alteração das instalações da sede, foi decidido reservar para o ano próximo a realização dos indispensáveis investimentos nesta área.

Com o apetrechamento em material e equipamento indispensável à laboração da empresa foram despendidos cerca de 300 contos.

E. RELAÇÕES PÚBLICAS E PROSPECÇÃO

2.7 A actividade de relações públicas e prospecção de novas oportunidades comerciais e de novos mercados, especialmente orientada para as ex-colónias, esteve fundamentalmente adstrita à Administração.

Nessa actividade foram despendidos, no exercício, cerca de 480 contos.

F. DOCUMENTAÇÃO

2.8 Dada a especificidade técnica da actividade da empresa, mereceu uma atenção especial a sua dotação com publicações, designadamente de carácter periódico, que serviram de apoio indispensável a acções concretas, designadamente no domínio da cooperação externa, e formação individual.

Com assinatura e aquisição de diversos livros, jornais e revistas despenderam-se cerca de 100 contos, custo em que não se inclui a reprodução por fotocópias, de obras e artigos, objecto de divulgação interna na empresa.

G. RELAÇÕES COM OS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS DOS TRABALHADORES

2.9 Ao longo do ano foram mantidas reuniões periódicas com a Comissão de Trabalhadores, como órgão representativo dos trabalhadores reconhecido pelo Conselho de Administração como interlocutor privilegiado para a discussão de todos os aspectos que, segundo a lei, são da sua competência, e, em especial, na área dos recursos humanos.

Para além das relações com a Comissão de Trabalhadores, realizaram-se algumas reuniões com grupos sectoriais de trabalhadores, em que o Conselho de Administração deu conhecimento das principais tendências da actividade da empresa e de decisões tomadas ou programadas.

De uma forma geral procurou-se promover o diálogo aberto com todos os trabalhadores como forma mais adequada de resolução de potenciais conflitos de interesses.

Aproveita-se a oportunidade para manifestar o apreço pelo esforço e pela vontade posta ao serviço da empresa pela generalidade dos trabalhadores que nela colaboram e, em especial, pelo clima de sã colaboração demonstrada, em todas as circunstâncias pela Comissão de Trabalhadores, com quem foi possível manter relações de trabalho muito profícuas.

H. RELAÇÕES COM ENTIDADES OFICIAIS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E OUTRAS EMPRESAS

2.10 Por força da sua participação no «universo estabilizado» do Instituto de Participações do Estado, merecem referência especial as relações mantidas com este Instituto, sendo oportuno manifestar especial apreço pelo apoio prestado, a vários níveis, pelo mencionado organismo, muito embora desacompanhado de um enquadramento geral sistemático do «Grupo Estado», no qual a CIPRO, por si só, ou em conjunto com outras empresas similares, poderia desempenhar um papel de relevo, em benefício do todo das empresas pertencentes ao sector público empresarial.

2.11 Um referência especial merecem também a cordialidade das relações e o apoio prestado pelas instituições de crédito com que a CIPRO trabalha, e de que se destacam a Sociedade Financeira Portuguesa, o Crédito Predial Português e a União de Bancos Portugueses.

2.12 No desenvolvimento da sua actividade a CIPRO privilegiou a associação com outras empresas, em várias oportunidades de realização de trabalhos, destacando-se pela forma correcta e pela qualidade dos serviços prestados, a colaboração da CAU, Cooperativa de Arquitectura e Urbanismo, o ATELIER 2, o ATELIER DACIANO COSTA e de CONSTRUÇÕES ANTÓNIO MARTINS SAMPAIO, Sucrs. Lda., para além da cooperação individual de técnicos da especialidade, de que ressalta a dos Arqs. Caldeira Cabral e Manuel Sheppard Cruz.

A par destas relações, a CIPRO manteve e prosseguiu contactos com outras empresas, quer nacionais, (EGF, SANAQUA), quer estrangeiras (SOFRATEV, SODETEG), para finalidades específicas e objectivos delimitados.

I. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2.13 No domínio das relações externas a Administração regista, com especial satisfação, a formalização, cerca do final do exercício, do acordo de assistência técnica assinado com a EMPROJECTOS, de Angola, por um período inicial de cinco anos, e no qual irão ser empenhados, de imediato dezasseis trabalhadores da empresa, numa acção de cooperação de larga projecção, não só no âmbito interno da empresa, mas, em geral, no domínio mais vasto da exportação de serviços a nível nacional.

Pela confiança manifestada pelo Governo da República Popular de Angola, na capacidade técnica da CIPRO, por um lado e, por outro lado, pelos efeitos multiplicadores desta acção na economia nacional, merece ela uma referência muito especial neste Relatório, fundamentalmente porque ela traduz uma das linhas de actuação traçada e programada pela CIPRO em prol do seu contributo para o efectivo desenvolvimento das ex-colónias portuguesas.

2.14 No âmbito das relações externas, com carácter permanente e duradouro, merece, ainda, referência a prossecução dos trabalhos nos termos do Acordo de Cooperação Técnica existente com o Ministério das Obras Públicas do Governo da República de Cabo Verde, com reforço da equipa deslocada e incremento da actividade desenvolvida, por forma a merecer ser considerada a próxima constituição de uma sociedade mista, que consolide, em termos institucionais, as relações mantidas no interesse mútuo das partes contratantes.

3. PRINCIPAIS ASPECTOS DA ACTIVIDADE DA CIPRO EM 1980

A. O ENQUADRAMENTO CONJUNTURAL DA ACTIVIDADE DA CIPRO

3.1 O ano de 1980 caracterizou-se por uma aparente conjuntura favorável para o sector da consultadoria/projectos, tendo-se mantido a tendência para a recuperação iniciada em 1977, após a forte retracção do investimento do sector privado entre 1974 e 1976.

No entanto, não se verificou um maior estímulo ou uma maior aposta na capacidade do sector, como se poderia esperar do facto de o investidor ser predominantemente público, enquanto, por outro lado, o sector se manteve fechado no mercado nacional, sendo a reduzida exportação verificada fruto de esforços individuais de empresas isoladas e não de uma política concertada do sector.

Em particular no subsector do planeamento/estudos económicos, e excluídos os estudos de viabilidade corrente e o planeamento urbano à escala do município, pode dizer-se que este tipo de actividade continuou a viver dominado pelas empresas estrangeiras, preferidas, muitas vezes sem concurso, mesmo por entidades públicas.

No que respeita às tecnologias não se alterou profundamente a situação herdada do passado, derivada do próprio nível de desenvolvimento industrial e da escassez de recursos que é possível afectar à investigação aplicada.

Isto é, aliás, consequência não só da desorganização do sector, disperso fundamentalmente, por serviços técnicos de organismos públicos ou de empresas e grupos de empresas, e por uma pluralidade de médias e pequenas empresas independentes e profissionais em regime livre, sem uma organização socioprofissional de estrutura, mas também da aparente ignorância em que o poder público se mantém quanto à função económica do sector e à importância da sua actividade no conjunto da economia nacional, de que é bem revelador certo «complexo de liberalismo» extremo que tem impedido qualquer forma de apoio, directo ou indirecto, às empresas do sector, quer no mercado interno, quer no acesso aos mercados externos.

3.2 Esta situação, é reveladora da fragilidade do sistema e comporta problemas profundos de estrutura que, a prazo, poderão até conduzir a uma desaceleração progressiva da sua actividade em termos reais, quando, ao contrário, lhe deveria estar naturalmente reservado um papel de ponta de lança da economia nacional, com importantes efeitos multiplicadores.

Entre os problemas de fundo com que o sector se debateu ao longo de 1980 podem destacar-se:

- A ausência de planos de médio/longo prazo de desenvolvimento económico
- A falta de técnicos qualificados
- As dificuldades de cobrança, designadamente de entidades públicas, a criar situações graves de tesouraria
- A falta de capitais próprios das empresas do sector
- A ausência de regras de concorrência
- A falta de incentivos à promoção da qualidade e à normalização dos processos de trabalho
- A inexistência de incentivos à produção e à exportação de serviços
- A ausência de espírito associativo interempresarial (consórcio, ACE's etc.) e de estruturas de associação com dimensão adequada à importância do sector.

3.3 Foi neste contexto que se desenvolveu a actividade da CIPRO no período, a qual se orientou pelos seguintes parâmetros fundamentais previstos no Plano para 1980:

- Incremento geral de vendas de 52% relativamente ao ano anterior;
 - Quota do mercado externo de pelo menos 20% das vendas totais.
- Os resultados obtidos não só confirmaram, mas ultrapassaram as previsões efectuadas, porquanto as vendas se elevaram a 51.800 contos, o que representa um acréscimo de 64% relativamente ao ano anterior; neste montante a parte correspondente a mercado externo foi de 59%.

Verifica-se, no entanto, que, de uma forma quase exclusiva, os clientes da CIPRO, no mercado interno, pertencem ao sector público, estatal, autárquico ou empresarial, e, no mercado externo, avultando aí a cooperação, a actividade se centrou em ex-colónias.

B. OS ESTUDOS E PROJECTOS

3.4 A área dos Estudos e Projectos representou, na actividade geral da empresa, 82% da sua produção em 1980.

Há a considerar, nesta área, a subdivisão entre edifícios e infra-estruturas, a que correspondeu 64% da actividade da empresa e o planeamento urbano e territorial, correspondente a 18% da mesma actividade.

3.5 No subsector dos edifícios e infra-estruturas a actividade da empresa dividiu-se entre o mercado interno (23% correspondente a 12.133 contos) e o mercado externo (41% correspondente a 20.998 contos).

Pela sua importância, no mercado interno, destaca-se o conjunto habitacional de 2.590 fogos da MOITA — COMITUR e vários projectos de edifícios para várias dependências bancárias.

No que se refere ao mercado externo salienta-se a realização dos projectos dos edifícios da Presidência da República, dos Ministérios da Educação e Cultura, Saúde e Assuntos Sociais, Secretaria de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho e Ministério da Defesa e Guarnição Militar, de Cabo Verde, e o Salão Presidencial do Aeroporto 4 de Fevereiro, em Luanda.

3.6 No subsector do planeamento urbano e territorial, a acção da CIPRO, em 1980, consolidou-se através da realização dos Planos Directores de Évora, da Moita e de Mora, dos planos Gerais de Urbanização de Mora e Cabeção e de Palmela, e do Plano do Monte da Caparica.

Em complemento ao Plano Director de Évora desenvolveu-se o estudo de circulação e transportes da cidade intramuros (Centro Histórico) daquela cidade.



CIPRO

CONSULTORES INTERNACIONAIS EM PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO, S.A.R.L.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1980

C.

A COOPERAÇÃO

E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EXTERNA

3.7 Para além do já referido nos pontos 2.13 e 2.14 importa salientar o empenho posto na manutenção e consolidação das relações de cooperação e assistência técnica em Cabo Verde, não obstante as dificuldades persistentes de pagamento e transferências verificadas com este país, que determinaram, por vezes, atrasos consideráveis na liquidação da facturação.

3.8 Importa, ainda, realçar o início da actividade de cooperação e assistência técnica a Angola, em acções pontuais, que se traduziam na deslocação de equipas para estudo do projecto do Bairro das Embaixadas e de recuperação urbanística do Bairro Revolução de Outubro, em Luanda.

4.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

4.1.1 Os Serviços prestados pela Empresa, como já foi referido, ascenderam a 51 800 contos ultrapassando em 7% o valor orçamentado.

Os Produtos e Trabalhos em curso foram valorizados a preços de custo em 5 903 contos, registando-se, consequentemente, uma diminuição nas Existências de 776 contos. A totalidade dos Proveitos do Exercício, incluindo a variação (negativa) de Existências, elevou-se a 53 351 contos, o que representa um aumento de 8,6% e de 53%, respectivamente, em relação à previsão orçamental e ao valor alcançado no exercício anterior.

4.1.2 Os Custos de Exploração elevaram-se a 53 137 contos, tendo excedido (+ 9,2%) o valor orçamentado.

Este resultado deve-se aos significativos desvios orçamentais verificados em Subcontratos (+ 46%) e Fornecimentos e Serviços de Terceiros (+ 45%), rubricas que, relativamente, ao ano transacto, acusaram consideráveis incrementos (136% e 86%, respectivamente).

As despesas com pessoal, por outro lado, quedaram-se dentro dos limites orçamentais, com um desvio insignificante de -0,3%.

Contabilizaram-se 421 contos de Amortizações e Reintegrações do Exercício; sendo o valor acumulado de 1 051 contos, isto é, 46% do Imobilizado.

As Provisões do Exercício elevaram-se a 2 433 contos, destacando-se a provisão para juros de financiamentos (1 700 contos) e a provisão para dívidas de cobrança duvidosa (663 contos).

4.1.3 O Resultado Económico saldou-se em 4169 contos, ou seja, 7,8% dos Proveitos do exercício.

Este resultado foi, porém, quase totalmente absorvido pelos Encargos Financeiros (incluindo 1 700 contos de provisão para juros de financiamentos) no total de 3 954 contos, pelo que o Resultado de Exploração se limitou a 214 contos.

4.1.4 Os Resultados Extraordinários do Exercício cifraram-se em cerca de 1109 contos, resultantes de Ganhos Extraordinários e Perdas Extraordinárias de, respectivamente, 1176 e 67 contos, aproximadamente, havendo a salientar, nos primeiros, Reposições e Anulações de Provisões (786 contos) e Diferenças Cambiais Favoráveis (390 contos).

Imputáveis a exercícios anteriores foram contabilizados os Ganhos de 1306 contos e as Perdas de 2373 contos, aproximadamente, destacando-se nos primeiros juros estimados (1265 contos) dos três primeiros trimestres de 1979 relativos a financiamentos da Sociedade Financeira Portuguesa e contabilizados naquele exercício e, nos segundos, os juros efectivos correspondentes aos quatro trimestres de 1979 e debitados já no ano subsequente por aquela instituição financeira (1 722 contos). Os Resultados imputáveis a exercícios anteriores acusaram, assim um saldo devedor de 1 067 contos.

4.1.5 De harmonia com os procedimentos contabilísticos adoptados, no são respeito pelo princípio da especialização dos exercícios, a Demonstração de Resultados evidencia um Lucro líquido, ainda que modesto, de 256 contos. O «Cash Flow» foi de 1 340 contos, correspondente a 4,3% do Activo líquido e a 12,2% de Capital Social.

4.1.6 O valor acrescentado à empresa corresponde a cerca de 70% dos serviços vendidos, o que é normal no sector de actividade em que se insere a empresa. Acrescente-se que a participação do factor trabalho (incluindo encargos sociais) manteve-se à volta dos quatro quintos do valor acrescentado.

4.2

TESOURARIA

O incremento verificado nos Encargos Financeiros (mais 30% que o previsto) constitui consequência directa da impossibilidade encontrada em concretizar a amortização parcial de créditos a curto prazo concedidos pela Banca, propósito este inscrito no Orçamento. Antes, pelo contrário, os reais fluxos de tesouraria implicaram o recurso adicional ao crédito bancário, pelo que a conta Empréstimos Obtidos acusa um aumento de 5 721 contos.

Os desequilíbrios de Tesouraria verificados resultaram por um lado, da irregular distribuição da facturação ao longo do ano, com forte concentração no último trimestre (43% da facturação), e por outro, na manutenção de excessivos prazos de recebimentos de alguns clientes.

A empresa sempre encontrou, contudo, da parte dos bancos que prestaram crédito, o apoio e compreensão que nos apraz registar. Os Fundos Circulantes sofreram um ligeiro acréscimo, mantendo-se, todavia, a um nível baixo (2 494 contos), insuficiente para ocorrer a um mês de pagamento de exploração, o que revela com clareza os limites estreitos de manobra da gestão financeira.

Convirá explicitar que o volume das Disponibilidades expressas pelo

Balanco têm carácter meramente pontual e resulta de um Adiantamento de 24 769 contos efectuado pela Direcção Nacional de Urbanismo e Edificações, da República Popular de Angola, por conta de materiais a expedir. O valor mencionado tem necessariamente a contrapartida em Adiantamento de Clientes no Passivo. O peso relativo daqueles registos contabilísticos e a sua natureza transitória contribuem para dar uma imagem desfocada da «real» estrutura económico-financeira da empresa pelo que sugerimos a observação dos quadros VI e VII onde, a propósito, se desenham as estruturas económico-financeiras efectivas e hipotéticas (estas ignorando o Adiantamento de Clientes). A título de exemplo refira-se que o índice de liquidez imediata se agravou para 0,03, apesar de ter melhorado aparentemente para 0,48.

4.3

CONTAS DE TERCEIROS

O saldo devedor de Clientes sofreu um aumento de 50% fixando-se em 23 492 contos, dois terços dos quais de clientes estrangeiros, destacando-se o Ministério das Obras Públicas do Governo da República de Cabo Verde (7797 contos) e a Direcção Nacional de Urbanismo e Edificações da República Popular de Angola (4656 contos).

A Precix e a Comitur constituíram os maiores devedores nacionais (3869 e 2183 contos, respectivamente).

A Rodes era a única accionista da empresa com saldo devedor (1825,6 contos).

Os empréstimos obtidos (todos a curto prazo) ascendiam a 18 900 contos e distribuíam-se pelo Crédito Predial Português (2704 contos), União de Bancos Portugueses (3204 contos) e Sociedade Financeira Portuguesa (12 992 contos).

A empresa tem pago as prestações mensais resultantes dos acordos estabelecidos com o Instituto de Gestão Financeira da Previdência Social e com o Fundo de Desemprego com vista à regularização das dívidas acumuladas de anos anteriores a estas instituições, restando por liquidar 1793 contos titulados em letras e 403 contos, respectivamente. Considerando os valores a pagar àquelas instituições por força das remunerações efectuadas em Dezembro, os saldos credores da Previdência Social e do Fundo de Desemprego eram, respectivamente, de 2514 contos e de 547 contos.

Por sua vez, a Fazenda Pública era credora de 325 contos (Imposto Profissional 306 contos e Imposto de Selo 20 contos). O total das dívidas ao Sector Público Estatal era, pois, de 3386 contos.

4.4

SITUAÇÃO LÍQUIDA

Muito embora a rentabilidade do capital próprio atingisse 9,9% tal se deve essencialmente à escassez deste.

Com efeito a situação líquida activa, após os resultados do exercício alterou-se apenas para 2577 contos, a que corresponde um índice de solvabilidade total de 0,05, o que evidencia claramente uma deficiente estrutura financeira.

Não foi ainda no exercício de 1980 que se concretizou a celebração do Contrato de Viabilização, com fusão com a empresa Rodes, nos termos que haviam sido previamente negociados. Deve, porém, assinalar-se que o Capital Próprio da empresa fusionada não seria superior ao actual capital próprio da CIPRO, porquanto a Rodes será portadora duma situação líquida passiva de cerca de 6 300 contos, valor com que encerrou o presente exercício.

5.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO A CURTO E MÉDIO PRAZO

5.1 A análise, a que se procedeu, da actividade da CIPRO no exercício que ora finda, permite concluir pelo cumprimento dos objectivos que o Conselho de Administração se propôs a alcançar, sem, no entanto, ter contado, como se referiu, com alguns dos pressupostos de que partira no seu plano de actividade, como seja, designadamente, a celebração do contrato de viabilização.

Mas o que importa salientar, à guisa de conclusão, são as perspectivas que se abrem, durante o referido exercício, para o futuro da empresa, e que permitem, de certo modo, desligá-la da necessidade do mencionado contrato de viabilização.

5.2 Com efeito, conforme Plano e Orçamento para 1981, já oportunamente elaborados, está prevista uma quase duplicação do volume de facturação em 1981, com a obtenção de resultados líquidos quase exclusivamente resultantes da actividade própria da empresa, de cerca de dezoito mil e quinhentos contos.

É de salientar o peso muito considerável que, nestes resultados, tem a área de cooperação e assistência técnica, que irá representar cerca de 50% da actividade da empresa no próximo ano.

Acresce, por outro lado, que se pretende imprimir à actividade da empresa um dinamismo novo, fruto designadamente, da

- implementação de uma política comercial mais activa, com vista à inventariação criteriosa das oportunidades do mercado, à selecção dos potenciais clientes, com diversificação da carteira de encomendas, embora salvaguardando a manutenção dos actuais clientes;
- implementação da função planeamento e da gestão previsional como instrumentos fundamentais de gestão da empresa;
- desenvolvimento da perspectiva do autofinanciamento;
- aumento da qualidade dos recursos humanos e prossecução

activa de uma política de pessoal capaz de motivar e fixar os quadros da empresa e aumentar a sua produtividade;

- intensificação das relações com empresas congéneres e complementares com estabelecimento de fórmulas estáveis e duradouras de colaboração;

- reorganização dos serviços produtivos da empresa, pela implementação da função de programação e controlo e reforço das funções de chefe de projecto;

- progressiva participação financeira da empresa em outras empresas, existentes ou a constituir, com a consequente delimitação do seu objecto próprio e específico;

- participação das várias associações profissionais existentes ou a criar, no país, ou no estrangeiro.

5.3 Em síntese, poderá dizer-se, que no curto prazo, se pretende imprimir à empresa uma orientação geral predominantemente orientada por critérios de gestão que maximizem a rentabilidade, a eficácia e a produtividade.

No entanto, esta actuação insere-se num plano de médio prazo, já igualmente perspectivado, e que assenta em pressupostos de que se destacam:

- a existência de um plano de desenvolvimento económico nacional de médio/longo prazo, com a clarificação definitiva do sistema económico vigente, a delimitação rigorosa dos sectores público e privado e a definição precisa das linhas de desenvolvimento económico do País;
- a definição clara do calendário de adesão à CEE, com as suas consequências para o sector de estudos e projectos;
- a clara definição do papel que cabe ao IPE como «gestor» do universo estabilizado de empresas participadas, na qual a CIPRO se integra.

Nesse Plano a Cinco Anos (deslizando), aponta-se para um quadro final que corresponderá no seu termo e a nível de mercado, à implantação definitiva da CIPRO com o seu segmento próprio de mercado a nível interno, à ultimateção de um processo de organização matricial, com as suas consequentes adaptações estruturais, a iniciar no ano de 1981, e, a nível externo, ao estabelecimento de fórmulas e de relações permanentes e estáveis com outras empresas complementares, nacionais ou estrangeiras, e à ultimateção dos processos de cooperação e assistência nas ex-colónias, e eventual transformação em participações em sociedades mistas, com carácter duradouro.

5.4 Ao definir e perspectivar, por esta forma, a actividade da Empresa nos próximos anos, orientam-nos, fundamentalmente, quatro objectivos:

- corresponder à confiança depositada pelos nossos clientes, razão de ser da empresa;
- assegurar a justa retribuição dos capitais investidos pelos accionistas;
- garantir aos trabalhadores da empresa os seus postos de trabalho em condições de justa remuneração;
- habilitar a CIPRO a desempenhar o papel que lhe compete no sector de estudos e projectos pertencente ao universo estabilizado das empresas participadas pelo IPE.

Para esse efeito conta-se com a indispensável colaboração de todos os trabalhadores e colaboradores, a confiança e o estímulo dos accionistas, a compreensão e boa vontade dos clientes e fornecedores e o estímulo das entidades oficiais.

6.

PROPOSTA

DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido apurado no exercício foi de 256.055\$80, para o qual propomos a seguinte aplicação:

a) Fundo de Reserva Legal	12.802\$80
b) Resultados Transitados	243.253\$00

Lisboa, 24 de Março de 1981

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Luís Blanco Nogueira — Presidente

Manuel Sande e Castro Salgado — Administrador delegado

Jorge Pegado Liz — Vogal



GIPRO

CONSULTORES INTERNACIONAIS EM PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO, S.A.R.L.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1980

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1980

ACTIVO			PASSIVO		
DISPONIBILIDADES			DÉBITOS A CURTO PRAZO		
Caixa	224.772\$00	25.693.810\$00	Clientes	24.768.875\$00	53.100.679\$90
Depósitos à Ordem	25.469.038\$00		Fornecedores	954.627\$70	
CRÉDITOS CURTO PRAZO			Empréstimos Obtidos	18.899.648\$50	
Clientes	23.491.778\$30	22.177.923\$70	Sector Público Estatal	3.385.577\$00	
Fornecedores	1.323\$00		Outros Credores	3.271.951\$70	
Accionistas	1.825.609\$30		Prov. Para Out. Riscos e Encar.	1.820.000\$00	
Outros Devedores	773.668\$10		TOTAL DO PASSIVO		53.100.679\$90
Provisão P. Cobrança Duvidosa	26.092.378\$70 (3.914.455\$00)		SITUAÇÃO LÍQUIDA		
EXISTÊNCIAS			CAPITAL, RESERVAS E RESUL. TRAN.		
Produt. e Trab. em Curso	5.903.315\$00	5.903.315\$00	Capital Social	11.000.000\$00	2.321.546\$70
IMOBILIZAÇÕES			Reservas Legais e Estatutár.	30.330\$50	
Imobiliz. Corpóreas	2.131.770\$40	1.226.573\$30	Reservas Especiais	114.576\$10	
Imobiliz. Incorpóreas	146.133\$00		Resultados Transitados	(8.823.359\$90)	
Amortiz. e Reint. Acumuladas	2.277.903\$40 (1.051.330\$10)		RESULTADOS APUR. NO EXERC.		
CUSTOS ANTECIPADOS			Resultados Líquidos		256.055\$80
Despesas Antecipadas	356.980\$90	676.660\$40	Total da Situação Líquida		2.577.602\$50
Custos Pluriennais	319.679\$50		Total do Passivo e Situação Líquida		55.678.282\$40
Total do Activo		55.678.282\$40			

O TÉCNICO DE CONTAS
Luís Manuel Filipe Monteiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Eng.º José Luís Blanco Nogueira
Arq.º Manuel Sande e Castro Salgado
Dr. Jorge Pegado Liz

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS LÍQUIDOS

(Exercício de 1980)

SUBCONTRATOS FORNEC. SERVIÇO TERC. IMPOSTOS — INDIRECTOS	7 614 855\$00 8 728 405\$60 163 390\$80	16 506 651\$40	16 506 651\$40	PRESTAÇÕES SERVIÇOS	51 800 319\$40	51 800 319\$40	51 800 319\$40
DESPESAS COM PESSOAL DESPESAS FINANCEIRAS OUTRAS DESP. E ENCARG.	31 172 201\$30 2 246 998\$10 357 270\$40	33 776 469\$80		VARIAÇÃO DE PRODUÇÕES			
AMORT. REINT. EXERC. PROVIS. EXERCÍCIO	420 530\$00 2 432 792\$00	2 853 322\$00	36 629 791\$80	EXISTÊNCIAS FINAIS			
PERDAS EXTR. EXERC. PERD. EXERC. ANTERIOR.		67 375\$60 2 372 865\$10	2 440 240\$70	PROD. TRAB. CURSO	5 903 315\$00	5 903 315\$00	
RESÚLT. LÍQUIDOS			256 055\$80	EXISTÊNC. INICIAIS			
			55 832 739\$70	PROD. TRAB. CURSO REDUÇÃO DOS PRODUTOS	(6 679 488\$00)	(6 679 488\$00)	
				PROD. TRAB. CURSO RECEITAS SUPLEMENT.		(776 173\$00) 2 094 576\$00	1 318 403\$00
				RECEIT. FINAN. CORRENT. OUTRAS RECEITAS UTILIZ. DE PROVISÕES		33 502\$20 129 588\$10 69 438\$20	232 528\$30
				GANHOS EXT. EXERCÍCIO GANHOS EXERC. ANTERIOR		1 175 999\$70 1 305 489\$10	53 351 250\$90 2 481 488\$80
							55 832 739\$70

O técnico de contas
Luís Manuel Filipe Monteiro

O Conselho de Administração
Eng.º José Luís Blanco Nogueira
Arq.º Manuel Sande e Castro Salgado
Dr. Jorge Pegado Liz



CONSULTORES INTERNACIONAIS EM PROJECTOS
DE DESENVOLVIMENTO, S.A.R.L.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1980

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Exercício de 1980)

(A numeração seguida é a indicada no P.O.C. considerando-se como rubricas sem movimento na empresa a numeração não relacionada)

3 — VALORES GLOBAIS DOS DÉBITOS E DOS CRÉDITOS QUE REPRESENTAM RELAÇÕES NO ESTRANGEIRO

CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO	SALDOS	
			DEVEDOR	CREADOR
Clientes C/C	14 040 053\$40	—\$—	14 040 053\$10	—\$—
Adiantamentos de Clientes	—\$—	24 768 875\$00	—\$—	24 768 875\$00

- 4 — As compras ao estrangeiro foram de 120 000\$00. As prestações de serviços ao estrangeiro foram de 30 403 505\$30
- 5 — Créditos a curto prazo sobre a sua associada Rodas — 1 825 609\$30
- 8 — Não houve alteração do critério valorimétrico dos projectos em curso, relativamente ao ano anterior.
- 9 — Valores de cobranças duvidosas:
- | | |
|-----------------------------|---------------|
| Conta 21 — Clientes | 3 869 598\$00 |
| Conta 26 — Outros devedores | 44 957\$00 |
- 10 — Relações com o pessoal incluídas no Balanço como se demonstra

CONTAS	SALDOS	
	DEVEDOR	CREADOR
Remunerações a pagar	—\$—	7 389\$30
Pessoal, C/C	61 654\$00	10 396\$00
Pessoal, c/Complementos de Doença	—\$—	98 197\$50

25 — Movimento das contas de provisões

CONTAS	SALDO INICIAL	CONSTITUIÇÃO DO REFORÇO	UTILIZAÇÃO	REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO	SALDO FINAL
29 — Prov. p.ª cobranças duvidosas e outros riscos e encargos	4 156 663\$00	2 432 792\$00	69 438\$00	785 562\$00	5 734 455\$00

26 — Contas de origem

Letras descontadas	4 793 277\$80
Responsabilidades p/letras descontadas	4 793 277\$80
Garantias prestadas	24 768 875\$00
Credores por garantias prestadas	24 768 875\$00
Devedores por garantias	10 500 000\$00
Garantias recebidas	10 500 000\$00

27 — Discriminação das verbas incluídas em cada conta uma das subcontas do 1.º grau da conta «Sector Público Estatal», cujo pagamento está em mora

Fundo de Desemprego	402 894\$00
Caixa de Previdência	1 792 650\$00

Relativamente aos valores acima mencionados existem acordos com o Instituto de Gestão do Fundo de Desemprego e com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, através dos quais a empresa está autorizada ao pagamento em prestações dos valores em débito.

O Técnico de Contas
Luís Manuel Filipe Monteiro

O Conselho de Administração
Eng.º José Luís Blanco Nogueira
Arq.º Manuel Sande e Castro Salgado
Dr. Jorge Pegado Liz

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,
Em obediência às disposições legais e estatutárias apresentamos para vossa apreciação o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e o parecer sobre o Relatório, Balanço, Contas e Proposta de Aplicação de Resultados que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.

Acompanhamos com a periodicidade necessária o normal desenvolvimento da actividade da empresa e procedemos regularmente à análise dos livros de escrituração e da documentação que lhes serviu de apoio.

Os critérios valorimétricos adoptados, idênticos aos seguidos em exercícios anteriores, traduzem uma correcta avaliação do património e dos resultados obtidos. O Balanço e as Contas estão elaborados de acordo com as normas contabilísticas e fiscais em vigor e exprimem correctamente a situação económico-financeira da empresa.

A política de amortizações seguida respeita a legislação fiscal vigente. No que se refere às provisões, concordamos com a orientação seguida, por as considerarmos adequadas aos potenciais riscos a que procuram fazer face.

No seu desenvolvido e bem elaborado Relatório, o Conselho de Administração caracteriza o enquadramento conjuntural em que se desenvolveu a actividade da empresa e dá conta dos aspectos mais significativos ocorridos no decorrer do exercício. O Conselho Fiscal considera dever fazer referência destacada a três factos que, no seu conjunto, sintetizarão o que representou a actividade da CIPRO no exercício de 1980:

- o expressivo crescimento verificado nos Serviços Prestados que, ascendendo a 51 800 c e traduzindo um aumento de 64% em relação a 1979, foi conseguido à custa de elevada contribuição do mercado externo (58,7%);
 - o apuramento de um resultado líquido positivo, aliás, de acordo com o previsto no orçamento;
 - a possibilidade de se poder perspectivar, com alguma fundamentação, o futuro a curto e médio prazos.
- Pelo exposto, e em conclusão, o Conselho Fiscal é de parecer:
- que seja aprovado o Relatório, Balanço e Contas apresentado pelo Conselho de Administração;
 - que a aplicação a dar aos resultados do exercício seja efectuada de acordo com a proposta do Conselho de Administração.

Lisboa, 3 de Abril de 1981

O Conselho Fiscal
António Gonçalves Lopes Paulo — Presidente
Orlando Galrinho Pernes
Joaquim Patrício da Silva

crítica de cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

“A cidade das mulheres” de Federico Fellini

FICHA:

Título original: La Città Delle Donne

Realização: Federico Fellini (Itália-França — 1980)

Argumento: F. Fellini e Bernardino Zapponi

Fotografia: Giuseppe Rotunno

Cenários: Dante Ferretti

Música: Luís Bacalov

Montagem: Ruggero Mastroianni

Som: Tommaso Quattrini.

Interpretação: Marcello Mastroianni (Snaporaz), Anna Prucnal (Elena), Ettore Manni (Marzapione), Bernice Stegers (A Mulher do Comboio), Donatella Damiani (Donatella), etc.

Distribuição em Portugal: Filmes Castello Lopes

Cinema: Londres

Classificação: Não aconselhável a menores de 18 anos

De todos os realizadores de cinema, em actividade, muito poucos serão os que averbam, de filme para filme, não só um sucesso (que lhes permita reproduzir o seu modo de fazer cinema) como uma quase completa liberdade de investir, nesses filmes, não histórias, mas obsessões pessoais e íntimas.

Federico Fellini desde *La Dolce Vita* que não faz outra coisa senão fabricar visões e excessos, fantasmas e delírios, num percurso que, por um lado, corresponde inteiramente à visão demiúrgica que a burguesia tem do Artista (e daí a comercialidade que os seus filmes têm) mas que, por outro, empurra o cinema para veredas que se aproximam bastante de uma arte das imagens e dos sons «liberta» das condicionantes de um argumento e, mesmo, de uma narrativa, um cinema que acentua o seu lado onírico e que mergulha, em directo, no fascínio de um universo que seduz, inquieta, apaixona, perturba.

Provavelmente, Fellini não avança à medida que cimenta uma carreira e é bem possível

que a fórmula de *Oito e Meio* se encontre à beira do impasse. Só que essa constatação dura há anos e, de filme para filme, todos se interrogam se será viável que a espiral felliniana não encontre, um dia, um vértice intransponível.

Questão académica, é claro, já que, apesar de tudo, Fellini não faz variações sobre um mesmo lugar mas toma rumos que vão alimentando o seu enorme fraseado e imaginário. Com *Casanova* encerrou-se o ciclo da desmesura, com *Ensaio de Orquestra* abriu-se uma porta sobre o medo.

A temática da decadência, sabe-se, já vem de longe, a obsessão circense também, mas o medo é algo de bem mais recente, sobretudo, o medo de uma mudança baseada nos movimentos de contestação paridos nos anos 60 e que a década seguinte iria bloquear, radicalizar e, portanto, fazer desembocar na violência.

A Cidade das Mulheres é o filme de um homem cercado num território vaginocrata, um homem perdido no interior de um universo de mulheres, um homem perdido no interior da Mulher/Poucas vezes a classificação de percurso uterino terá sido tão aproximadamente literal como para este filme. Uteró onde se penetra como num acto a um tempo desejável e temível, paraíso e descida aos infernos, onde a Mulher é o local para onde convergem esperanças, traumas, sonhos, medos.

Fellini organiza essa descida como um sonho assumido (o que quer, também, dizer que revela uma necessidade de justificar a viagem de Snaporaz ao outro lado do espelho, num país que é, e não é, de maravilhas), feito de sucessivas visões de precária ligação entre si. Visões que trazem consigo a enorme força do cinema (aliás homenageado no interior do próprio filme) e a expectante angústia e prazer dos espectáculos de circo da nossa

infância (não é por acaso que a derradeira visão decorre, exactamente, na pista de um circo de traçado romano, reminiscência do cinema épico de De Mille ou dos popularuchos *peplums* do tempo da guerra).

Alguns dos momentos de *A Cidade das Mulheres* vão ficar como dos mais conseguidos do cinema de Fellini: anoto a montanha russa que reacende as memórias, a travessia da casa de Marzapione (o último dos Casanovas, que arquiva registos sonoros das suas dez mil amantes, colecção *gadgets* eróticos e se despede, operativamente, do mundo) ou, ainda, toda a sequência do congresso das feministas, a zona mais polémica do filme, por onde se sente passar uma violência e um desespero inauditos (e não apenas dos personagens, também do olhar, veja-se o discurso da mulher do comboio com que, praticamente, termina).

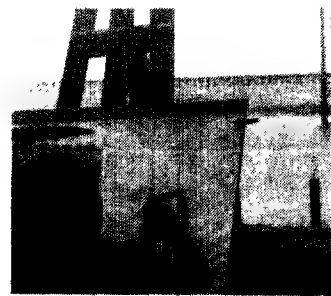
Resta, talvez, falar de Marcello Mastroianni. Numa cinematografia, como a italiana, fundada nos actores (que, porém, são mais personagens que passam de filme para filme que corpos aptos a acender personagens diversos), Mastroianni é dos actores que melhor se sabem moldar às exigências de um filme particular. Fellini, que fizera dele o seu *alter ego* em *Oito e Meio*, volta a utilizá-lo para reassumir o perfil patético de um homem num mundo que lhe escapa, incontrolável. Ontem, porém, ele ainda sonhava em domador de mulheres; hoje pede-lhes apenas um sopro de alento, um amparo, um seio acolhedor, uma maternalidade. É que, apesar do muito espanto, *A Cidade das Mulheres* é uma das raras homenagens possíveis, honestas e lúcidas, que um homem destes dias pode erguer àquela metade do universo que, desde sempre, o atraía e assombrou, dominada ou altiva, no écran ou no bordel, no palco ou na vida.

Iniciativa do Centro Cultural

Crianças de Almada pintam a Primavera

As crianças de Almada vão pintar nos próximos dias a Primavera por iniciativa do Centro Cultural daquela cidade, através do seu departamento de Infância. Trata-se de uma acção pedagógica-artística com três fases, a primeira já na próxima semana. Insere-se no Dia Internacional da Criança, a comemorar em 1 de Junho, coincidente com a 3.ª fase.

Música clássica e pinturas alusivas à primavera preencherão a primeira fase, já na próxima semana. Nos dias 28, 29 e 30 decorrerá a segunda, em três jardins de Almada e Cova da Piedade, no âmbito do CCA.



Esta iniciativa destina-se fundamentalmente à população escolar primária, sendo seus objectivos centrais o desenvolvimento da consciência estética e das potencialidades criadoras da infância.

Flores gigantes e moinhos de vento captarão as crianças na 2.ª fase, sendo a terceira o complemento óbvio daquela: as crianças colocarão nos mais diversos locais, nomeadamente sobre monumentos, igrejas e pelourinhos a sua «obra» da segunda fase, no dia 1 de Junho — Dia Internacional da Criança, e neste caso *Dia da alteração estética de vários locais de Almada*.

O CCA prevê que na iniciativa participem mais de quatro mil crianças, exprimindo muito a sério as suas aspirações e o jogo da criação plástica, tendo em conta que a linguagem plástica é um meio de expressão indispensável na actividade criadora.

GRANDIOSOS DESCONTOS

no ANIVERSÁRIO

da MATRUSCULA

Móveis Império, Séc. XVII, Luis XVI e Modernas,
Estantes, Maples e Sofás-camas em todos os modelos em pele
Papel de parede, Alcatifas

NÃO DEIXE DE VER OS NOSSOS SOFÁS-CAMAS EM PELE TIPO FRANCÊS
* CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EMIGRANTES

SEDE: Praça Paiva Couceiro, 1-100 Lisboa SALÃO DE EXPOSIÇÃO: Rua Neves Ferreira, 4-A
Telefone 846839 Telefone 824840

crítica de teatro

CARLOS PORTO

Dou-che-lo vivo e morto

«DOU-CHE-LO VIVO, DOU-CHE-LO MORTO». Textos de Camões, Garcia de Orta, Pedro Nunes, Fernão Mendes Pinto, etc. Estabelecimento do Texto: Eduarda Dionísio e Antonino Solmer. Dramaturgia e assistência de encenação: Eduarda Dionísio. Encenação: Antonino Solmer. Espaço, roupas e objectos: Antonino Solmer, Eduarda Dionísio. Interpretação: Luís Miguel Cintra, Márcia Breia, Gilberto Gonçalves, José Manuel Mendes, Francisco Costa e José Pedro Gomes. Teatro da Cornucópia. Teatro do Bairro Alto. 19.5.1981.

Dou-Che-Lo Vivo

Parece um truismo a afirmação dos dois principais responsáveis por este espectáculo de se tratar de uma tentativa de fazer um jogo. É que o teatro é isso mesmo: um jogo. Não é por acaso que os ingleses expressem representar por *to play* (jogar) e os franceses por *jouer*. O que acontece no espectáculo é mais original do que isso e talvez mais importante: é que o jogo — seja uma brincadeira infantil seja um acto circense —, o jogo, ou o aspecto lúdico do espectáculo, funciona, por vezes simultaneamente, a vários níveis, constituindo o que há nele de mais vivo, mais rico e contagiante.

Há uma pista traçada a giz. Esse sinal infantil, como o das «macacas» que as crianças fazem no chão, joga com outros sinais que o espectáculo permite ir descobrindo: as andas, no final, que Luís Miguel Cintra (LC) utiliza participam desse carácter de jogo mas impõem um outro

significado: o de que LC (Luís de Camões) está acima do comum dos mortais (o que foi é exacto). Do mesmo modo, o gesto da personagem que percorre a linha da pista como se fosse um arame, brincadeira que as crianças gostam de fazer, tem correspondência nos jogos acrobáticos em que LMC põe à prova recursos físicos e recursos de intérprete (ele não se limita à acrobacia, representa ao mesmo tempo) próprios do grande actor que é. Como outros jogos se combinam: o jogo dos quatro cantinhos ou o da cabra-cega, ou o do barco de papel que colocam na cabeça de LC.

Já se entendeu que quando falo de brincadeira e de jogo não estou a exprimir um juízo de valor negativo. É essa passagem do jogo, como brincadeira, ao jogo como acto de representação, assim como as soluções encontradas tanto no que se refere ao espaço cénico como aos elementos que o limitam as assaduras de barro, as velas acesas (embora seja este um elemento já muito usado) e a outros acessórios e à sua reinvenção, tudo isto constitui um conjunto de formas inteligentemente elaboradas, numa grande coerência e, por vezes, numa grande beleza. Trata-se de um trabalho de encenação para mim surpreendente.

Aquele elemento de madeira que balança, ora cavalo, ora barco; aquelas espadas de madeira (também elas sinal de brincadeira), que podem ser remos ou muletas; o jogo com os projectores que, no início estão desligados, junto ao solo, acesos, e depois são subidos quando o Reitor

Mendes explica «a grande máquina do Mundo», com as constelações: um achado de belo efeito, um dos grandes momentos do espectáculo; o significado do capacet de colono — as cordas que tanto podem ser de um circo como o cordame de um navio.

O próprio jogo das personagens, como a figura do rei, de Deus, representada por um actor-técnico (de som, com auscultadores nos ouvidos), a passagem de várias mulheres por uma só intérprete; o falso cego, etc. Todos estes elementos ajudam o espectador a fazer com os actores esse percurso do imaginário, e quase sem dar por isso a questionar esse imaginário, o que significa e o que o torna real, historicizável; sente que o prazer que circula no espectáculo é também o prazer da criação, e portanto é também um pouco seu, e apercebe-se que esse prazer é compatível com uma leitura outra do espectáculo, da sua produção ideológica, do que significa como levantamento de relações sociais, de realidades económicas e políticas. «Dei-cha-lo Vivo Dei-cha-lo Morto» conta com um grande trunfo: Luís Miguel Cintra. Embora a sua voz não estivesse em condições óptimas no dia da estreia, trata-se de um trabalho soberbo sob todos os pontos de vista, desde o entendimento da personagem à sua realização física, anímica, à sua expressão como sistema de sinais. É a altura de prestarmos melhor atenção a um actor que é capaz de fazer simultaneamente um papel como este, extenso em tamanho, difícil como representação porque obriga a grandes

esforços físicos, absorvente sob o ponto de vista psicológico, e continua a representar uma das principais personagens de «Não se Paga, Não se Paga». Camões, aqui apetece-me citar o Baptista-Bastos: Só um actor de grande gabarito, de gabarito internacional, bem se pode dizer, seria capaz deste duplo feito.

Márcia Breia confirma aqui as potencialidades de uma intérprete inteligente, capaz de exprimir os sinais diferenciados de várias personagens. Aliás, os intérpretes, em pequeno número constituiriam um grupo relativamente homogêneo, se não fosse Luís M. Cintra.

Também os sons (música, ruídos, como o canto dos pássaros) participam da coerência do espectáculo.

Entremés

Da primeira para a segunda parte, há um intervalo, em que um balcão colocado na pista funciona como pequeno bar (o espectáculo decorre no palco principal do Teatro do Bairro Alto). Ainda nessa ambiência de intervalo e bar, actores representam, fora da pista, um pequeno entremés cujo tema é das comemorações camonianas.

Trata-se de uma amálgama que não é confusão porque é pior. Caricatura-se, por momentos com graça, as comemorações de Camões, num discurso que vai do menino da MP até ao intelectual abstruso, passando pelo colonialista e pelo apelo à manifestação fascista do 10 de Junho, incluindo o que podemos considerar uma amostragem de um espectáculo de ficção co-

memorativa sobre Camões (tipo telenovela), e acaba com o representante do «Movimento unitário sindical» e um «flash» de crítica à AD que termina com um denunciador «Abril Vencerá».

A linha a que obedece esta «brincadeira» — que está longe de ser inocente, é obviamente clarificada pelos seus responsáveis. Veja-se Eduarda Dionísio: «A ideia deste espectáculo vem do facto de o ano passado ter sido o ano das comemorações camonianas e de nós nos termos apercebido de que, afinal, não havia comemorações de espécie nenhuma (sic) ou, quando as houve, de terem sido apenas (sic) de carácter oficial». («Sete» — 20.5.1981). Idem: «Houve uma tentativa de dessacralização da figura de Camões, retirando-lhe todo o tipo de conteúdo ideológico, quer de um lado quer de outro (...)». (Idem). Eduarda Dionísio e Antonino Solmer: «...Recusar qualquer aproveitamento ideológico da figura de Camões, rejeitar todas as apropriações que dela têm sido feitas...» (no programa).

Parece tudo claro como água. Simplesmente confundir manifestações fascistas com manifestações progressistas, caricaturar (mesmo que os sinais emitidos sejam diferenciados) o discurso salazarista e o discurso sindicalista ou comunista, constitui uma razoável infâmia.

Aliás, não deixa de ser curioso o facto de elementos, incluindo dirigentes, do Teatro da Cornucópia, participarem em manifestações unitárias de trabalhadores, não sendo fácil imaginá-los a participar em manifestações

fascistas como as do 10 de Junho. Incoerências.

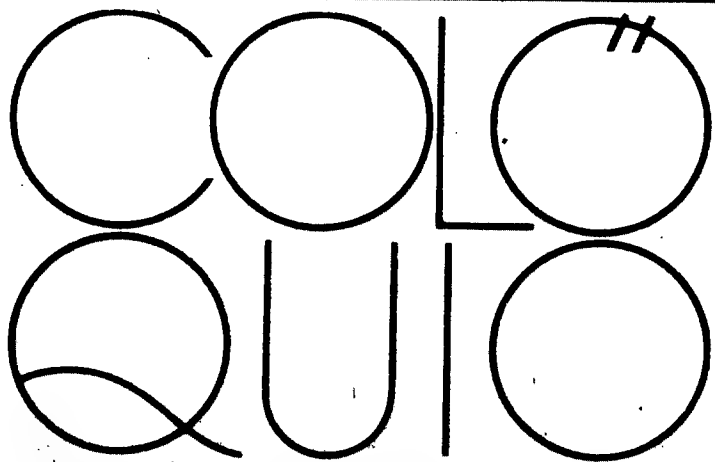
Dou-Che-Lo Morto

Nem tudo pois, funciona neste espectáculo ao mesmo nível. Melhor: há um aspecto dele que funciona mal, que tem muito de incommunicativo: Refiro-me ao texto. Colagem de textos de muitos autores, em especial de Camões, essa colagem apresenta-se à leitura marcada por uma grande coerência, exprimindo valores de erudição que não se discutem. Todavia, o texto é teatralmente pouco eficaz, pelo menos o espectáculo não conseguiu mostrar a sua eficácia. Texto difícil, excessivo, que muitas vezes os actores não conseguem fazer passar. Esses hiatos prejudicam, como se calcula, a comunicabilidade geral do espectáculo, sobrecarregam os seus aspectos visuais em detrimento do que nele é também, pelo menos parece-me pretender ser, igualmente fundamental.

Além disso, o espectáculo ressent-se do facto de se apoiar demasiado numa personagem, ou seja, num intérprete. O trabalho de Cintra é digno dessa responsabilidade, mas observa-se um desequilíbrio prejudicial sob o ponto de vista da totalidade da criação.

Há também na encenação coisas gratuitas e que já não funcionam, mesmo a nível de brincadeira, caso do prato que se quebra quando se diz «Alma minha gentil que te partiste»; ou da pomba e outras aves.

Trata-se, no entanto, como já se entendeu, numa proposta muito rica que seria imperdoável perder.



28 | QUINTA | 21 HORAS | E. P. MARQUESA DA LORNA
METRO: S. SEBASTIÃO

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS CPES/ES

* O SEU PAPEL

NA ORGANIZAÇÃO DA VIDA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS

* O SEU CONTRIBUTO

PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DE TODOS OS PROFESSORES

LISTA A
PROSEGUIR E ALARGAR
O TRABALHO DE EQUIPA
REFORÇAR A UNIDADE E
A ACÇÃO SINDICAL

GRAÇA FERNANDES
ISABEL ALÇADA
ÓSCAR SOARES
MANUELA ESTEVES

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

LÉMAUTO, UNIÃO DE AUTOMÓVEIS, SARL

PARA UMA MARCA DE PRESTÍGIO
UM CONCESSIONÁRIO DE PRESTÍGIO
ESCOLHA A SUA NOVA BEDFORD CF



Nos salões de exposição em Almada, Cova da Piedade, Barreiro e Montijo.

LÉMAUTO

Concessionário



para o Distrito de Setúbal

OPEL • BEDFORD • VAUXALL

canal da crítica

MÁRIO CASTRIM

Histórico não é histórico

Chamaram-lhe «jogos com tonteiras», perdão!, «Jogos Sem Fronteiras», para simbolizar a fraternidade infantil dos europeus ocidentais. Há quem diga que, por detrás deles, existem grandes interesses, mas estamos bem arranjados se vamos a acreditar em tudo quanto se diz.

É verdade que em Portugal, na preparação da jogatana cá, se gastaram muitos e muitos milhares de contos. Não tinha grande importância se tais despesas estruturavam obras de que depois os portugueses beneficiassem. Mas teria sido assim? Não foi. Foi dinheiro deitado à rua. Dinheiro que ainda por cima — oh que mera coincidência! — é nosso.

A verdade é que estes «jogos com tonteiras» (e eu a dar-lhe!) não agradam, não satisfazem, minimamente, sequer uma necessidade de distração. Não respondem nem sequer a essa «nacionalite» que é a «clubite» do patriotismo — truque para fazer interessar os espectadores. Estou a lembrar-me de antes de ontem no «Ou Vai ou Taxa» (vão, meus anjos, vão!) quando sorteavam as prendas. Saiu o televisor a um assinante da Covilhã, e logo a Zanatti, entusiasmadíssima e patriótica: «Parabéns Covilhã!»

Será que o assinante vai oferecer o televisor à cidade? Tonteiras sem fronteiras? Brincadeiras...

Jogos, mas nossos

Jogos outros, de grande qualidade e beleza, são aqueles que Noronha Feyo e sua equipa andam descobrindo na zona da

Borda-d'Água. Peço aos meus leitores que vejam esta rubrica: é do melhor, a todos os níveis, que se pratica na Televisão portuguesa. Talvez por isso esteja colocada num horário pobre. Santos de casa...

Ali, as palavras não são necessárias. As imagens dizem como o desporto se insere no complexo social, responde a uma prática, é a lição dela. Reparem como vamos encontrar os gestos de derrubar as árvores, a machado, no manejo do jogo do pau. Reparem como a ginástica do jogo do bugalho se firma na precisão da serração milimétrica.

As emissões destes jogos populares merecem maior divulgação: nas escolas, nas colectividades, etc. Há que encontrar as formas práticas de o conseguir. Mas devem começar por merecer, desde já, maior consideração por parte da RTP.

Lamente-se apenas que, tal como se fez nos «Jogos das Terras Altas», a banda sonora não seja constituída por música das regiões. Suponho que nem seria tarefa difícil. Daria outro sabor, outro clima. Mais genuíno.

Não se demite o povo

O serão (que se prolongou até às 23 horas e 23 minutos...) teve aquilo a que chamaram «Grande Reportagem». Fê-la a Televisão francesa. Bom, mas estas «grandes reportagens» não eram aquilo a que se chamava «Zoom»? O «Zoom» zoomiu, perdão!, sumiu? Ou como é?

Era sobre a Espanha. Barata Feyo (ao que parece melhor da canalização) diria, no início que o

rei (ou rey?) «reconciliara a Espanha com o seu tempo». Optimismo exagerado, como se concluiu do próprio documentário.

Assim, 80 por cento da hierarquia militar acima de tenente-coronel são franquistas; quase todos os postos importantes estão nas mãos dos fascistas; o terrorismo abate os militares mais abertos, mais progressistas e serve de pretexto para os avanços de casta militar.

Logo a seguir, cai-se no pessimismo. Esquece-se que, em Espanha, como em todo o Mundo, há uma realidade chamada povo. A História ensina que sempre essa realidade acaba por se impor. Claro. Se não, teríamos de admitir uma anti-história, um vírus que nos reconduziria ao paleolítico. Absurdo.

A «Brunete» não dará a vitória ao franquismo, como as divisões «panzer» e os «stukas» não deram a vitória ao hitlerismo. Histórico é uma coisa, histórico é outra.

Silêncio... eloquente

Praticamente impossível fazer um rol diário das indecências, por acção e omissão, praticadas no Telejornal. Para resumir: a Informação na RTP constitui a maior barragem de artilharia na cobertura da direita jamais feita em Portugal. Assume aspectos

escandalosos.

O caso, por exemplo, da exposição do PCP no Pavilhão dos Desportos.

Peço aos meus leitores que se afastem, no que digo, qualquer efeito de partidarismo. Todos os que visitaram a exposição podem reconhecer que a lição final tinha amplamente a ver com o amor da nossa Pátria, com o patriotismo, com a liberdade, com a resistência ao totalitarismo. Organização impressionante de recolha de materiais a pedir, com urgência, o museu que se impõe. Nela, para além de um colossal esforço, se empregaram verbas impressionantes. Por exemplo: só o aluguer do pavilhão teria orçado os mil contos! Quer dizer: em vez de agradecerem ao PCP o trabalho realizado, ainda o obrigam a pagar...

O mais impressionante de tudo, o mais repugnante da história, é que o Telejornal ignorou o acontecimento, votou-o ao silêncio. Que acaba por ser um silêncio... eloquente.

Acredito que muitos profissionais não tenham concordado com esta decisão. Mas enquanto o Proença e o Figueiredo transformarem seu ódio em vídeo, não será doutro modo. Pelo que a expulsão destes cavalheiros assume o carácter de uma importante medida higiénica.

Para falta de vergonha — chega.

**UMA VIOLENTA DENÚNCIA
CONTRA A GUERRA E A TORTURA!**

**A BATALHA
DA
MANCHÚRIA**

37 PRÉMIOS INTERNACIONAIS

**O FILME
DOS
7
OSCARs**

70mm

**LAWRENCE
DA ARÁBIA**

**ALEC GUINNESS ANTHONY QUINN
JACK HAWKINS JOSE FERRER
ANTHONY QUAYLE CLAUDE RAINS ARTHUR KENNEDY
com OMAR SHARIF**

HOJE ÀS 21.30 ESTREIA ODEON

**AGORA NO ECRAN GIGANTE
DO IMPÉRIO**

AMANHÃ ÀS 21.30

**O FILME QUE LANÇOU
PETER O'TOOLE e OMAR SHARIF**

**UM ADMIRÁVEL ENTENDIMENTO
ENTRE O COLOSSAL E O BELO!**

37 PRÉMIOS INTERNACIONAIS

**O FILME
DOS
7
OSCARs**

70mm

**LAWRENCE
DA ARÁBIA**

**ALEC GUINNESS ANTHONY QUINN
JACK HAWKINS JOSE FERRER
ANTHONY QUAYLE CLAUDE RAINS ARTHUR KENNEDY
com OMAR SHARIF**

HOJE ÀS 21.30 ESTREIA ODEON

J. MARQUES

Reparação em TV a cores ou a preto e branco.
Montagem de antenas individuais e colectivas

Tel. 573559 - 577706

Hoje

**1
RTP**



As equipas de futebol do Real Madrid e do Liverpool disputam hoje a final da Taça dos Campeões Europeus (na foto) e que a RTP-1 transmite em directo de Paris, por via Eurovisão

- 18.19 Tempo dos Mais Novos — com «Velhos Contos do Japão».
- 18.40 País, País
- 19.05 Taça dos Campeões Europeus — transmissão directa de Paris, via Eurovisão, da final, entre o Real Madrid e o Liverpool.
- 21.25 O Tempo
- 21.30 Telejornal
- 22.05 «Água Viva» — episódio n.º 65.
- 23.05 Bancada de Topo

**2
RTP**



Na rubrica Os Grandes Mistérios da Música, é esta noite contada na RTP-2 a vida e obra de Richard Wagner

- 20.30 Informação/2-
- 21.00 Viva a Música — magazine musical.
- 21.40 Os Grandes Mistérios da Música — último programa.

GRUNDIG

qualidade em toda a linha!

RTP-1

Final da Taça dos Campeões Europeus (19.05)

RTP-2

Richard Wagner (21.40)

ASSISTENCIA TÉCNICA (tel. 2112871)

Amanhã

**1
RTP**

Das 13.20 às 18.15: Ciclo Preparatório TV; 18.20: Tempo dos Mais Novos; 18.45: País, País; 19.10: Res-Pública; 19.30: «Água Viva»; 20.25: O Tempo; 20.30: Telejornal; 21.05: «Luis II da Baviera» — episódio n.º 4; 22.05: Primeira Pagina; 23.00: Últimas Notícias.

**2
RTP**

20.30: Informação/2; 21.00: Animação; 21.30: Harold Lloyd; 22.00: Shirley Bassey.

FINALMENTE... o CAFE-TEATRO da COMUNA

DEIXO'S POISAR

lotações esgotadas * um espectáculo... diferente

MUSICA AMBIENTE E DE DANÇA • UM ESPAÇO NOVO DE CONVÍVIO

SERVIÇO BAR-RESTAURANTE A PARTIR DAS 20H • MARCAÇÕES TEL 76 26 24

4.º MÊS

«O LÍRIO DO INFERNO»

COM: M. ALICE VERGUEIRO

ESPECTÁCULO MUSICAL: BRECHT — EISLER WEILL DESSAU NA SALA 2

SEXTA-FEIRA E SÁBADO ÀS 21.30 H. DOMINGO ÀS 18 H.

Sr. Camionista

Muitos acidentes com veículos pesados têm como causa excesso de carga. Respeite sempre os limites.

circulare e viver

GRUPO DE CAMPOLIDE

ACADEMIA ALMADENSE — ALMADA

TEL. 2752175

EM ENSAIOS

SUB-SEC-CMA

Rua Tenente Raul
Cacela, 1-A
1200 LISBOA
Telef. 661515/669205

Teatro do Bairro

Teatro da Cornucopia

**NÃO SE PAGA!
NÃO SE PAGA!**
de
Dario Fo

Todos os dias às 21.30 h, dom. às 17 h.
2.ª f. descanso

SÓ ATÉ DOMINGO
A partir de 3.ª-feira
e só até dia 10
Dou-Che-Lo Vivo
Dou-Che-Lo Morto

**NOGUEIRA,
RODRIGUES
& C.ª LD.ª**

Certifico que, por escritura de 21 do mês corrente, exarada de fl. 37 a fl. 38 v.º do livro de notas para escrituras diversas n.º 31-F do 2.º Cartório Notarial de Braga, a cargo do notário licenciado António Magro Borges de Araújo, António Alberto Nogueira Nogueira deixou de fazer parte da sociedade comercial por quotas Nogueira, Rodrigues & C.ª LD.ª, com sede na Rua da Cidade de Nampula, 2-A (Olivais Sul), freguesia de Santa Maria dos Olivais, da cidade de Lisboa, tendo autorizado que o seu nome continuasse a fazer parte da firma social.

Está conforme o original.

2.º Cartório Notarial de Braga,
30 de Abril de 1981

A Adjuncte,
Ludovina Domingues da Silva

Música

Fim-de-semana no Hot Clube com o Quarteto Jazz. Este conjunto, composto por Luís Stoffel e João Robalo (guitarras), Zeca (contrabaixo) e Paleka (bateria), actuará amanhã, sexta-feira e sábado, às 22.30 e às 0.30, na «cave» da Praça da Alegria. Também no sábado, mas em Vila Franca de Xira, num concerto promovido pela Câmara Municipal e integrado nas actividades culturais da feira que ali se realiza, actua a Orquestra da Escola de Jazz do HCP. Este conjunto começou ultimamente a ser solicitado para concertos na região de Lisboa, orientados numa perspectiva didáctica de animação, focando aspectos de história e formação do jazz.

Prosseguem hoje os Quintos Econtros Gulbenkian de Música Contemporânea, com um concerto, às 18.30, no Grande Auditório pela Orquestra Gulbenkian, que será regida pelo maestro Luca Plaff, tendo como solistas Pierre Artaud (flauta) e Carlos Roque Alsina (piano). O programa é constituído por obras de Sibelius, C. R. Alsina, H. Dufourt e Y. Taira. Amanhã, às 18.30, sob a direcção de Jorge Peixinho, apresenta-se o Grupo de Música Contemporânea de Lisboa num concerto cujo programa inclui três primeiras audições mundiais: «A Voz»,

de Lopes e Silva; «Primavera e Sons», de Paulo Brandão; «Nachtmusik II», de E. Macias, e a primeira audição em Portugal de «Raiz», de A. Vasques Dias. Serão ainda interpretadas obras de Morton Feldman e John Cage.

O pianista brasileiro Joel Bello Soares dá hoje um concerto no S. Luiz. O recital marcado para as 18.30, sob o patrocínio da Embaixada do Brasil, constará de peças de Lorenzo Fernandes, José Siqueira, Alceu Bocchino e Chopin.

Carlos Paredes e Luís Cília participam hoje, às 21 horas, no Anfiteatro I da Faculdade de Letras, num espectáculo organizado pela Associação de Estudantes daquela Faculdade.

Conferências e colóquios

Conferência sobre arquitectura. No âmbito da exposição patente na Casa do Infante, Porto, sobre «Monumentos Históricos da RFA»K, realiza-se hoje às 21.30 uma esatredonda subordinada ao tema «Construir uma Cidade Histórica: Porto», na qual participam reputados arquitectos portugueses: Fernando Távora, Álvaro Siza e Alexandre Alves da Costa. No dia seguinte, também à noite, o prof. Rolf Lederbogen, da Universidade de Karlsruhe, fará uma

roteiro cultural

conferência sobre a construção em ambiente histórico.

Achados arqueológicos em Alcácer Ceguer, cidade do Reino de Marrocos junto do estreito de Gibraltar, que os

obra de um dos maiores pintores russos que viveu nos séculos XIV/XV, é uma realização de Tarkovski, a quem se devem películas como «Solaris», «A Infância de Ivan» ou «O Espelho». O filme passa hoje, às 21 horas, e amanhã,



Orquestra da Escola de Jazz do Hot Clube

portugueses ocuparam em 1458, é assunto de um conferência, ilustrada com projecção, que o dr. James Boone, assistente da Universidade de Nova Iorque, realiza hoje, às 17.30 na Sociedade de Geografia.

Cinema

«Andrei Rublev», vida e às 14 e às 17, no Quarteto,

integrado na Semana do Cinema Soviético que ali está a decorrer.

«Andrei Rublev» é um dos poucos filmes modernos que aguenta a comparação com o grande cinema soviético clássico, contendo algo do sopro épico, da sabedoria, da capacidade de penetração, de beleza expressiva de um Pudovkin ou de um Dovjenko.

Exposições

Arte Gráfica Alemã Contemporânea constitui o tema de uma exposição que será hoje inaugurada, às 17.30, na Fundação Gulbenkian. Colaboram na organização da mostra, além da Gulbenkian, o Instituto Alemão em Lisboa e a Lufthansa.

Exposições do Círculo de Artes plásticas de Coimbra. Estão patentes ao público daquela cidade duas exposições: uma de pinturas de Mário Américo, na Galeria Espaço Aberto; outra de pinturas e desenhos, intitulada «New Paintings and Drawings, de Michael Biberstein, na Galeria Espaço Branco. Estas exposições estarão abertas até 5 de Junho, todos os dias das 15 às 19 horas e das 22 às 24 horas. Simultaneamente e até à mesma data mantém-se aberta a exposição intitulada «O Ciclo de Ícaro», de Leonel Moura, na Galeria CAPC.

«Sensibilização ao problema Poluição e Destruição do Material Escolar» é o tema de uma exposição patente na Escola Secundária Marquês de Pombal, aberta até 30 de Maio das 8 às 19 horas (amanhã e depois também das 19 às 23 horas), que reúne trabalhos de alunos do 7.º e 8.º anos de escolaridade. A mostra é promovida pelos professores do 5.º grupo (profissionalização em exercício).

MAQUINAS DE COSTURA/TRICOTAR

Aceitamos candidatos a agentes nos distritos de: Faro, Santarém, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja, Etc.
Resposta c/ indicação da área desejada e referências comerciais.

CASA BERNINA

Rua Gomes Freire, 3-B — 1100 — Lisboa

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

CONCURSO PÚBLICO PARA O BRASÃO DE ARMAS, ESCUDO E BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE MONTALEGRE

Faz-se público que se encontra aberto até ao dia 15 de Julho o concurso para o Brasão de Armas, escudo e bandeira do Município de Montalegre, de acordo com as normas patentes na Secção do Núcleo Cultural desta Câmara.

Montalegre, 15 de Maio de 1981

O Presidente da Câmara

José António Carvalho de Moura

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

BANCO FUNDADO EM 1864

PAGA OS MAIS ALTOS JUROS DA BANCA

COTAÇÕES DE NOTAS

(Por unidade)
COMPRA VENDA

ÁFRICA DO SUL (rand)	51\$65	56\$65
ALEMANHA FED. (marco)	26\$05	27\$15
ÁUSTRIA (xelim)	3\$60	3\$80
BELGICA (franco)	1\$534	1\$634
BRASIL (cruzeiro)	\$479	\$729
CANADÁ (dólar - notas de 1 e 2)	50\$30	52\$30
(notas de 5 a 1000)	50\$80	52\$80
DINAMARCA (coroa)	8\$30	8\$70
ESPAÑA (peseta)	\$625	\$725
EUA (dólar - notas de 1 e 2)	60\$50	62\$50
(notas de 5 a 1000)	61\$00	63\$00
FINLÂNDIA (marka)	13\$95	14\$55
FRANÇA (franco)	10\$80	11\$80
HOLANDA (florim)	23\$40	24\$40
INGLATERRA (libra)	126\$30	130\$30
IRLANDA (libra)	96\$55	99\$55
ITALIA (lira)	\$048	\$058
JAPÃO (yene)	\$247	\$277
NORUEGA (coroa)	10\$60	11\$10
SUECIA (coroa)	12\$25	12\$85
SUÍÇA (franco)	29\$25	30\$35
VENEZUELA (bolivar)	11\$70	12\$70

Observações:
1. - No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2. - Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 3 por mil.



UMA AGENCIA DE VIAGENS DE SERVIÇO COMPLETO

Lisboa Estoril Porto Guimarães Faro Portimão Madeira e Açores

rádio

Antena 1

16.00: Sem margem - um nome; 17.00: Jogo de antena; 18.00: Que literatura portuguesa temos; 20.00: Enquanto os outros vêm TV - sinfónico incompleto; 21.00: Guerra e Paz; - Programa da noite; 22.00: Inter-rádio; 00.00: Disco tempo; 02.00: Madrugada na RDP/Lisboa; 05.30: Terra e mar.

Programa 2

16.30: Que quer ouvir; 17.35: Música de Bach; 18.30: Arquivo do disco; 19.00: Catequese semanal, por Sua Santidade João Paulo II; 19.05: Música portuguesa; 20.00: Solos de piano; 21.00: Ópera; 22.40: A orquestra de câmara; 1. Música; 23.00: Intercâmbio musical; 23.27: Canto gregoriano; 23.50: Sinfonia n.º 4, em mi bemol maior, de Bruckner; 01.00: Fecho.

Rádio Comercial (283 e 397m)

15.45: Teatro trágico; 16.15: A panela ao lume; 16.35: Mel e vinagre; 17.03: Todos no top; 18.08: Hora de ponta; 20.03: Quando o telefone toca (1.ª edição); 20.30: Diversos - as cidades e as serras; 21.03: Telefone top; 21.30: Quando o telefone toca (2.ª edição); 22.03: Portugal e a CEE; 22.15: Hora literária; 22.30: Tempo de desporto; 23.08: 24.ª hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

16.03: Rock em stock; 18.03: Círculo em FM; 19.03: Em órbita; 20.03: Rolls rock; 21.03: A banda jazz; 22.03: Café concerto.

RÁDIO RENASCENÇA

16.00: Aqui e agora; 17.00: Jornal da mulher; 18.15: Igreja em notícia; 18.25: Palavra do dia; 18.30: Transmissão do terço do Externato do Parque; 19.00: Programa da LAR; 20.00: Paju; 21.00: Pentagrama; 21.30: Diálogo e vida; 22.00: Quando o telefone toca; 22.30: Meta final; 22.50: Curso de Inglês; 23.10: Textos e pretextos; 23.55: Meditando.

Tiragem média diária do mês anterior: 53 137 exs.

palavras cruzadas

COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 13 038

HORIZONTAIS:

- 1 Desaparece. Compaixão.
- 2 Cidade da Espanha. O mesmo que acossa.
- 3 Pátria. Tempo do verbo ser (inv). Preposição.
- 4 Pesar. Conquista. Nota musical.
- 5 Rio de França. Sufixo que designa estado. Letra grega.
- 6 Concederá. Preposição.
- 7 Alúmen. Grande bebedeira (pop).
- 8 Ladeira. Antigo Testamento.
- 9 Preposição latina que designa movimento. Procedes.
- 10 Pronome demonstrativo. Agora.
- 11 Dançasse o samba.

VERTICAIS:

- 1 Difamador.
- 2 Sadios. Isolado.
- 3 Canelos.
- 4 Laço (inv). Parreiras.
- 5 Arruinarem. Apellido.
- 6 Satélite de Júpiter. Plutónio (s q).
- 7 Lago de Itália. Concede. Rio da Rússia.
- 8 Regular as doses de. Arara.
- 9 Artigo definido. Maldições.
- 10 O mesmo que cobra.
- 11 Meretriz. Feche as asas para descer mais depressa.

Resolheu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 8998

HORIZONTAIS:

- 1 Viagem gratuita em qualquer veículo. Desfiladeiro.
- 2 Cidade de Espanha. Estreito.
- 3 Nome de fruto. Preposição.
- 4 Zomba.
- 5 Rio da Alemanha que nasce no Tirol. Aguentas (pop).
- 6 Nota musical. Sufixo que designa estado.
- 7 Cidade de França. Apellido.
- 8 Palavra latina pela qual começam muitos documentos pontifícios de interesse para Portugal. Cobrirão de iodo.
- 9 Título dos descendentes de Maíoma. Designação vulgar de rizoma.
- 9 Constituído por bois. Patrão.
- 10 Planta vivaz e medicinal. Azáfama.
- 11 Pistas. Carta de jogar.

VERTICAIS:

- 1 Título assumido após a morte de Maomé, pelos chefes políticos e religiosos muçulmanos. Faldas.
- 2 Notificaremos.
- 3 Montão. Esbravejar.
- 4 Indústria de oleiro. Escarnece.
- 5 Recusa. Nota musical. Pronome pessoal.
- 6 Medida japonesa igual a dois decímetros. Sufixo que designa abundância.
- 7 Fechado. Abreviatura usada na linguagem pugilística com o significado de posto fora de combate.
- 8 Carta de jogar. Geração.
- 9 Prefixo de privação. Os mouros.
- 10 Apellido. Rei da Mércia, de 757 a 796.
- 11 Aplanamos. Carta de jogar.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 13 037

HORIZONTAIS:

- 1 A. MULHER. As.
- 2 Tara. Al. QUE.
- 3 Amen. Rs.
- 4 Cavar. Suco.
- 5 Aterro. Nora.
- 6 Urta. Acra.
- 7 Pégaso.
- 8 Os. Ro. Mio.
- 9 Renas. Sua.
- 10 Hinos. Iar.
- 11 Elias. Possua.

VERTICAIS:

- 1 Ataca. PERDE.
- 2 A. Atue.
- 3 Mr. VERGONHA.
- 4 Ua. Arrasais.
- 5 Arrás. SN.
- 6 Ham. Or. Op.
- 7 Eles. Osso.
- 8 NUNCA.
- 9 Cor. MAIS.
- 10 Aurora. Au.
- 11 Sés. A. COBRA.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 8997

HORIZONTAIS:

- 1 Quereas. Cás.
- 2 Urrem. Ama.
- 3 Rá. Plasma.
- 4 Oral. Ogro.
- 5 Pós. Ramsés.
- 6 Piora. Se.
- 7 Morse. At.
- 8 Sai. Momo. Ac.
- 9 Sia. Ocaso.
- 10 Datas. Sim.
- 11 Elos. Oaio.

VERTICAIS:

- 1 Queope. Sade.
- 2 Ur. Ro. Al.
- 3 Erras. Mistio.
- 4 Real. Po. las.
- 5 Em. Irmãs.
- 6 Poroso.
- 7 Salgaremos.
- 8 Marma. Ocio.
- 9 Casos. Ama.
- 10 Estás.
- 11 Sua. Sé. Colo.

Provérbio: A MULHER QUE PERDE. A VERGONHA NUNCA MAIS A COBRA

cartaz de cinemas e teatros

abCINE 803055

Centro Comercial de Alvalade

SALA A

As 14.30-16.30-18.30-21.30 e 23.45h.

O GRANDE MESTRE DO CRIME

Não ac. men. 13 anos

todos os domingos
manhãs infantis

SALA B

As 14.45, 17.00, 19.00, 21.30 e 23.45h.

CHARLIE CHAN

E A MALDIÇÃO DA RAINHA

Não ac. men. 13 anos

ALVALADE 897480

Av. de Roma

As 14-16.30-19 e 21.30

int. men. 13 anos

um combete de gigantes!

O OESTE NADA DE NOVO

APOLO 763319

Av. Júlio Dinis, 10-A

As 14, 16.30, 19, 21.30 e 23.45 h.

Um filme de David Lynch

Technicolor

O HOMEM ELEFANTE

Int. men. 13 anos

AVIS 547163

Av. Duque de Ávila, 45

As 15.30, 18.30 e 21.30

Int. men. 13 anos

BRUCE LEE - SUPERSTAR

Color Scope

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar

As 14, 16.30, 19 e 21.30

GENTE VULGAR

Com Donald Sutherland, Mary Tyler

Não acons. men. 13 anos

9.ª SEMANA

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande

As 16.30 19 e 21.30

não acons. men. 13 anos

Paul Le Mat - Cindy Williams - Candy

Clark

AMERICAN GRAFFITI

parte 2

um filme de B. W. L. Norton, Technicolor

CASTIL 530194

Rua Castilho

As 15.15, 18.30 e 21.30 h.

Int. m. 13 anos

Alain Delon e Charles Bronson

ADEUS AMIGO

O filme de Jean Herman

CINE 222 579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (ao Saldanha)

Atenção ao novo horário

As 15.15, 18, 21.30, 24 h.

não acons. men. 13 anos

A MAÇA

o poder do Rock... em 1994

às 24 h não acons. men. 18 anos

A PISTOLA DE DEUS

CINEBOLSO 573407

R. Actor Taborda, 27-B

12.30, 14.30, 16.45, 19, e 21.30

SEXO... AO PEQUENO

ALMOÇO

Pornográfico

às 24.00

O FURACÃO

não acons. men. 13 anos

CINE BLOCO 556824

Gaveto Av. 5 de Out. e Pinh. Chagas

As 15, 17, 19 e 21.30 h.

Não ac. men. 13 anos

A CAMINHO DO SUL

As 23.45 h. - Não acons. men. 18 anos

TERNURA E VIOLÊNCIA

CINE CAMÕES 324194

Rua do Loreto, 15

As 14.15, 16.30 e 21.30

não acons. men. 13 anos

SLITHIS (o monstro)

um filme de Stephen Traxier e Paul Fa-

blan

com Alan Blanchard e Judy Montreliakid

CITY CINE 549999

Rua Tomás Ribeiro, 34

As 14.30, 16.45, 19 e 21.30

Não ac. men. 13 anos

A CULPA

Int. men. 13 anos

As 23.45

UMA MULHER SÓ

CONDES 322523

Av. da Liberdade, 2

As 14, 16.30, 19, 21.30

int. men. 13 anos

1914-18 a hecatombe que mudou o

mundo

A OESTE NADA DE NOVO

com Ernest Borgnine e Donald Pleasence

EDEN 320768

P. dos Restauradores, 21

a partir de hoje às 1.30

Terence Hill/Bud Spencer em

A COLINA DOS SARILHOS

um filme de Giuseppe Colizzi

interdito men. 13 anos

ESTÚDIO 555134

Alam. Afonso Henriques, 35

As 15.30, 18.30 e 21.30

Não ac. men. 13 anos

Um certo tipo de amor.

Uma comédia de alto nível. São

DELÍCIAS SUECAS

Um filme de Vilgot Sjöman

ESTÚDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves, 83-B

As 15.30, 18.30 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.

Agatha Christie

UM CRIME NO

EXPRESSO DO ORIENTE

O filme começa a projectar-se no início

das sessões

IMPÉRIO 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35

As 15.15, 18.30 e 21.30 h.

Não ac. men. 13 anos

DOZE INDOMÁVEIS PATIFES

Treine-ol! Excite-ol! Arme-ol!

Largue-os em território nazil...

Filme após o início das sessões

2.ª Semana

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Álvares Cabral, 37

As 15.30, 18.30 e 21.30

Não acons. men. 18 anos

O SEMINARISTA

Um filme de Guido Leone

(Colorido)

MONUMENTAL 555131

P. Duque de Saldanha

3 sessões 15.15, 18.15 e 21.30

não acons. men. 13 anos

um filme de Sidney Lumet

O FEITICEIRO

com Diana Ross e Michel Jackson

MUNDIAL 538743

R. Martens Ferrão, 12-A

As 15 e 21

N. ac. men. 13 anos

E TODO O VENTO LEVOU

c/ Clark Gable, Vivien Leigh,

Leslie Howard e Olivia Haviland

2.ª Semana

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B

As 14, 16.30, 19 e 21.30h.

Int. men. 13 anos

OXALA

Um filme

de António Pedro Vasconcelos

As 24 h

AMARCORD

ODEON 328283/4

R. Condes, 12 e 20

estrela às 21.30 int. men. 13 anos

A BATALHA DA MANCHURIA

contra a guerra e a tortura

às 15.15 e 18.15

Desp. AMEAÇA INESPERADA

PATHE 821933

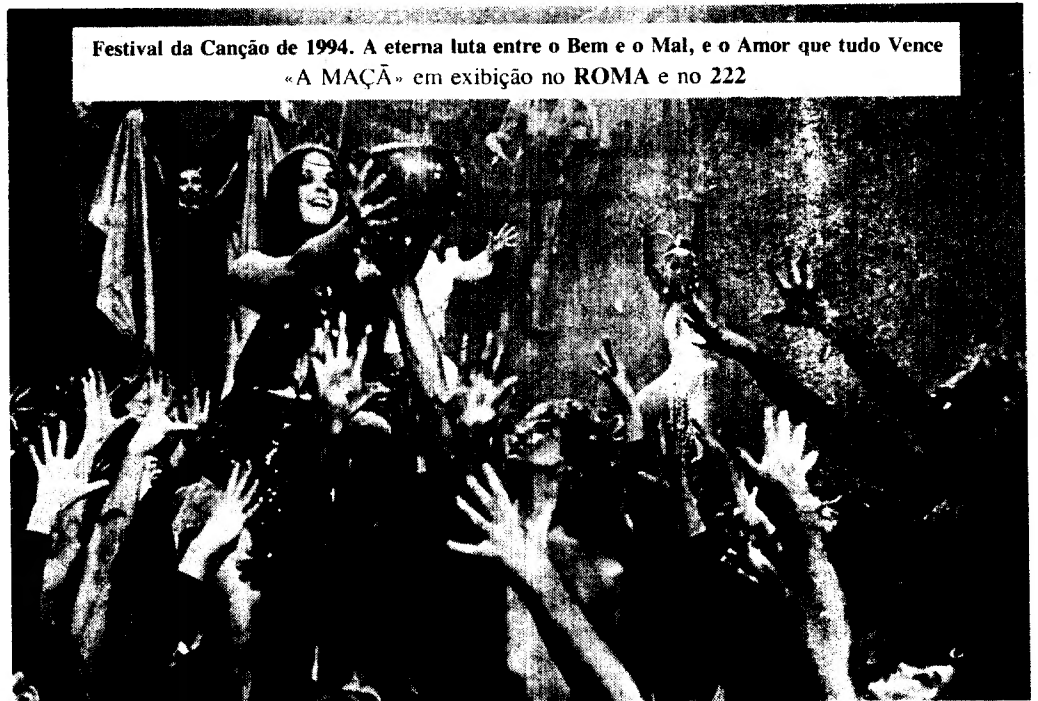
R. Francisco Sanches, 122

As 14.30, 19 e 21.30

não acons. men. 13 anos

O DIREITO DE SER FELIZ

filme indiano com lindas canções



Festival da Canção de 1994. A eterna luta entre o Bem e o Mal, e o Amor que tudo Vence
«A MAÇA» em exibição no ROMA e no 222

POLITEAMA 326305

R. Portas de St. Antão

As 14.45, 16.30, 19 e 21.30 h.

Não ac. men. 18 anos

(Um violento filme de Karaté)

A DESFORRA DO KUNG-FU

QUARTETO 771378

R. Flores de Lima, 18

SALA 1

As 15, 17, 19, 21 e 23 h.

N. ac. m. 18 anos

Filme de qualidade

CERROMAIO

Realiz. Luís Filipe Rocha

SALA 2

As 15 e 18.30

DECLARAÇÃO DE AMOR

às 21.00

ANDREI ROUSLOV

cinema soviético

SALA 3

As 14, 16.15, 18.30, 21 e 23.15 h.

M. de 18 anos

KILAS, O MAU DA FITA

Realiz.: José Fonseca e Costa

Filme de qualidade

SALA 4

As 15, 17, 19, 21 e 23 h.

M. de 18 anos

LA CICALA

Realiz.: Alberto Lattuada

RESTELO 610375

Av. Torre de Belém

As 15.30 e 21.30

int. men. 13 anos

PACTO DE SANGUE

Com Sophia Loren e Giancarlo Giannini

ROMA 887778

Av. de Roma, 14 M-N

As 15.30, 18.30 e 21.30

Não ac. a m. 13 a.

Para inauguração do moderno sistema

DOBLY STEREO

Estreia do fantástico musical

A MAÇA

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20

As 14, 16.30, 19 e 21.30

Int. men. 18 anos

MULHERES EM FÉRIAS,

AMANTES EM CASA

As duas superbombas

do cinema italiano

S. JORGE 579144-579344

Av. da Liberdade, 175

As 15.15, 18.15 e 21.30

- N. ac. men. 18 a.

O regresso de Uma Obra-Prima

VOANDO SOBRE UM NINHO DE

CUCOS

De Milos Forman com Jack Nicholson

SATÉLITE 562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61

As 14.00, 16.30, 19 e 21.30h.

Não acons. men. 13 anos

A FILHA DO MINEIRO

domingo às 11.15

PANTERA E AMIGOS

7.ª ARTE CINEMA 730715

Av. da República - (junto ao

Apeadeiro de CP de Entrecampos)

As 14.45, 17, 19, 21.30 e 23.45

RANGING BULL, O TOURO

ENRAIVECIDO

N. acons. men. 18 anos

domingo às 11.15

PANTERA E AMIGOS

STAR 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C

As 15, 18.15 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.

Uma comédia espantosa!

O ESPIAO MAIS PERIGOSO

DO MUNDO

TERMINAL 371573

Estação do Rossio

As 11, 13, 15, 17, 19,

21.30 e 23.30 h.

Não ac. men. 18 anos

YAKUZA

TIVOLI 570595

Av. da Liberdade, 188

As 14, 16.30, 19 e 21.30h.

Não acons. men. 13 anos

THE JAZZ SINGER

Um filme de Richard Fleischer

VOX 880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879

As 15.15, 18.15 e 21.30 h.

Int. m. 13 anos

ASFALTO

c/ Jean Pierre - Marielle e Carole Laure

XENON 368480

Av. da Liberdade, 9

As 14.45, 16.30, 19 e 21.30 h.

Int. men. 13 anos

O DOCE APARTAMENTO

Um filme de Yves Boisset

3.ª semana de êxito

outros cinemas

Lisboa

OLÍMPIA - «Ricas Doçuras», sessões

permanentes (18 anos)

LONDRES - «A Cidade das Mulheres»,

às 21.30 (18 anos)

PARIS - «Divida de Amor» 21.30 (13

anos)

CAPITÓLIO - «Prazeres Ocultos», às

21.30 e 23.00 (18 anos)

2000 - «Beco do Paraíso», às 21.



PORTE
PAGO

DL

PROPRIEDADE, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
Administração, Redacção, Serviços Técnicos
e Publicidade:
RUA LUIZ GOMES, 44 - 1200 LISBOA
Telefones: 321154/5 - 320271/2/3
Fax: 320271/2/3
Agência, Administração e Circulação:
Rua Castilho, 185-1 - 1100 LISBOA
Telefones: 444331/2/3

Serviço de noite (depois das 21)
Porto: 321154
Redacção: 320271/2/3
Mensagens gravadas: 320229
Endereço telegráfico: DIBOA
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL
Delegação do Porto:
Rua do Almada, 30-2 - 4000 PORTO
Telefones: 20954/5



últimas

SEIS TRAFICANTES DE HEROÍNA encontram-se detidos em Custóias, depois do grupo ter sido desmantelado pelo Centro de Combate e Investigação de Drogas, que apreenderia uma grande parte da droga importada de Amesterdão e Hong Kong. Três dos capturados são residentes no Bairro de S. Tomé na cidade do Porto: Alfredo Adelino Pereira da Silva, de 35 anos, profissional de seguros, Jorge Maria dos Reis Gonçalves, de 25 anos, fotógrafo e Jorge Manuel Mota Dias, de 22 anos, soldado do RASP. Os três outros são naturais e residentes em Macau: Melquiades Dias Pereira da Silva, de 32 anos, empregado de mesa, António Manuel Moraes, de 26 anos, cozinheiro e Alexandrino Rogério Carion, de 29 anos, bombeiro.

FURTOS EM NAVIOS atracados em Leixões visando apenas ferramentas levaram a Judiciária a concluir que as duas subtrações se devem aos mesmos autores. Do «Zacharoula» terão levado artigos no valor de 400 contos e 70 do «Danielsen».

ELEIÇÕES INTERCALARES EM PEDORICO, Castelo de Paiva, realizam-se já no próximo domingo em virtude de a anterior assembleia da junta de freguesia se ter demitido colectivamente por não se sentir capaz de resolver os muitos e graves problemas locais. Concorrem listas da APU, do PS, da UDP e ainda da coligação PSD/CDS embora não AD.

O GOVERNO VAI PEDIR AUTORIZAÇÃO à Assembleia da República para legislar sobre os objectores de consciência, soube-se esta manhã de fonte oficial.

Segundo a mesma fonte, o Conselho de Ministros de amanhã deverá já aprovar um diploma sobre a matéria.

RESERVE O SEU

o professor
DIRECTOR
ROGÉRIO FERNANDES

**AMANHÃ
À
VENDA
O N.º 28**

UMA REVISTA DE
**EDUCAÇÃO
ENSINO
CULTURA**

ASSINATURAS A COBRANÇA
PEDIDOS A CDL
Av. Santos Dummont, 57-2.º
1000 LISBOA

Explosão num silo da EPAC Quatro feridos graves

Quatro feridos em estado grave e um outro já em casa, é o desfecho de uma explosão de grande potência, ontem à noite (22h30), num dos silos da EPAC (Empresa Pública de Abastecimento de Cereais), situado na Av. Infante D. Henrique. Os prejuízos, traduzidos em maquinaria destruída e paredes derrubadas, são incalculáveis. Ignoravam-se ao fim da manhã de hoje as causas do rebentamento.

Dos quatro feridos graves, há três que se encontravam em estado desesperado, segundo informação recolhida pelo nosso jornal junto do Serviço de Queimados do Hospital de S. José, para onde todos foram transportados, pouco depois do sinistro e de dois deles terem recebido os primeiros socorros no quartel da GNR situado em frente do

silo onde se deu a explosão. Henrique Ferreira Nunes, Francisco Condesso Ferreira Lopes e Benjamim Mendes Moreira encontram-se em estado grave, mesmo em perigo de vida. O quarto ferido, João Cruz, está já afastado de perigo. Encontra-se lúcido, na Sala de Observações. Mas apresenta a coluna fracturada. Manuel Moreira Pacheco, o quinto ferido, foi tratado em São José mas já teve alta, encontrando-se agora em casa. Todos são trabalhadores da EPAC.

De acordo com um informador da empresa, os cinco feridos procediam ao descarregamento de algumas toneladas de milho dos porões de um navio fundeado no cais anexo ao silo, no Tejo, como trabalhadores da operação de

armazenamento a que pertencem. Foi de tal modo potente a explosão que pedaços de vidro-eimento, tijolos e ferros foram arremessados a grande distância. A explosão provocou alarme na zona, em particular no quartel da GNR em frente ao silo, do outro lado da Avenida, onde dois dos feridos receberam os primeiros socorros.

A Brigada de Minas e Armadilhas da PSP e a Polícia Judiciária procedem a investigações a fim de apurar as razões do sinistro e as causas que lhe deram origem. Encontrar o indicio que permita explicar o sucedido, a pista que possa desfazer dúvidas, são as suas principais preocupações, é um imperativo que se impõe. Entretanto, as origens da explosão têm sido objecto dos mais díspares comentários, não sendo de afastar a hipótese de um curto-circuito. Mas há também quem aluda a um atentado bombista.

Recorda-se que a EPAC tem estado sob a mira, como alvo privilegiado, das «baterias» e apetites da AD na Assembleia da República, tendo mesmo sido atacada e referida, na passada sexta-feira, em S. Bento, por ocasião de um projecto de liberalização do sector não nacionalizado apresentado pelo PPM.



Em Miranda do Douro atingido o 10.º

Pneumonia atípica espanhola mata mais um em Valladolid

O número de pessoas do concelho de Miranda do Douro atingidas pelo surto epidémico de pneumonia atípica que grassa em Espanha elevou-se, ontem, a dez.

Cinco estão internadas no hospital concelhio daquela cidade e outras cinco encontram-

-se em regime ambulatorio.

O enfermeiro Simas Ribeiro, em serviço naquele estabelecimento hospitalar, disse que os médicos identificaram, ontem, o vírus responsável pela epidemia e que os doentes estão a ser tratados com antibióticos.

As entidades distritais ligadas ao sector da Saúde e os conselhos de gerência dos hospitais concelhios e distritais aguardam directrizes da Secretaria de Estado da Saúde no sentido de ser indicado um medicamento eficaz contra a doença.

Entretanto, em Espanha, um jovem de 17 anos, sofrendo de pneumonia atípica faleceu na noite passada numa clínica de Valladolid, cidade situada a 150 km, ao norte de Madrid, soube-se de fonte segura.

Assim, eleva-se a dois o número de pessoas mortas em Valladolid vítimas deste mal e a quinze em toda a Espanha onde 1949 pessoas sofrendo desta doença estão actualmente hospitalizadas, das quais 1454 só em Madrid.

Cachalote ainda não foi queimado



Ao contrário do que estava anunciado, não se realizou esta manhã a queima do cachalote que ontem deu à costa, já morta, na Praia Pequena, próximo de Sintra. Motivo: os Serviços de Higiene da Câmara não dispunham de meios técnicos capazes de proceder à operação com razoável rapidez, e têm estado a tentar obtê-los.

Segundo informação colhida pelo «DL» cerca do meio dia junto daqueles serviços, é possível que esta tarde ainda a queima comece, após a realização das necessárias operações para retirar o animal para mais longe do alcance das águas na praia-mar, onde ainda se encontra. Também para estas operações, a CM de Sintra não dispunha do equipamento indispensável.

O mamífero marítimo calcula-se que pese cerca de 15 toneladas, e consta que terá sido atingido por tiro de canhão no alto mar. Deu à costa ontem de manhã, e tem chamado à Praia Pequena inúmeras pessoas movidas pela curiosidade.

A praia está impedida até à realização da queima.

Simon Malley de novo em Paris

O director da revista «Afrique-Asie», Simon Malley, expulso da França pelo Governo de Giscard d'Estaing, afirmou hoje que regressou a Paris a convite dos seus amigos socialistas, aludindo especialmente a Mitterrand.

«As medidas que foram tomadas contra mim foram levantadas «disse Malley» Estou muito feliz por ter voltado a França».

O director da revista «Afrique-Asie» foi expulso da França em Outubro de 1980 depois de o Governo o ter acusado de prejudicar as relações

entre Paris e os regimes conservadores na África e Ásia.

Explicando as razões da expulsão, o ex-ministro francês do Interior, Christian Bonnet, disse que as actividades de Malley, que viveu em França 12 anos, «ameaçaram prejudicar seriamente os Estados» com quem a França tem relações diplomáticas normais.

A expulsão foi ordenada através de uma simples decisão administrativa revogando a autorização de residência.



FÉRIAS OU NEGÓCIOS
PARTIDAS SEMANAIS EM
AVIÃO ESPECIAL 12P

1 SEMANA - 8 dias
SÉRIE A - Domingos (todo o ano)
SÉRIE B - 5ªs feiras (2/7 a 24/9)
FM DE SEMANA - 4 dias
5ªs feiras a Dom. (2/7 a 24/9)
MINI SEMANA - 5 dias
Dom a 5ªs feiras (28/6 a 20/9)

Preço excepcional desde 14.900\$
* a vantagem dos voos especiais

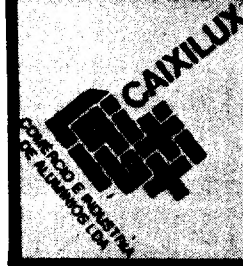
Milhares de pessoas dizem com satisfação: «Fui a Londres numa daquelas viagens baratas de LONDRES!»

PROGRAMAS E INSCRIÇÕES

abreu
fundada em 1840

LISBOA - Av. Liberdade, 180 - Telef. 371341
* Av. Roma, 98 - Telef. 803009
PORTO - Av. Alameda, 207 - Telef. 317921
COIMBRA - Rua S. João, 2 - Telef. 27011/2
FARO - Av. República, 124 - Telef. 25035/6
FUNCHAL - Rua Gurgulho, 1 - Telef. 31077/8
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

MARQUISES



**ORÇAMENTOS
GRÁTIS**

Escritórios e Salão de Exposição:
Rua Francisco de Holanda, 28-A
Tel. 776810-776839-776823
1100 LISBOA

GRÉCIA

SENSACIONAIS VIAGENS

• UMA SEMANA EM ATENAS
• ILHA DE MYKONOS
• CIRCUITO DO PELOPONOSO

Primeiras partidas: 5, 19 e 26 Julho

**PREÇOS
DESDE: 34.500\$**

Inscriva-se JÁ!

Informações e reservas:

EUROPEIA

UM NOME ANTIGO COM UMA DINÂMICA NOVA
LISBOA - Avenida da Liberdade, 233. Tel. 536121
LISBOA - Avenida de Roma, 35-A. Tel. 776823
PORTIMÃO - Av. Tomas Cabreira - Vn. Santa Ana
Praia da Rocha. Tel. 23377
membro WATA em Portugal

EGIPTO

2 FABULOSAS VIAGENS

Primeiras partidas*

CRUZEIRO NO NILO
* 19 Junho e 31 Julho
PREÇOS DESDE: 65.980\$

NA SENDA DOS FARAÓS
* 17 Julho

PREÇOS DESDE: 64.750\$

TUDO INCLUIDO

Inscriva-se JÁ!

Informações e reservas:

EUROPEIA

UM NOME ANTIGO COM UMA DINÂMICA NOVA
LISBOA - Avenida da Liberdade, 233. Tel. 536121
LISBOA - Avenida de Roma, 35-A. Tel. 776823
PORTIMÃO - Av. Tomas Cabreira - Vn. Santa Ana
Praia da Rocha. Tel. 23377
membro WATA em Portugal